

ATA NÚMERO 01/2012

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, com início às nove horas, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão 3 extraordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor Antonio Cesar Gonçalves Borges, Magnifico Reitor, 4 5 com a participação dos seguintes conselheiros: Manoel Luiz Brenner de Moraes, Vice-Reitor, 6 Orlando Antonio Lucca Filho, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Cláudio 7 Manoel da Cunha Duarte, Pró-Reitor de Graduação; Manoel de Souza Maia, Pró-Reitor de 8 Pesquisa e Pós-Graduação; Luiz Ernani Gonçalves Ávila, Pró-Reitor de Administração; 9 Gilberto de Lima Garcias, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; João Francisco Nascimento 10 Hobuss, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; Roberta Rodrigues Trierweiler, Pró-Reitora de 11 Gestão de Recursos Humanos; Érico Kunde Corea, Pró-Reitor de Infraestrutura; Ledemar 12 Carlos Vahl, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; Márcia Bueno Pinto, 13 Diretora da Faculdade de Odontologia; Alexandre Fernandes Gastal, Diretor da Faculdade de Direito; Thomaz Lúcia Júnior, Diretor da Faculdade de Veterinária; Edar da Silva Añaña, 14 Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; Farid Butros Iunan Nader, Diretor da 15 Faculdade de Medicina; José Francisco Gomes Schild, Diretor da Escola Superior de 17 Educação Física; Lúcia Maria Vaz Peres, Diretora da Faculdade de Educação; Lauer Nunes 18 dos Santos, Diretor do Centro de Artes; Gladis Aver Ribeiro, Diretora do Instituto de 19 Biologia, Sidney Gonçalves Vieira, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; William da 20 Silva Barros, no exercício da Direção do Instituto de Física e Matemática; Sérgio Luiz dos 21 Santos Nascimento, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; 22 Alvaro Augusto Borba Barreto, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; 23 Luciane Prado Kantorski, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; Antonio 24 César Silveira Baptista da Silva, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Márcia Rúbia Duarte Buchweitz, Diretora da Faculdade de Nutrição; Paulo Ricardo Silveira 25 Borges, Diretor do Centro de Letras e Comunicação; Odir Antônio Dellagostin, Diretor do 27 Centro de Desenvolvimento Tecnológico; Carlos Antonio da Costa Tillmann, Diretor do Centro das Engenharias; Jabr Hussein Deeb Haj Omar, Directr do Centro de Integração do 28 MERCOSUL; Heloisa Helena Duval Azevedo, Diretora do Centro de Educação a Distância; 29 Iná da Silva dos Santos, representante dos Professores Titulares; Moacir Cardoso Elias, 30 representante dos Professores Titulares; Alvaro Leonardi Ayala Filho, representante dos 31 Professores Associados; Aluísio Jardim Dornellas de Barros, representante dos Professores 32 Associados: Leonardo da Silva Oliveira, representante dos Professores Adjuntos; Ana Paula 33 Nunes, suplente do representante dos Professores Adjuntos; Marco Aurélio Romeu 34 Fernandes, representante dos Professores Assistentes; Vanessa Caldeira Leite, representante 35 dos Professores Assistentes; Ivana Gomes da Silva, representante dos Professores Auxiliares; 36 José Fernando González, representante dos Professores Auxiliares; Flávio Fernando 37 Demarco, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; Tiago Veiras 38 Collares, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; Alzira Yamazaki, 39 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; Elizabete Helbig representante do 40 COCEPE; José Luiz de Pellegrin, representante do COCEPE; Carlos Mário Almeida dos 41 Santos, representante Comunitário; Jacques Reydams, suplente do representante Comunitário; 42 Alex Nunes Molina, Daniela Lumertz da Luz, Lawrence Estivalet, Hércules Gonzáles, 43 Sérgio Estevão Silva, Sabrine Tams Gasperin e Suéllen de Medeiros Cortes, representantes 44 discentes; Ediane Sievers Acunha, Edimar Gonçalves Ribeiro, Gustavo Alves Andrade, 45 João Paulo Volcan Adamoli (suplente), Rosendo da Rosa Caetano, Vilson Borba Pinto e Paulo Luiz Crizel Kuschier (suplente), representantes dos Técnicos Administrativos. Não 47 compareceram os conselheiros: Jonas da Costa Carvalho, Diretor da Faculdade de

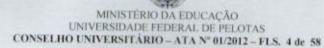
Ow



49 Meteorologia e Jairo Fonseca de Azevedo, representante Comunitário. Estiveram presentes as tradutoras e intérpretes de LIBRAS, senhoras Juliana Sanches dos Santos e Aline Afonso da 51 Rocha. Constatada a existência de quorum legal, o senhor presidente, Professor Antonio Cesar 52 Borges, iniciou a reunião dizendo que havia recebido uma solicitação das associações, 53 sobretudo do presidente da ADUFPEL e dos servidores técnico administrativos da ASUFPEL, para que, em cinco minutos, viessem ao Conselho fazer suas considerações sobre este 55 momento. Solicitou aos conselheiros, como tem sido feito de praxe, que aqueles que 56 concordassem com a solicitação permanecessem como estavam. Não havendo negativas, o 57 senhor presidente solicitou à secretária que convidasse os representantes das associações para 58 entrarem e fazerem suas manifestações. Inicialmente falou o presidente da ADUFPEL, Sr. 59 Sérgio Barum Cassal, que disse o seguinte: "Bom dia senhor presidente, bom dia senhores 60 conselheiros, senhoras conselheiras. Em primeiro lugar agradecer o espaço concedido à 61 ADUFPEL e vou procurar ser bem breve e bem objetivo. No dia 22 de junho, quando a junta 62 eleitoral constituída por representantes das três entidades que representam os três segmentos da 63 UFPel, concluiu a apuração do segundo turno da consulta informal à comunidade para a escolha 64 do Reitor, nós entendemos que a etapa que competia às entidades havia sido concluída. No dia 65 27, então, encaminhamos ao presidente do Conselho Universitário, Professor Cesar, um 66 documento no qual informávamos do resultado desta consulta e solicitávamos a imediata 67 convocação do Conselho Universitário para que fossem referendados os nomes vencedores 68 daquela consulta à comunidade. Na ocasião fomos informados, pelo Professor Cesar, que 69 dentro do prazo legal o Conselho seria convocado, pois naquela época a greve já havia sido 70 deflagrada e ele entendia que seria importante aguardar o final da greve, e dentro do prazo o 71 Conselho seria convocado. Essa é a nossa expectativa: que o Conselho finalmente referende a 72 lista tríplice aprovada na consulta informal feita à comunidade. Não nos parece ético, não nos 73 parece correto, não nos parece honesto que neste momento estejam acontecendo, como vem 74 acontecendo, inúmeros questionamentos ao processo que foi desenvolvido pela junta. E 75 interessante que lembrem que este processo foi amplamente discutido na Comunidade Universitária; a norma foi aprovada em assembléia das três categorias (assembléia da 76 77 ASUFPEL, assembléia do DCE e assembléia da ADUFPEL) que aprovaram as normas 78 exatamente como elas são e como foram utilizadas e aplicadas no processo. O processo também 79 teve o referendum de toda a comunidade, pois a grande maioria, inclusive, senão a totalidade 80 destes conselheiros, votaram. Não posso afirmar que foi a totalidade, mas seguramente a 81 maioria dos senhores e senhoras participaram apoiando suas chapas e comparecendo às urnas e votando. Portanto, a consulta está mais do que referendada. Resta agora o Conselho referendar 82 o resultado desta consulta. A Universidade tem que ser um exemplo para a sociedade. Exemplo 83 de ética, exemplo de democracia, exemplo de participação. Nós não esperamos nenhuma outra 84 atitude deste Conselho qual não seja de referendar o resultado da consulta popular. Esta é nossa 85 posição e temos certeza, confiamos na integridade da grande maioria dos senhores, que não 86 deixarão de reconhecer o desejo da comunidade da UFPel de que aquela consulta seja 87 reconhecida e o resultado seja referendado. Muito obrigado." A seguir, o conselheiro João 88 Paulo Volcan Adamoli tomou a palavra e se manifestou da seguinte maneira: "Bom dia a todos 89 90 conselheiros e conselheiras, ao presidente do Conselho, Prof. Cesar e ao vice-presidente e Vice-Reitor, Prof. Manoel Moraes. Depois da fala do Cassal me resta só referendar a expectativa que 91 92 temos, as três entidades, de que este Conselho não tem outra alternativa, senão fazer o referendo desta consulta, que foi um exemplo de democracia, um exemplo de participação e 93 94 um exemplo de cidadania que os servidores, técnicos e estudantes desta Universidade 95 exerceram e que foi amplamente divulgado na sociedade. Assim como este processo, outros já houveram na Universidade, da mesma forma, exceto, obviamente, uma eleição em dois turnos. 96 Essa diferença das demais eleições também foi amplamente discutida nas assembléias das três 97 categorias e nas três assembléias foi, por maioria, definido. Este processo então é tranquilo e 98 legítimo e nossa expectativa é de que este Conselho referende no dia de hoje, inclusive, esta 99 possibilidade. Obrigado." O senhor presidente agradeceu a participação associações e deu continuidade ao andamento da reunião, dizendo que antes de colocar a associações e deu continuidade ao andamento da reunião, dizendo que antes de colocar a 100



palavra à disposição de todos os conselheiros, gostaria e deveria ler o documento encaminhado 102 à presidência do Conselho pelas três associações, muito embora, no dia 26 de julho de 2012, 103 nestes termos: "Senhor Reitor. Como é do conhecimento de V.Sa e da comunidade acadêmica da UFPel, desde meados de 2011, as entidades DCE, ASUFPEL e ADUFPEL criaram o fórum 105 de discussão sobre democracia no âmbito de nossa Universidade que resultou, após reuniões, 106 seminários e intervenções junto aos conselheiros universitários, no sentido de pô-los a par das 107 deliberações do fórum, na viabilização de uma consulta à comunidade, no sentido de escolher o 108 próximo Reitor, gestão 2013-2016. Dentro dos parâmetros aceitos pelo MEC, conforme Nota 109 Técnica 437 /MEC em seu artigo nº 23. Ressalte-se que, junto aos conselheiros, em sua 110 maioria, encontrou-se ambiente favorável à referida consulta, bem como comprometimentos no 111 sentido de referendar o nome escolhido pela comunidade junto ao Conselho Universitário. Parte 112 113 do processo instaurou-se a junta eleitoral composta por integrantes indicados pelas entidades e comissão eleitoral formada por suas coordenações. Estas, conforme regramento aprovado nas 114 assembléias das entidades incumbiram-se de propor um processo de consulta facultando aos 115 interessados a inscrição de chapas que contassem de um nome indicado como candidato a 116 Reitor, um nome indicado a candidato a Vice-Reitor e outros dois nomes de professores para 117 118 compor a lista tríplice a ser referendada no Conselho Universitário e encaminhada para sansão 119 Presidencial. Iniciado o processo, verificou-se a inscrição de seis chapas, representando vários segmentos de nossa Universidade, que se submetendo ao regramento proposto, deram 120 121 prosseguimento à suas campanhas e participaram de todas as etapas propostas pela junta 122 eleitoral dentre as quais destaque-se sete debates (cinco no primeiro turno e dois no segundo), 123 onde por mais de uma vez foram indagados sobre a posição junto ao Conselho Universitário, 124 comprometendo-se os candidatos a Reitor e Vice-Reitor a defender o referendo dos nomes 125 escolhidos pela comunidade pelo Conselho Universitário. Pelos motivos expostos acima e 126 representando a vontade da comunidade universitária, vimos solicitar-lhe que seja convocada 127 reunião do Conselho Universitário o mais brevemente possível com a pauta de escolha do Reitor da UFPel na qual sejam referendados o nome do Professor Mauro Augusto Del Pino 128 129 como Reitor, compondo ainda a lista tríplice os nomes da Professora Denise Petrucci Gigante e 130 do Professor Gilson Simões Porciúncula, nomes escolhidos em votação democrática, com 131 critérios aceitos pelas entidades, pelas seis candidaturas e pela comunidade como um todo. No 132 momento em que nos despedimos cordialmente solicitamos resposta à presente pauta, num 133 prazo de sete dias a contar da data de protocolo junto ao Gabinete do Reitor. Assinam Paulo 134 Koschier - Junta Eleitoral, Renato Scalpo - DCE/UFPel, Sérgio Barum Cassal - ADUFPEL e João Paulo Voltan Adamoli - ASUFPEL." Nesse momento o senhor presidente relatou ao 135 136 Conselho, que estava sendo informado da transmissão da reunião para o ambiente externo. 137 Deixou claro que, conforme o Regimento da Universidade, a reunião é gravada, cujo conteúdo fica a disposição de todos na Secretaria dos Conselhos, sendo reunião privativa do Conselho 138 Universitário. Disse que de modo algum queria esconder da comunidade universitária o 139 andamento dos trabalhos do Conselho, mas é um regramento normal do Conselho 140 Universitário, que é o órgão máximo da Instituição. Solicitou que a pessoa que estava fazendo 141 142 aquela transmissão desligasse o aparelho., pois o técnico que controla o funcionamento dos aparelhos de gravação novamente informou o presidente do conselho que permanecia a 143 transmissão para fora da sala do conselho. Caso não fosse atendido o pedido do reitor, a reunião 144 seria suspensa. A seguir apresentou o Oficio Circular nº 005/2011, encaminhado pela Secretaria 145 de Educação Superior do MEC - SESu, sobre a Técnica nº 437/2011, que consolida a 146 organização do procedimento e da documentação necessária para elaboração de lista tríplice 147 para nomeação de Reitor de Instituição Federal de Ensino Superior. Solicitou ao conselheiro 148 Carlos Antonio Tillmann que fizesse a leitura do documento e à secretaria do Conselho para 149 150 distribuir cópia do documento aos demais conselheiros. Após a leitura na íntegra da Nota Técnica, o senhor presidente disse que ao longo daqueles dias, mais precisamente no mês de 151 agosto, foi encaminhada também, ao Gabinete do Reitor, a solicitação de alguns servidores 152 docentes, questionando alguns itens que haviam ficado pouco claras para eles sobre a Nota 153 Técnica, no que se refere à consulta à comunidade. Segundo o presidente quem melhor poderia 154



162

164 165

166

167 168

169

170

171

172 173

174 175

176

177

178

179

180 181

182

183 184

185 186

187

188 189

190

191 192

193

194

195 196

197

198

199

200

201 202

203 204

205 206

esclarecer tais questionamentos seria o Ministério da Educação e não o gabinete do reitor. A resposta do Ministério, exarada em 24 de agosto de 2012 e posteriormente distribuída aos 157 conselheiros. A pedido do reitor estes documentos foram lidos na integra pelo conselheiro Carlos Mário Almeida dos Santos. O conselheiro leu o Oficio nº 576/2012-MEC, apresentando 158 159 Técnica nº 124/2012-CGLNES/GAB/SESu/MEC que contém a EMENTA: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Processo de composição da lista tríplice para o 160 cargo de Reitor. Questionamento sobre a consulta prévia à comunidade acadêmica. Lei 5.540/68. Decreto nº 1.916/1996. Logo após a apresentação desses documentos ao conselho universitário o presidente leu a Carta Aberta ao Conselho Universitário encaminhada por servidores da UFPEL: "Exmo. Sr. Presidente do Conselho Universitário da UFPel. Os servidores que abaixo subscrevem, preocupados com os destinos da nossa Universidade, e considerando: a) Que a Consulta Informal conduzida pelas três entidades para subsidiar a escolha do futuro Reitor da UFPel, deu vitória clara e inequívoca ao Prof. Manoel Moraes entre os dois segmentos permanentes da Universidade (Docentes e STAs); b) Que a consulta foi concebida, regrada e anunciada como sendo uma consulta paritária, com peso de 1/3 para cada categoria; c) Que as categorias foram envolvidas de boa fé no processo, acreditando estar participando de uma consulta paritária, o que ao final não se mostrou verdadeiro; d) Que a vitória ao Prof. Mauro Del Pino não se sustenta nos números, se o resultado for calculado pelo critério paritário universalmente aceito; e) Que a deturpação do método ao longo do processo, independente das razões que levaram a isto, é prejudicial à imagem dos Servidores e da própria UFPel e f) Que a inversão do resultado do segundo turno, por um lamentável erro de interpretação, constituiu-se numa brutal injustiça contra pessoas que sempre souberam respeitar e valorizar os Servidores Técnicos, os Docentes e os Estudantes. Vêm publicamente manifestar o seu desejo de que o Conselho, como Órgão Máximo da Universidade, determine a revisão da fórmula de cálculo do resultado do segundo turno, com base em critério paritário universalmente aceito, restaurando assim a VERDADE e a JUSTIÇA. Pelotas em 18 de setembro de 2012." Assinado por uma série de servidores, o documento estará apensado à ata, assim como os demais documentos. De pronto, o presidente colocou a palavra à disposição dos presentes. Antes, porém, deu as boas-vindas aos novos conselheiros, pedindo desculpas por não tê-lo feito anteriormente. Logo a seguir, o conselheiro Flávio Demarco fez sua manifestação: "Para mim é um momento muito especial este que estamos vivendo, porque há vinte e quatro anos tive oportunidade de estar presente neste Conselho, como representante dos estudantes desta universidade, quando da realização da eleição em que houve a primeira eleição para um cargo diretivo desta universidade, com uma consulta feita à comunidade universitária, época em que tivemos dois candidatos (Prof. Amilcar Gigante e Cesar Borges) e naquela época o momento era o mesmo que estamos vivendo, no sentido de que houve uma consulta à comunidade universitária e era o momento do Conselho fazer a sua decisão, a sua deliberação a respeito de referendar esta consulta, o que acabou afinal acontecendo. Me parece que neste momento, lidos todos estes documentos, existe uma situação bastante peculiar, que é a seguinte: tivemos esta consulta e ela pode ser considerada como uma consulta que teve a participação de muitos conselheiros aqui presentes, seja na forma de candidaturas ou na sua votação. É um processo que se legitimou dentro da comunidade universitária da UFPel e me parece que o mais adequado neste momento, é que, a partir de regras que foram estabelecidas e aceitas pelas chapas que estavam concorrendo ao processo, fizesse dentro deste Conselho, que é o Orgão Máximo para poder fazer esta lista, como aqui está determinado, fizesse o referendo, através da eleição, dos três nomes que foram apontados quando da consulta à comunidade. Me parece também que esta discussão a respeito do método foi feita a priori em relação à consulta informal e houve um aceite por parte das chapas participante, dos indivíduos que estavam participando a concordância com as normas que estavam estabelecidas e me parece, a priori, que o que temos que fazer aqui,como Instituição Superior, é fazer o referendo a esta consulta que moveu grande parte da comunidade universitária desta Instituição. Podemos ter divergências acerca do processo? Podemos, mas isto é uma coisa que foi estabelecida, foi acordada e que me parece que é o momento de podermos referendar esta consulta que teve

Per



CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 5 de 58

tanta participação. O que acho que este Conselho deveria fazer a partir deste momento é poder fazer uma eleição para referendar esta lista que foi elaborada a partir desta consulta informal 209 feita à comunidade." A seguir o conselheiro Alex Molina se pronunciou: "Desde que participo 210 das discussões sobre projetos, desde a minha escola de primeiro grau até chegar a este momento 211 aqui na Universidade, sempre me envolvi muito com as questões fora da sala de aula. Por mais 212 jovens que somos quando estamos no nosso ensino fundamental e médio, recordo da 213 participação nas eleições da minha escola para escolher diretor e vice-diretor. Em dois mil e 214 oito, logo em seguida de ter entrado nesta universidade, participei de uma cena que jamais vai 215 ser apagada da minha mente, que foi aquele processo, a tentativa de um processo com muita 216 discussão, onde um aluno com um ano de casa tentava entender o que se passava diante de 217 218 professores com idade para se aposentar e que construíram esta universidade e fizeram dela uma instituição de tremendo respeito. Não só professores, mas servidores. Lembro muito bem 219 das aulas práticas que tinha na Química, com a Verônica, técnica-administrativa, que dividia os 220 espaços, os períodos de aula com a Professora Alzira, que hoje está presente, ambas nos 221 auxiliavam e mostravam a qualidade que o corpo docente desta Instituição tem; que o corpo 222 223 técnico-administrativo desta Instituição tem. O que digo aqui hoje, eu disse algo muito 224 próximo a isto em dois mil e nove, quando no Teatro Guarani, participei da calourada como 225 representante dos estudantes na atividade de calourada para receber os novos alunos da nossa 226 universidade: temos problemas de falta de infra estrutura; eu convivo com laboratórios que 227 não têm extintores de incêndio, no prédio quatro do Campus Capão do Leão, na Química de Alimentos, onde não temos capela exaustora para fazer reação química e todas as reações 228 229 químicas e todas as decomposições de matéria, que nós fazemos de queima, são colocadas na 230 sala de aula. Mesmo assim, mesmo respirando produtos tóxicos, mesmo jogando produtos 231 tóxicos pela pia como restos de resíduos, como muitos alunos fazem, desde os laboratórios de 232 graduação aos laboratórios de pesquisa, não deixamos de aprender e aprendemos inclusive 233 com o erro. Lembro que em 2008, no final do ano, quando participei da gestão de nosso 234 Diretório Acadêmico, meu primeiro envolvimento com a parte de política, e não política 235 partidária e sim política universitária, quando fui representante do Diretório Acadêmico da 236 Química e membro do Conselho daquele ainda Instituto de Química e Geociências, discutíamos 237 e faziamos reuniões infinitas, nesta porcentagem de 70/15/15, como manda a lei, para definir ou 238 tentar definir como melhor resolveríamos as coisas. Muitas vezes não conseguimos. Já tive de 239 participar de ações junto ao Ministério Público Federal onde interditamos, através do Ministério 240 Púbico Federal, parte de nossa universidade, pois não fomos ouvidos por aqueles que foram 241 documentados dos problemas. E hoje quando vejo que os laboratórios da Química, com mais de 242 trinta anos de existência, que estavam em condições inadequadas de trabalho causando riscos à 243 saúde de professores, de técnico-administrativos e de alunos, se mantinham naquela condição e 244 que foi a atitude dos alunos que fez a diferença naquele momento, através da coragem de fazer 245 uma denúncia de sofrer retaliação política nos diversos âmbitos desta Universidade, demos a cara a tapa e fomos. Hoje nós vemos laboratórios bem mais adequados, e a Professora Alzira 246 247 trabalha lá e sabe muito bem do que eu falo, por atitude da comunidade. Entendemos as 248 dificuldades que as universidades vivem ou que viviam, mas entendemos ainda mais que os 249 processos desta universidade dependem dos alunos, professores e dos técnico-administrativos. 250 Somos uma comunidade. Conheço muito pouco o Professor Demarco, mas fico feliz de ouvi-lo, 251 aqui e agora, como ex representante discente neste Conselho, como eu sou hoje, representante 252 discente, trazendo uma fala que o preocupa da não aceitação de um resultado. Em primeiro 253 lugar, quando dizem que os alunos são passageiros na Instituição, e alguns, eu já ouvi, dizem 254 que não deveriamos ter espaço para escolha ou que este 70/15/15, como manda a Lei, ainda é o 255 melhor espaço, porque somos passageiros rápidos deste processo eu me pergunto: Quem não é? 256 E me pergunto ainda: Quem já foi passageiro rápido e está sendo agora passageiro de trinta, trinta e cinco anos de trabalho e está somando seu tempo de passagem neste bonde onde pagamos passagem diariamente com nossos impostos? Estas documentações aqui apresentadas, gostaria de deixar bem claro, que elas não são inéditas. Talvez necessárias para a condução do processo, mas não são inéditas. Todos aqueles que aqui participaram daquela consulta informal,

257

258

259

260

Cew



279 280

281

282 283

284

285

286

287 288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300 301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311 312

313

que foi feita, sabiam das regras, sabiam do modelo que estava sendo aplicado. Participei de 261 262 reuniões com diversas pessoas que foram à disputa daquele processo; todos que estavam naquele processo e em um ambiente de muito respeito, tive o prazer de estar em reuniões com a Professora Kantorski, que fazia parte de uma chapa da qual eu não participava das atividades; o 264 Professor Manoel que foi recebido por nós no DCE, com todo o respeito que nós podíamos 265 oferecer, junto com a Professora Márcia que tive a satisfação de cumprimentar com um beijo e 266 um abraço aqui na porta, bem diferente do que nós fazíamos em 2008. É óbvio que com alguns 267 professores nós vamos ter uma afinidade um pouco maior e com outros, um pouco menor, pois 268 estamos em uma universidade. É um universo e o universo é diferente, porque o que rege o 269 270 universo não é um lado ou outro, mas sim o equilíbrio de tudo isto. Eu poderia muito bem ter citado a Professora Gladis, Diretora da Biologia, mas meu relacionamento com a Professora 271 Gladis, de tão qualificado que é por ser uma mulher exemplar do serviço público federal, não 272 273 me permite aqui ficar falando bem daqueles que eu tenho mais do que respeito, já tenho uma admiração e um carinho, não só pela postura profissional, mas pelo comportamento humano e 274 isto a gente tem de separar muito bem. Quando eu vejo uma Nota Técnica do MEC dizendo que 275 276 a votação paritária formal é contrária à legislação em vigor, não há ninguém aqui que participou do processo, que se candidatou, não há ninguém aqui que participou de reuniões no DCE, da ASUFPEL ou da ADUFPEL, que desconhecia isto. Quando diz que ela deveria ser anulada, essa nota técnica deveria ser anulada, porque é incabível dizer que uma consulta informal deve ser anulada. É óbvio que a consulta era informal. É obvio que aqui está se trazendo uma idéia do que nós, como comunidade, um dia pensamos e que era informal. A informalidade é tanta, que se fizermos um bolão para a copa de 2014 não significa que o resultado que sair daqui vai ser o resultado do campeão que vai ter lá. Precisamos entender que a questão não está na legalidade e sim da legitimidade do processo. Eu, quando ingressei na universidade, riograndino, filho de um pescador e de uma dona de casa, ambos semi analfabetos, sou o primeiro da família que tenta, entre todo este entrevero de fazer o que gosta por me sentir representado e ter coragem de fazer isto, me manifestar, não só como acadêmico, porque representei a universidade, representei meus colegas dentro do Curso de Química, como coordenador geral do Diretório Acadêmico, dentro do Curso de Química de Alimentos, como representante do Diretório Acadêmico da Química de Alimentos; três vezes membro do DCE; duas vezes do Conselho Universitário e é a segunda vez que participo e gostaria de deixar registrado em ata que este Conselho desrespeita o Regimento, assim como falam que uma consulta informal desrespeita a lei, este Conselho desrespeita o Regimento, pois não chama as reuniões ordinárias que deveria fazer a cada três meses, o que é inconcebivel para uma Administração que queira ser democrática e dentro da Lei. Estou aqui perdido. Conheço todos os rostos que estão aqui. Todos os rostos se conhecem ou pelo menos têm algum contato de saber o nome de quem é cada conselheiro. E eu vejo homens e mulheres que fazem parte da elite intelectual desta Universidade, deste país, que é uma fatia muito pequena, que ainda tem muito que se expandir, discutindo sobre algo que já foi discutido. É mais ou menos como chover no molhado ou andar para frente, não consigo entender muito bem como se discute hoje regras de um jogo que já foi jogado, regras pré estabelecidas e aceitas por todos aqueles que foram candidatos. Eu não vejo a consulta informal como um problema. Vejo que, como cidadão, o que teremos nos próximos passos da nossa Universidade é uma questão de caráter, é uma questão de convívio de olho no olho. De olhar para o professor que está ao meu lado, de olhar para o colega que está ao lado e dizer: participamos daquele espaço, discutimos, votamos, nos digladiamos, erramos muitas vezes, falamos bobagens, falamos acertos, mas crescemos. E eu me sinto mais desenvolvido hoje do que era antes. O papel da universidade não é apenas fazer formação profissional, senão moldar, lapidar o cidadão e fazer com que o cidadão saia com o caráter consolidado. Um caráter firme e forte para construir uma sociedade baseada no conhecimento, na tecnologia, mas também na democracia, no desenvolvimento igual e em condições igualitárias para todos, por mais que a lei não seja igualitária para nós, por mais que aqueles que, como o Professor Demarco, está hoje nos 70% e já esteve um dia nos 15%.

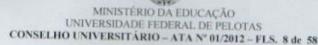
vejo que isto é ainda assustador perante a Lei, que nós com muita maturidade discutimos isto



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 7 de 58

durante vários momentos e que hoje estamos aqui simplesmente para colocar todas as 314 discussões, que obviamente jamais serão encerradas dentro de um espaço universitário, colocar 315 estas discussões realmente no papel. Não duvido de nada, não duvido que nenhum resultado 316 seja diferente ou que o resultado que conseguimos seja colocado em prática. Se me 317 perguntarem se o candidato em que eu votei ganhou eu respondo não, meu candidato era o 318 Professor Bretanha, que era o candidato que acreditava estar apto para fazer isto e desejaria ver 319 como próximo Reitor desta Universidade, mas tenho respeito por todos aqueles que foram 320 candidatos, seja a Professora Kantorski, o Professor Manoel, o Professor Odir e a Professora 321 Eliana que não está aqui também. Assim como pelo Professor Mauro Del Pino que nesta 322 consulta informal, ganhou. Infelizmente um ganha, pois são seis candidatos e infelizmente não 323 324 dá para todos ganharem. Mas quero dizer que a Universidade ganhou como um todo, porque aquele modelo anti-democrático que foi colocado, com polícia na rua, e para mim é muito 325 dificil falar sobre questões policiais, pois jamais me envolvi em nenhuma até chegar à 326 Universidade, quando nós tivemos a presença da polícia aqui na frente, nos trancando espaço e 327 não nos deixando passar, e tudo aquilo acontecendo. E aquilo ficou no passado e em nenhum 328 momento, nem o Professor Cesar e nem o Professor Manoel, nos quatro anos de mandato que 329 330 tiveram, foram agredidos ou foram ofendidos. Muito pelo contrário: o Professor Manoel muitas vezes nos recebeu na Reitoria no intuito de nos ajudar a discutir pelo menos os problemas e nós 331 332 temos um grande respeito pelo senhor. O Professor Cesar em raras vezes nos recebeu, 333 raríssimas na verdade, mas onde esperávamos que poderíamos conversar com ele, que seria no Conselho Universitário, também não chamava, então o Professor Manoel acabou ficando mais 334 335 próximo de nós, mas nem por isso faltamos com o respeito pelo Professor Cesar, porque 336 acreditamos que por mais erros e equívocos que existam, estamos dentro de uma universidade e dentro de um espaço democrático e nós estudantes valorizamos isto. Gostaria de concluir 337 338 dizendo que espero que sejamos democráticos e que mantenhamos o nosso caráter ou que pelo 339 menos aqueles que acreditam na democracia e que possuem caráter consigam manter os seus 340 não só hoje, mas sempre. Obrigado." De pronto, a palavra foi concedida à conselheira Ediane: "Me parece que a preocupação do conselheiro Alex, pelo menos não acho que caiba neste 341 342 momento, pois tenho muita tranquilidade com relação ao que está sendo discutido aqui, porque 343 existe toda uma formalidade em relação à elaboração de uma lista tríplice que tem de ser 344 discutida e me parece que o processo tem que ser trazido ao conhecimento destas manifestações 345 mas não reflete as dúvidas dos conselheiros aqui encaminhadas. Tanto que o Professor Cesar 346 encaminhou ao MEC para responder, porque a maioria dos conselheiros aqui esteve presente no 347 processo votando e fazendo campanha. Pró-Reitores aqui presentes inclusive. O próprio Vice-348 Reitor que foi candidato. Nós temos Diretores de Unidades e as pessoas tinham clareza. Não 349 tem nenhuma dúvida para nós aqui. Não existem surpresas para nós conselheiros em relação a 350 este processo. Se houvessem dúvidas, pessoas sérias e comprometidas com a Instituição não 351 teriam participado deste processo, não teriam deixado o momento certo de questionar este 352 processo. Me parece que toda esta conversa que estamos fazendo aqui é para que as coisas 353 sejam realmente clareadas e que o processo seja encaminhado da forma como tem que ser, nos 354 trâmites legais que ele tem que acontecer. Em relação ao Reitor e ao Vice-Reitor, como autoridades máximas desta Universidade, se tivessem qualquer dúvida com relação à realização de uma consulta informal, acredito que também teriam encaminhado esta dúvida no momento 356 357 correto à Junta Eleitoral constituída e não foi isto que foi feito. O Reitor publicou na página da 358 Universidade o edital. Então, não vejo porque nós tenhamos qualquer intranquilidade de 359 conduzir esta discussão aqui. E me parece que o encaminhamento do Professor Demarco é 360 muito tranquilo também, porque os cálculos de percentuais foram acompanhados durante o 361 escrutinio. O Vice-Reitor da nossa Universidade estava presente nesse momento. Não teve 362 nenhum questionamento e a Pró-Reitora de Recursos Humanos estava presente e não houve 363 nenhum questionamento. As chapas, que chegaram ao final do processo, acompanharam o escrutínio até o último voto e não teve nenhum questionamento. Então não existem dúvidas 364 365 para serem colocadas neste momento, aqui no Conselho Universitário. Estas dúvidas foram colocadas para o Professor Cesar, depois da realização da eleição, talvez por pessoas menos

Com



372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392 393

394 395

396

397 398

399

400

401

402

403

404

405 406

407

408

409

410

411

412

413 414

415

416

417

418

419

informadas e foram encaminhadas ao MEC e respondidas com total tranquilidade. Acho que 367 com esta tranquilidade podemos levar a discussão até o final e encaminhar o final ao referendo 368 à consulta e fazer os procedimentos legais que devem ser feitos. A minha sugestão de 369 encaminhamento é esta: Que esgotemos a discussão aqui no processo formal e que ao final se 370 encaminhe a homologação com toda a tranquilidade de que todos nós acompanhamos esta eleição até o momento da contagem do último voto. Obrigada." A seguir tomou a palavra o conselheiro Paulo Kuschier: "Me inscrevi, não para falar do processo, mas de algumas questões que envolvem o processo. Antes disto, o Professor Cesar encaminhou a leitura de alguns documentos e nos disponibilizou eles, mas um documento que julgo de vital importância que citou como carta aberta ao CONSUN, não nos foi entregue e gostaria que o Professor Cesar providenciasse a cópia e entregasse aos conselheiros este documento completo. Em relação à pauta da manhã de hoje, eu quero fazer coro com o que já foi dito aqui e acho que o encaminhamento do Professor Flavio Demarco para nós é tranquilo, pois estamos aqui para, em um ato de grandeza, um ato de respeito à democracia, à ética e aos valores morais que devem nortear uma universidade pública referendar o nome do Professor Mauro Del Pino e encaminhar a lista triplice não cabe outro encaminhamento que não este. E eu quero justificar esta minha ponderação: eu penso que estamos discutindo aqui, em caráter mais profundo, o respeito, a valorização e a exaltação da democracia. Acho que é basicamente isto. Nós participamos de um processo democrático e nenhum de nós, mesmo que um grupo pequeno decidiu como seria este processo. Este processo foi decidido por todos. Pela comunidade acadêmica como um todo. Em nenhum gabinete, em nenhuma sala se criou normas e elas foram impostas. Faço lembrar aqui que todos os questionamentos que vem sendo feitos, basicamente são de docentes desta universidade, alguns técnicos menos avisados, mas basicamente de docentes e eu lembro muito bem que nós inclusive adiamos a publicação nos jornais da cidade do edital convocando a consulta informal, por conta de questionamentos de docentes que acabaram gerando uma nova assembléia da ADUFPEL para rediscutir as normas do processo. Isto aconteceu conosco também e na ASUFPEl também realizamos no mínimo duas assembléias onde falamos basicamente em eleições, na consulta informal. No DCE também aconteceram assembléias para isto. Ou seja, tudo isto para dizer que em nenhum momento se negou a participação das pessoas e os questionamentos que poderiam ser feitos anteriormente. Estabelecidas as normas, discutidas e aceitas por toda a comunidade acadêmica da universidade, da qual as senhoras e os senhores fazem parte, penso que desta forma democrática, questionamentos ao processo, aos procedimentos não cabem. Eles são extemporâneos e casuísticos. Temos algo de fundo que permeia todos os cursos desta Universidade, todas as áreas do conhecimento desta universidade e este algo é o exemplo a dar à comunidade. Somos uma instituição republicana. Somos uma instituição que deve primar por valores éticos e morais de garantia da democracia. Não podemos passar para a comunidade, aos nossos alunos, nossos colegas técnicos e professores a idéia de que a democracia vale até o momento que me serve. Isto eu tenho certeza de que não vai acontecer aqui dentro. Quero lembrar também, e o Professor Manoel está aqui e pode me desmentir e eu acredito que isto não vai acontecer, pois estou falando a verdade: ao término do processo, quando nós escrutinamos e último voto e a Junta anunciou a chapa vencedora, fui até o Professor Manoel e perguntei se queria fazer uso da palavra, deixando bem claro que, pela exaustão do processo, esta era uma escolha dele e ele disse isto que me deixou extremamente contente, porque me mostrou o caráter dele: eu faço questão de falar. Falou e exaltou o processo, parabenizou a chapa vencedora e disse que a Administração estaria com as portas abertas para que o processo de transição ocorresse. Acho que é para isto que estamos aqui dando início: Referendar o nome do Professor Mauro para que este processo de transição ocorra. Falei em ética e ética significa também cumprir com acordos pré-estabelecidos e isto é o básico: nós entramos em uma disputa, num jogo em uma universidade compreendendo do que a gente precisa. Fui aluno desta universidade e somos alunos sabendo que existe uma média estabelecida, que existem critérios para se chegar a um exame, que para obter o diploma temos que cumprir com determinados procedimentos, regramentos pré-estabelecidos, mas o que me garante que um aluno que nunca

Com



440

441

442

443

444

445

446 447

448

449

450

451

452

453

454

455

456 457

458

459 460

461

462

463

464

465

466

467

468

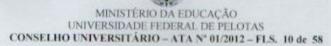
469

470

472

420 tenha conseguido alcançar a média não possa questionar estas regras depois. Pode, mas é 421 extemporâneo e certamente não vai conseguir obter êxito e acredito que é o que vai acontecer 422 em relação a estes questionamentos feitos com esta carta aberta ao CONSUN. A consulta 423 informal está feita e o resultado está dado. A comunidade conhece e aceita, mas nós temos uma 424 questão muito delicada para nortear nossas deliberações aqui: Nós somos representantes desta comunidade e nós não representamos os nossos interesses aqui dentro. O Alex acabou de falar: 425 o meu candidato não foi eleito e para mim o meu candidato era o melhor, mas ele está aqui para 426 427 representar a comunidade acadêmica que o elegeu e não a vontade dele. Ele não vai propor aqui 428 que o Professor Bretanha seja o novo Reitor da Universidade. Isto é importante. E porque digo que isto é importante? Porque temos que pensar que aquilo que fizermos aqui tem 429 430 consequências. Nós precisamos pensar que a Universidade é muito maior do que qualquer um de nós. Todos nós somos passageiros e a Universidade fica. Precisamos criar e manter nesta 431 432 universidade um ambiente de tranquilidade e de democracia. Um ambiente de governabilidade. 433 E para isto nós temos que respeitar o que a comunidade universitária nos disse. Nós todos 434 recebemos um recado e nós todos participamos da construção deste recado. Nós votamos, nos engajamos em campanhas, nós trabalhamos para que este processo acontecesse, sabendo como 435 436 ele era. Nós não somos ingênuos e ninguém foi enganado, como faz quer parecer alguns comentários em redes sociais e até mesmo na imprensa. Ninguém foi enganado. Todos sabiam do cálculo e de como as coisas seriam feitas. E foram feitas com a mais pura tranquilidade. 439 Exaustiva tranquilidade e transparência, inclusive. Lembro a todos o primeiro turno, onde levamos quase vinte e quatro horas para chegar ao resultado final. Tudo isto colabora para que a gente reflita sobre o que vai fazer aqui dentro, porque o que vamos fazer aqui vai ter repercussão ali fora. Nós queremos uma Universidade onde, nos próximos quatro anos, nós poderemos trabalhar de forma tranquila e que a governabilidade se dê de uma forma tranquila, ou nós vamos assumir o risco de criar um fato e este fato gerar uma consequência que sabemos, não será positiva. Alunos, manifestações de técnicos e docentes. Já tivemos uma greve nesta universidade para nomear um Reitor eleito, e obviamente ninguém é criança, eu não estou aqui fazendo pressão dizendo que vamos fazer isto, mas é claro. Existe um ambiente na universidade de preocupação, um ambiente de medo com relação a esta tentativa de mudança de resultado que é repito: extemporâneo. Chamo os senhores conselheiros à avaliação de que homologar o resultado das eleições não é nada mais do que cumprir com a tarefa de respeitar aqueles que representamos. Nós não estamos homologando a vitória de um amigo, de um correligionário ou de alguém em quem a gente votou. Estamos aqui respeitando aquilo que nossos representados nos indicaram. E para tudo isto temos de ter uma reflexão muito séria. Não podemos brincar de mudar resultados, porque a partir daí a repercussão pode ser bastante constrangedora para a Universidade e para todos nós. Obrigado." Dando sequência às manifestações, a conselheira Lúcia Maria Vaz Peres fez o seguinte comentário: "Queria me somar às falas que me precederam, mas gostaria de exaltar pontualmente duas: a do meu colega Flávio, que pontuou a sua trajetória nessa Universidade e ao Alex como aluno. Também eu fui aluna como todos vocês e aqui estamos na condição de formadores e numa condição de "excelência" neste conselho. Sou formada pela Universidade Católica de Pelotas na parte profissional e continuei minha alta formação, meu processo de formação, na Universidade Federal de Pelotas, pois ainda enquanto estudante me juntava aos colegas que estavam na Universidade Federal, na Faculdade de Educação, porque esta faculdade sempre fora uma faculdade de ponta no sentido de pensar o que não estava hegemônico naquele momento. Muito bem. O que eu quero dizer? Primeiro é que nós temos uma trajetória de formação e isso é obvio, e que somos eivados, nesta trajetória, pelas intimações de nossos formadores e também pelas demandas de nossos alunos. Quero dizer que estou muito impressionada, porque quero fazer minhas as palavras do Paulo quando diz que a democracia não pode valer para aquilo que nós queremos. Sou diretora desde o dia seis de agosto e já recebi duas consultas por telefone. Uma delas para fazer uma votação, uma justa causa ao Professor Schlee, e me incomodei com isto e disse para a secretária, quando esta me ligou, que eu não faria mais isto, pois acho inadmissível que sejamos consultados para algumas coisas de um jeito e para outras, de outro. Entendo que tenha sido uma coisa de

Peu



473 urgência e quero pensar que isto não irá mais acontecer. E fiquei muito feliz quando recebi a 474 convocação para este momento, só que, apressadamente pensei que já era para consolidar, mas 475 depois li melhor e vi que era para tecermos algumas reflexões sobre isso. Quero elogiar este 476 processo, pois acho que está bem, muito bem, só que eu quero ressaltar o seguinte: lemos dois 477 documentos e o Paulo salientou outro que não foi entregue a todos nós. Houve todo um 478 processo transparente anterior a este. Minha questão é, com todo o respeito ao Professo Manoel 479 Moraes e quero ressaltar isto, que ele foi na minha posse de direção, elegantemente, que me fez 480 admirá-lo mais como pessoa do que já admirava, porque acho que é um ato de coragem ir na 481 posse de uma diretora cujo futuro indicado pela comunidade a Reitor seria o diretor que estava 482 me passando o cargo. As relações humanas são cravadas de embates, mas acho que temos, e 483 devemos como Universidade Federal de Pelotas, que pensar seriamente o que estamos fazendo 484 e o que queremos para os próximos anos? Para terminar minha fala, porque não vou me 485 alongar, eu gostaria de ler este documento que eu tenho em mãos. Leitura do item 25 das 486 normas para a eleição: a forma de voto será o paritário o que corresponde à divisão de um 487 terço por segmento universitário votante (servidores docentes, técnico-administrativos e 488 alunos). 25.1: para efeito de cálculo, serão considerados apenas os eleitores que efetivamente 489 tenham votado. Porque não foi discutido isto antes? E me pergunto: se o resultado fosse 490 diferente, estariamos fazendo esta discussão toda? Quero terminar dizendo do meu respeito a 491 muitas pessoas desta gestão, com os quais eu trabalho muito bem, mesmo antes de ser diretora, e para os quais eu tenho o maior apreço, sobretudo pelo Professor Manoel, o qual eu já citei, 492 493 isto o que estamos fazendo aqui é, desculpem a expressão; desculpem, mas eu vou dizer: um 494 engodo. Bom dia a todos." Logo a seguir, manifestou-se o conselheiro Sidney Vieira: "Bom dia 495 a todos. Também serei breve como a Lúcia, porque vou reprisar alguns pontos que já foram 496 tratados por outros conselheiros. Inicialmente pediria licença ao colega Alex Molina para uma 497 reinterpretação à conclusão a que ele chegou a respeito da Norma Técnica que responde a 498 consulta do senhor Reitor, a Nota Técnica 124, quando conclui que a norma deve ser anulada 499 em virtude do que considera a votação paritária, devendo ser anulada, no que consta o item oito. 500 Na verdade eu diria o seguinte, que o item oito se refere como está expressamente constando 501 ali: ainda que o procedimento fosse considerado de natureza formal, este contrariou a 502 legislação em vigor, ao adotar pesos diferentes daqueles dispostos nos arts. 16, III, da Lei nº 503 5.540/68, e 1°, § 4°, do Decreto nº 1.916/96. A votação paritária formal é contrária à 504 legislação em vigor, devendo ser anulada. A votação a qual estamos nos referindo aqui não foi 505 formal, portanto acredito que a Nota Técnica é perfeita neste caso e não está sugerindo a 506 anulação da votação informal. No caso da votação que foi feita vale o parecer do item seis da 507 Nota, que é explícito: contudo, em se tratando de consultas informais à comunidade 508 universitária, entende-se que a configuração dos votos de cada categoria pode ser livremente 509 estabelecida, visto que se trata de mera consulta, sem efeito vinculante para a elaboração da 510 lista tríplice. Deste modo, a votação paritária em consulta informal não contraria qualquer 511 norma posta, conforme entendimento consolidado na Nota Técnica nº 473/2011-512 CGLNES/GAB/SESu/MEC. Então só uma reinterpretação que eu entendo que na verdade a nota 513 técnica subsidia o processo, uma vez que considera que esse processo foi informal e poderia se 514 adotar qualquer que fosse o critério para a eleição. Apenas como esclarecimento para que não 515 fique um entendimento de que a Nota pudesse ter sido contrária ao processo. O que temos aqui, 516 para mim, é uma questão bastante clara, e inequívoca. Nós estamos ouvindo esta manifestação 517 há algum tempo e de fato o que nós temos: ocorreu uma consulta informal à comunidade que 518 nos trouxe um resultado que é conhecido por todos e o encaminhamento que devemos fazer é 519 de atender àquilo que a legislação em vigor exige (Leis, Decretos, Notas Técnicas, etc.) com 520 um único encaminhamento que eu entendo que seja o de referendar a lista tríplice escolhida na consulta já realizada e cujas regras repetidamente têm sido ditas aqui eram conhecidas de todos. A forma de cálculo foi amplamente divulgada como alguém citou, inclusive publicada no próprio site da Universidade e, portanto, não se trouxe nenhuma novidade a não ser uma, nem foi uma interpretação nova, mas um descontentamento sobre a regra completamente extemporânea como frisou o membro da junta Paulo Kuschier, conselheiro que já se

521

522

523

524

525



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 11 de 58

manifestou. Na realidade a discussão que temos que fazer não é uma questão jurídica, legal, 527 porque este encaminhamento é inequívoco. O Conselho Universitário tem que seguir o que está 528 estipulado nas Normas, Decreto e Notas Técnicas. A questão que está posta é uma questão ética 529 e de encaminhamento da lista tríplice e neste sentido, em respeito à ética, à democracia e à 530 própria governabilidade desta Universidade, eu sou favorável ao encaminhamento que tem sido manifestado pelos conselheiros que usaram a palavra, no sentido de que se encaminhe a única 531 532 lista tríplice possível de ser encaminhada por este Conselho: Mauro, Denise e Gilson. Com 533 relação ao pronunciamento da colega Lúcia, que se manifestou antes de mim, eu diria que sim 534 Lúcia, nós estaríamos aqui fazendo o que estamos fazendo, por uma questão legal, pois temos 535 que fazer este encaminhamento. O que não podemos é discutir o que já foi feito em termos de 536 consulta à comunidade e em termos de discutir normas que estavam dadas publicamente para 537 todos. Isto sim seria um teatro, um engodo. Agora, este encaminhamento ele juridicamente é 538 perfeito e nós temos que nos submeter à Lei e este Conselho não vai fazer algo que seja 539 diferente à Lei. A questão ética, esta sim, não se pode discutir nesse nível, de desfazer o que foi 540 feito democraticamente e corretamente. Sou pelo encaminhamento de que este Conselho faça os 541 encaminhamentos jurídicos legais, necessários para o encaminhamento, como eu disse, da única 542 lista tríplice que este Conselho democrática e eticamente pode encaminhar: Mauro, Denise e 543 Gilson." Terminada esta fala, foi concedida a palavra ao conselheiro Edar da Silva Añaña: " 544 Acredito que todos os conselheiros já tenham ao menos escutado falar de mim, pelo que rolou 545 nas redes sociais nos últimos dias. Gostaria de inicialmente declarar minha satisfação de estar 546 neste Conselho pela segunda vez. Faço coro aos conselheiros que me antecederam, que 547 reclamam por mais reuniões, mais discussão. Inicio minha fala querendo me dar por notificado, 548 finalmente, três meses depois, que, efetivamente, houve uma consulta informal nesta 549 Universidade, que apontou um elenco de candidatos e cuja norma, no seu item 26, determinava que aos conselheiros deveria ser dada imediata ciência do resultado. Estou há três meses 550 551 tentando ser notificado oficialmente do resultado, para que, possa me manifestar. Até hoje esta 552 notificação não chegou, acaba de chegar neste instante. Portanto, meu prezado Paulo Koschier, 553 que me fez um e-mail muito gentil há bem poucos dias e muito respeitoso, os nossos 554 questionamentos não são extemporâneos. Nós, conselheiros ainda não tivemos a oportunidade 555 de nos manifestarmos oficialmente sobre o possível resultado da consulta. 556 extemporâneos e não são antiéticos, pois não posso considerar que seja contrário à ética o ato 557 de pedir a alguém que detalhe a conta que nos cobra. Não posso considerar que seja antiético 558 solicitar à junta eleitoral que me revele os resultados por inteiro. Eu não considero antiético 559 cobrar dos organizadores do pleito que me revelem os números das abstenções, que me revelem 560 o cadastro eleitoral para que eu, como conselheiro alfabetizado que sou, que sei fazer contas, 561 possa tirar, eu próprio, as minhas conclusões. Nenhum conselheiro pode ser tratado como 562 criança, e eu não aceito que me digam que eu preciso ou que devo votar em uma lista de nomes, 563 sem que antes me apresentem três coisas: a norma, os resultados por inteiro e uma interpretação 564 dos resultados. Até agora a única coisa que chegou para nós foi uma interpretação dos 565 resultados. Não chegaram nem os dados, nem as listas e nem as normas assinadas, porque as 566 normas, perdoem-me, que estão na página da ADUFPEL, são um rascunho que nem data tem. 567 Estão ali, mas até agora não chegou esta norma até nós. Sobre o documento que chegou ao 568 Reitor, do qual me dou por notificado neste instante, me causa surpresa sim, senhores 569 conselheiros, a maneira impositiva com que chega um documento, e descortês, aliás, como veio 570 este documento, para referendar o resultado, quando a própria Nota Técnica veda qualquer 571 votação referendatória ou homologatória. A Nota Técnica, ao que parece, vale quando permite 572 que se faça uma consulta informal, legal é obvio, mas não vale ou não é lida, naquilo que não 573 interessa. Então senhores, a questão da extemporaneidade fica afastada de pronto. Nós os 574 conselheiros estamos tomando conhecimento deste resultado, ainda que informado de forma 575 parcial, neste instante. Oficialmente. Sobre a necessidade de preservar as prerrogativas deste Conselho, acho que já foi bem trabalhado. O Conselho Universitário, como instância superior 577 desta instituição, precisa preservar suas prerrogativas, ainda que alguns conselheiros entendam 578 que o Conselho deva ser feito refém da consulta e foi isto que ouvi em um programa de rádio,

Cem



CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 12 de 58

eu entendo que não. Entendo que ao Conselho, como Orgão Máximo, cabe resolver e sanar 580 eventuais erros cometidos por Departamentos, Conselhos Departamentais e nesse caso também, 581 por Órgãos que não são da Administração direta, mas que carregam o nome da Universidade. 582 Portanto, senhores, eu concito a todos e fico muito feliz de ver a serenidade com que os 583 conselheiros estão se manifestando, o que contraria a exacerbação de ânimos que vivemos nos 584 últimos dias. Parabenizo os conselheiros por isto. Este é um momento especial que será 585 determinante para o futuro de nossa Universidade. Precisamos fazer a maior força possível para 586 separar o eu torcedor do eu gestor. O eu torcedor tem preferências: vota em A ou B ou em C, e 587 o conselheiro Alex Molina foi muito feliz quando disse: "eu votei em um, mas ele não ganhou, 588 vou pelo outro que me parece mais legítimo". É isto mesmo Alex eu também votei no Professor 589 Manoel que não ganhou. Porque quando se chega ao Conselho tem que se ter clara a noção de 590 que uma eleição se ganha ou se perde, mas ela se acaba no dia seguinte ou na semana seguinte e 591 a vida continua. Por isso trago uma manifestação muito bonita, que colhi do Professor Fabio 592 Vergara lá na ASUFPEL, quando, no calor daquela disputa fratricida que se fazia ali, o 593 Professor Fábio colocou para todos que havia a necessidade de se preservar as relações e tudo 594 aquilo que temos de mais belo, pois passada a eleição temos que continuar convivendo 595 fraternamente e produzindo fraternamente. De minha parte, ainda que uns e outros digam que 596 sentem vergonha da presença de pessoas como eu dentro da Universidade, eu gostaria muito de 597 dizer que eu me orgulho muito da pluralidade que se vive aqui dentro, desde que esta seja uma 598 pluralidade respeitosa. Sobre a consulta propriamente dita, eu gostaria de dizer que a consulta 599 tem méritos muitos e defeitos também. O Professor Demarco falou muito bem sobre a 600 consolidação de um processo que vem se construindo ao longo do tempo. Esta cultura de participação democrática custa a ser criada e eventualmente arrefece, mas nós estamos vivendo 601 602 um momento muito interessante. A consulta foi um momento de extrema riqueza de discussão. 603 A Professora Luciane tem esta palavra. Empreste-me: rico. Um momento rico. A consulta nos 604 permitiu trabalhar como nunca, no meu tempo de vida aqui dentro nos permitiu trabalhar as 605 questões dos acertos e desacertos da nossa universidade nos últimos tempos e eu louvo sem 606 nenhum constrangimento o trabalho, o esforço que foi feito pela comissão organizadora, pelas 607 três entidades, para fazerem algo que este Conselho deveria ter feito e não fez. As entidades 608 têm todos os méritos por terem arregimentado forças, recursos, envolvido a todos nós em um 609 processo maravilhoso de participação. Um processo riquissimo. Os debates acalorados, onde 610 teve gente que pintou a cara, foi um momento bonito de se ver. Democrático. Eu não participei 611 - infelizmente - como gostaria, pois no primeiro turno estava viajando e no segundo turno 612 cheguei no último dia, mas ainda assim participei como eleitor. Houve na consulta um processo 613 de engajamento e vendeu-se uma esperança de mudanças que foi extremamente positivo. Este é 614 um aspecto bom da consulta, e outro aspecto bom que precisa ser preservado é que a consulta 615 aponta claramente os desejos da comunidade. Ela aponta com muita clareza os rumos que 616 preferem, o corpo permanente da universidade (os servidores técnico-administrativos e os 617 docentes), e aponta algo que é muito preocupante para mim: que o caminho, ou os caminhos 618 (pois são mais de um) desejados pelos estudantes são divergentes, pois diferem daquele 619 caminho apontado pelo corpo permanente da Universidade. O futuro Reitor, seja ele ou ela 620 quem for, terá que conviver com isto e deverá ter um cuidado muito grande para alinhar as 621 ações estratégicas da Universidade de forma a fazer com que se encontrem os objetivos do 622 corpo permanente e os objetivos desta massa, desta clientela, que hoje são divergentes. 623 Apontou o sentido do desejo da comunidade universitária. Entretanto eu discordo de alguns 624 conselheiros que me antecederam, em especial do Paulo Koschier e da Ediane, quando dizem 625 que não existem surpresas no processo: Existem sim, e elas são grandes. A consulta, por 626 maiores méritos que tenha tído, tem dois ou três pequenos defeitos que se não forem 627 consertados poderão se tornar grandes defeitos, com consequências que poderão ser permanentes. Entre estes defeitos, a consulta peca pela disparidade. Nós vendemos para a 628 629 opinião pública a idéia de que a consulta seria uma consulta paritária. Uma consulta que trataria igualmente os três segmentos (estudantes, técnicos e docentes). A paridade, senhores, é uma 630 forma de medir grandezas ou conceitos, que busca equiparar grandezas diferentes para que elas



633

634

635

636

637 638

639

640

641

642

643

644

645

646

647 648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

682

683

tenham o mesmo peso relativo, e não foi o que aconteceu nesta consulta. Mas aí vem a questão: se as normas foram discutidas exaustivamente com todas as chapas e associações por que só agora alguém vem discutir a paridade? Por uma razão elementar: porque a consulta, além de não ter sido paritária, ela peca em um segundo aspecto que é fundamental que é a falta de transparência quanto à mudança de normas. E aí sim, nós estamos tendo uma questão que me parece bastante grave, e que concordando com o que disse o Professor Cassal no início, não é compatível com a tradição desta Universidade, que precisa ser vista pela sociedade como uma Instituição séria e com ética e que se faz respeitar. Não vejo nenhum deslize, já disse isto e vou repetir. A falta de transparência, no caso de consulta especificamente, ocorre em dois momentos muito claros, muito vivos. A consulta peca pela opacidade, pela falta de transparência primeiro, quando institui um modelo não paritário e negocia isto no âmbito das entidades, com a concordância das chapas, mas não torna isto público para a sociedade que nos paga, que nos regra e que nos fiscaliza. Senhores, a consulta, em uma Instituição desta importância, não busca atender os interesses das chapas, que são partes interessadas busca atender, isto sim, os interesses da sociedade, que é quem nos paga e nos regra. Portanto, a partir do momento em que a consulta deixou de ser paritária isto teria que ter vindo a público, teria que ser anunciado publicamente, teria que ter sido colocado nas normas, que continham no seu cabeçalho e em seu arcabouço a ideia, que continuou sendo vendida para a comunidade, de que nós estávamos fazendo uma consulta paritária. A comunidade, a cada dia que passava, se engajava mais no processo, um processo bonito, uma construção maravilhosa, na vã ilusão de que estava participando de um produto cujo software estava programado, sem o conhecimento da sociedade, para não ser uma paridade. Este é o pecado maior da consulta "A consulta é legal", dizem os organizadores. Claro que é: não há dúvida (quanto a isto). Se é uma consulta informal, ela pode ser feita com qualquer percentual, com qualquer composição. Se quiséssemos dar maior importância para os estudantes, como foi feito, não teria ai nenhum problema, contanto que se tornasse isto público. Estivéssemos nós, no plano empresarial, não tenho dúvida que esta questão se resolveria fácil no PROCON, porque é uma questão de anúncio enganoso, de propaganda enganosa, de envolvimento enganoso. Então senhores, a consulta peca pela falta de transparência, eu dizia, em dois momentos cruciais. E isto é um erro, mas é um erro que se poderia chamar de erro errado, como se diz no Herval. Em Herval se diz que existem os erros " errados" e os erros "teimados". Os erros "errados" são aqueles que têm perdão, que têm compreensão. Ora senhores! Como não se faz consultas acadêmicas todos os dias, este pequeno descuido que ocorreu por parte das pessoas da comissão eleitoral seria algo perfeitamente compreensível, pois se passaram oito anos sem se fazer consulta e isto seria compreensível. Pois como eu disse, para os erros errados há o perdão. O que não há perdão é para os erros teimados. O que não há perdão é para a falta de transparência que ocorre após a consulta, quando são divulgados os números, e as pessoas passam a se questionar pela paridade. Cadê a minha paridade na qual eu me envolvi, a qual eu construí e que não me está sendo entregue? E a partir desse momento, aí sim, meu prezado Paulo Kuschier, sou obrigado a apontar, com todo o respeito, ai a Junta comete um deslize bastante preocupante. O direito de errar é absolutamente compreensível, no primeiro momento. O que não é compreensível é o retardamento na divulgação do resultado, é a ocultação de provas, é a não divulgação de números. É a insistência de fazer colar um conjunto de nomes pela imprensa e pelas redes sociais sem revelar os métodos e os números para que os conselheiros pudessem contestá-los. Aí sim vem a questão que complica. Se nos olharmos a questão de paridade, a Professora Lúcia disse: "Estava claro na norma que só contaríamos votantes". Professora, quando nós olhamos o que é paridade, nós que somos pesquisadores, precisamos nos prender, primeiro à teoria que é universalmente aceita e segundo, às regras que são fixadas para os casos que saem fora desta teoria. Como se trata de uma consulta informal, a comissão eleitoral teria toda a liberdade do mundo de fixar as normas que quisesse, mas precisaria ter criado as normas. Precisaria ter mostrado a fórmula, como seria calculado isto, e isto teria que ter sido divulgado, porque a consulta foi anunciada e envolveu as pessoas como se fosse uma consulta paritária e a fórmula paritária prevê que os três segmentos precisam ter o mesmo peso, a mesma importância. E não

Con



686

687

688

689

690

691

692 693

694

695

696

697 698

699

700

701

702

703 704

705

706

707

708

709

710

711

712

713 714

715

716

717 718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 14 de 58

foi o que se fez. Aqui o que se fez, foi pura e simplesmente a inserção de uma partícula, de um subitem que teria presumivelmente a intenção de explicar o item e, me socorram os juristas, Professor Gonzáles, Gastal e tantos outros - em que circunstância é possível o parágrafo contrariar o caput do artigo que ele visa explicar? Ora, se o caput número vinte e cinco diz: a forma de voto será o paritário, que corresponde à divisão de um terço por segmento universitário votante, como é que este subitem foi inserido? Porque a norma que foi posta é a mesma de 2004, com duas inserções: o segundo turno, que foi criado para o fim, e a inserção do item vinte e cinco. Ora, eu não entro no mérito jurídico se isto é defensável ou não, mas os parcos conhecimentos que tenho me apontam que se eu vou criar um parágrafo, um subitem, para explicar o item, este deve estar, no mínimo, alinhado ao item que ele quer explicar. Mas a comissão eleitoral fez algo ainda pior, Professora Lúcia: ela não só deixou de regrar a disparidade, deixou de regrar a consulta que ela estava criando, deixou de explicar qual a fórmula que deveria ser colocada, como também divulgou (que o cálculo seria feito de forma diferentre). Se não foi ela que divulgou, o Conselho Universitário certamente não foi, porque a consulta foi feita fora do Conselho. O Diário Popular, de 29 de maio de 2012, na véspera da consulta, portanto, e é por isso que eu digo prezados Paulo Kuschier, prezada Ediane que não é verdade quando vocês dizem que ninguém foi enganado, porque quando se pega o jornal Diário Popular da véspera da eleição, ali está dito com todas as letras: quais são os universos de quem vota e de quem não vota, o número de servidores, de docentes e, quando se explica como será calculado o total, a comissão eleitoral divulga para o MUNDO através do Diário Popular o seguinte: "professores, estudantes e técnicos tem peso de um terço cada, independentemente do número de votantes". Senhores, em um destes documentos que fizemos de bate volta que nos envolvemos usei a figura de linguagem como um bebê gestado com código genético modificado. Nós, durante a consulta, gestamos uma esperança, e esta esperança se chamava consulta paritária. Não sabíamos, Professor Farid, que o código genético do bebê havia sido modificado pelas entidades com a concordância das chapas, mas sem o conhecimento do público. Nós gestamos a criatura e quando a criatura nasceu vimos que o bebê não tinha a nossa cara. E quando viemos a público reclamar que o nenê não tinha a nossa cara, a comissão organizadora disse: "Tem sim. Nós o chamamos de consulta paritária e assim vai ser". Quando nós postulamos pelos números, os números não são revelados e quando nós tornamos isto público, somos ameaçados de processo por delito de opinião pela ADUFPEL. Delito de opinião, Professor Gastal, em 2012! Professor González, nós que fomos líderes estudantis nos anos setenta estamos hoje ameaçados de processo por delito por opinião, por pedirmos a conta. Imaginem! Então senhores, eu fico a me perguntar até que ponto é ético ou antiético obrigar conselheiros, intimidar conselheiros para que eles referendem, ao arrepio do que manda a Nota Técnica, uma série de nomes sem que se conheça os números, a fórmula e a técnica. Nós, Professor Odir, que revisamos periódicos nacionais e internacionais, quantas vezes não somos forçados ou nos vemos na situação de solicitar aos colegas autores que nos revelem os métodos, que nos digam como chegaram ao resultado? Pois aqui, o conselheiro que ousar pedir o método ou pedir a conta é ameaçado de processo, ou é retratado pelo auto-proclamado Vice-Reitor eleito, como um sujeito desprezivel que envergonha a classe dos professores. Por que a escolha da técnica foi tão decisiva, foi tão determinante? Uma questão que as pessoas me têm feito: "Não é a mesma coisa calcular pela amostra que pelo universo?". Depende do número de categorias envolvidas no processo. Se eu tenho diversas categorias, como no caso do primeiro turno, quando se tem seis chapas, se a eleição tivesse sido nos mesmos moldes como insiste a comissão eleitoral, se a eleição tivesse sido feita nos mesmos moldes da eleição de 2004, quando tivemos turno único, não estaríamos aqui com esta celeuma. Quando temos diversas categorias o erro se distribui de forma mais ou menos uniforme entre as chapas. O erro da não inclusão das abstenções se distribui. Então colegas, se tivéssemos tido uma eleição em turno único, tanto por conveniência como foi feito, não incorporando as abstenções, como por paridade, o resultado se alteraria sutilmente, mas não inverteria o resultado. A chapa um ganharia, a chapa quatro seria a segunda e por aí afora. A única diferença que aconteceria é que a chapa quatro e a chapa cinco se aproximariam um pouco mais. Ficariam um pouquinho mais

Cem



CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 15 de 58

738

740

741

742

743 744

745

746

747 748

749

750

751

752

753

754

755

756 757

758

759

760

761

762

763

764 765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

próximas, mas ainda daria a chapa quatro em segundo lugar. Ou seja, o problema se estabelece quando os organizadores da consulta optam por fazer duas modificações ao mesmo tempo, e com isto ocorre uma sinergia de erros entre as duas modificações. Em documento que veio a público "a pedido" por parte das Associações, tentando responder um documento meu, eles apontam ali as universidades que também realizariam consultas paritárias. E é interessante: A maioria, ou realiza em turno único, ou realiza dois turnos com consulta paritária. Se for em turno único, praticamente o resultado não se altera em nenhum lugar: Tanto faz calcular pela amostra como pelo universo, o resultado é mais ou menos o mesmo. O problema assume fundamental gravidade quando se concentram as categorias em apenas duas, quando o erro tende a migrar para aquela que tiver maior abstenção, como aconteceu no segundo turno da consulta, quando então pelas duas chapas se vê claramente a discrepância que aconteceu. Se nós olharmos o desempenho por paridade nós veremos que a chapa um faz mais de trinta por cento dos votos. No Diário Popular de hoje tem um documento do Professor Moacir que mostra isto: a chapa quatro faria vinte e poucos por cento de votos e as abstenções apareceriam. Se vamos para as colunas em azul, da forma como foi feita, o resultado do segundo turno se inverte e com isto se cria uma brutal injustiça. Cria-se um problema desnecessário e previsível, eu digo que ele é desnecessário e previsível, porque eu sou um dos endossantes da consulta que recebeu o grupo de colegas professores, servidores e estudantes na minha sala, quando eles foram pedir apoio para a realização da consulta. Eu naquela ocasião os indaguei durante muito tempo sobre os critérios: "Vai ser efetivamente paritário?" "Vai". "Vai ser efetivamente paritário?" "Vai". "Muito bem". Na saída ainda brinquei com o Professor Cassal, que estava entre eles: "Vamos ver se não acontece a mesma coisa que aconteceu conosco em 2008, e também na UFRGS de 2008". Eu me referi ao problema da UFRGS, porque em 2008 eu lá estava ainda fazendo meu doutorado, quando a Professora Wrana Panizze, então nossa ex-Reitora, tentava retornar ao cargo, com forte apoio dos estudantes, valendo-se exatamente deste critério e viu-se esta questão. Tudo foi resolvido no Conselho Universitário. Apelou-se para todas as formas possíveis de expediente, recorreu ela à Justiça, mas o pleito acabou sendo confirmado e o Professor Carlos Alexandre Neto foi eleito Reitor. Aliás, estou aqui com a ata do Conselho, onde se vê que a Professora Vrânna acabou fazendo apenas três votos no Conselho Universitário depois, porque a Universidade, como um todo, entendeu que aquilo não fazia sentido, assim como não faz sentido em lugar nenhum. Adotar-se como critério, um método, que desencoraja a participação e que permite que um único voto solitário valha trinta e três por cento, é algo que não faz o menor sentido. Mas não é isto senhoras e senhores que está em discussão. O que está em discussão é a falta de transparência, a não divulgação deste novo método para a opinião pública, contrariando as expectativas que foram geradas. Se nós olharmos para o desempenho das chapas, pelo critério paritário, veremos claramente que a chapa um tem um pouco menos que o dobro da chapa quatro entre os docentes, que faz um percentual um pouco maior entre os técnico-administrativos, enquanto a chapa quatro, pelo método que foi anunciado, que foi divulgado, que nos envolveu a todos, que foi vendido para a comunidade, a chapa quatro se destaca apenas entre os estudantes, onde ela faz mais do que o dobro da chapa um. Só que é um segmento que tem grande, enorme abstenção, quase setenta por cento de abstenções. Portanto, colegas, esta diferença que a chapa quatro faz aqui neste segmento, nem de longe conseguiria se sobrepor a estas diferenças que a chapa um tem nos dois outros segmentos permanentes. E obvio. Por essa razão, senhores e senhoras, é que se pergunta: onde foi parar a paridade que foi prometida, anunciada, que nos envolveu, que nos apaixonou, que nos fez sair à rua? Onde foi parar a paridade? Basta olhar os números... Outro dia, numa contestação, num destes nossos muitos bate-rebate, alguém disse: "Mas é uma verdadeira viagem dizer-se que os estudantes tiveram um peso superior aos docentes". Ora senhores, vamos nos tratar com um pouquinho mais de consideração: Se a Universidade Federal tem mil e poucos professores para vinte mil alunos, a proporção deveria ter sido vinte para um. E óbvio! E a própria comissão eleitoral reconhece que fez 6,9 para um, ou sete para um: Não importa. Ora, se o objetivo era dar aos estudantes maior peso na decisão isto seria perfeitamente legítimo, desde que se tivesse contado à sociedade que isto seria feito. O que não se pode,



794

795

796

797

798

799

800

801

802 803

804

805

806

807

808 809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

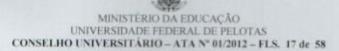
840

841

842

843

colegas, é permitir que isto seja passado para a sociedade como verdade, que nós nos engajemos no debate, que vistamos a camiseta e depois que termina a disputa constatemos que dentro da caixa que nos entregaram com uma etiqueta de consulta paritária existe algo, um produto, diferente. Antes de finalizar gostaria de comentar alguns argumentos que têm circulado no meio das redes sociais. Um deles é um e-mail do Sr. Paulo Kuschier, muito oportuno no qual ele reconhece o meu direito de discordar, e pelo menos não ameaça me processar, e um outro e-mail, juntamente com o Professor Collares, que diz que a escolha do método foi discutida democraticamente. Claro que foi democraticamente! Não há dúvidas e ninguém questiona isto. Se a discussão não tivesse sido democrática, as próprias chapas teriam denunciado anteriormente. Mas o fato de ter sido discutido democraticamente, entre as pessoas, por si só não era suficiente: Era preciso ter tornado isto público. A consulta não era uma ação entre amigos. Ela não poderia ser discutida exclusivamente entre as chapas interna corporis. Isto deveria ter ido para a página, ter sido transformado em comunicado, o Diário Popular deveria ter sido alertado novamente de que as normas tinham mudado, para que as pessoas decidissem por si se queriam ou não continuar engajados em um processo daquela natureza. Eu por exemplo não continuaria! Outra alegação que vem também nas correspondências é que a comissão não sabe o número de eleitores exato. Ora, se a lista eleitoral não é confiável, como então queriam transformar isto em um sufrágio universal? Fico me perguntando se deveriam ou não confessar isto, pois tem certas coisas que confessar é ainda pior. No "a pedido" que as entidades trazem a público no jornal Diario Popular tentando contestar os meus argumentos, eles colocam que ao votarmos para Reitor e Vice-Reitor, o fato de nós todos termos votado legitimou o processo. É verdade que nós legitimamos o processo com a nossa presença e não tem nisto absolutamente nada de novo. Mas que nós fizemos de boa fé, na vã ilusão de estarmos participando de uma consulta paritária, mas cujo cálculo - já se sabia de antemão porque havia sido decidido internamente - seria outro. Então pessoal, nós legitimamos algo que pensávamos estar fazendo, mas que na prática não estávamos realmente fazendo. Isto me remete aos anos oitenta, quando ainda não existia o Código do Consumidor, no Brasil, e quando recebiamos uma caixa fechada no balcão da loja e ao chegarmos em casa abriamos e constatávamos que o produto não era aquele que havíamos comprado; quando voltávamos para reclamar o lojista dizia: "Paciência, o senhor já retirou". Quanto à questão do "golpe" isto me aborrece muito. Qualquer contestação que se faça, como pedir a conta, se tornou simbolo de golpe; não só se tornou símbolo de golpe, como passou a ser encarado como justificativa para colocar qualquer conselheiro na lista do bullying eletrônico, que se criou para envergonhar, enxovalhar a imagem dos conselheiros. Não sei nem se isto não daria um belo de um processo, não vou abrir um, mas não sei se isto não daria. Senhores, ninguém mais do que eu tem interesse na manutenção desta consulta, porque a consulta favorece o candidato no qual eu votei. A consulta que foi anunciada favorece o candidato no qual eu votei. E por isso colegas, eu gostaria de encerrar dizendo que eu não condeno o Professor Mauro Del Pino por usar outros meios de persuasão, por usar a imprensa, os blogs, os deputados, para convencer as pessoas, já que os números não o favorecem. Se o Professor Mauro Del Pino estivesse a cavalo nos números ele estaria jogando estes números sobre nós, e não teríamos outra alternativa, mas como o Professor Mauro Del Pino não tem os números ao seu favor, é perfeitamente possível, é perfeitamente compreensível, que ele assim o faça. Gostaria de aproveitar este momento para expressar a minha solidariedade às pessoas que foram vítimas deste engano. Isto não foi proposital gente. Precisamos fazer eleições mais seguidamente. O erro em si não foi proposital. Foi um erro culposo, mas erro culposo também é erro e precisa ser corrigido. Mas ele poderá se tornar doloso se as entidades continuarem insistindo, mesmo alertadas para esta brutal incongruência que fazem, caso continuem insistindo em não recalcular o resultado como eles se propuseram a fazer, pelo critério paritário. Gostaria de expressar minha solidariedade aos Professores Manoel, Schild, Gastal, Márcia e a todas as outras chapas, inclusive a do Professor Del Pino, que de certa maneira também são vítimas deste erro. O Professor Del Pino, aliás, tem uma biografia maravilhosa, que não combina com este tipo de expediente. Eu quero ter o direito de votar no Professor Mauro Del Pino por aquilo que ele é, e pelo que ele representa para nós o



845 846

847 848

849 850

851

852

853 854

855

856 857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

como educador e gestor bem sucedido e do que eu me orgulho muito; mas votar nele por suas qualidades, e não por imposição de uma militância que levou a cabo uma consulta muito bem intencionada, muito bem concebida, mas que por uma infelicidade teórica ou cronológica, por uma fragilidade das pessoas que talvez não tenham tanta familiaridade com os números como deveriam ter, acabou produzindo uma brutal injustiça. Minha solidariedade Professor Manoel e a todos os demais. Finalizo encaminhando o seguinte: proponho que o Conselho restitua o documento à comissão eleitoral, solicitando que o cálculo do grande total seja feito com base no critério paritário. Ainda dá tempo da comissão eleitoral sair-se bem frente à sociedade. Sugiro que o Conselho devolva o documento para que a conta seja refeita. E que solicite o seguinte: que seja remetida para este Conselho, cópia das normas da consulta com data e assinatura, porque aquela que está na página da ADUFPEL, não tem data nem assinatura. Eu não sei nem se é deste ano ou dos outros anos; e que seja anexada a ata da reunião que definiu o método de cálculo. A ata da reunião e a fórmula de cálculo, porque não é possível que exista uma fórmula matemática na qual a soma de duas metades não feche cem por cento. E, por último, que nos remetam os resultados completos, não uma interpretação, mas um resultado completo, incluindo a lista de abstenções. Senhores, o respeito ao resultado da consulta é uma obrigação sagrada de todos nós. Temos uma conta e queremos pagá-la e eu sou o primeiro a querer pagá-la. Meu nome está lá entre os endossantes do processo. Mas para pagar a conta eu preciso que me digam primeiro, como a conta foi feita e segundo, que me apresentem as parcelas. Muito obrigado." A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra ao conselheiro Odir Dellagostin: "Bom dia a todos os conselheiros, senhor presidente. Neste momento muito importante que a universidade está vivendo, assim como viveu durante o período da campanha, onde seis chapas se candidataram, eu quero fazer um depoimento como candidato a Reitor de uma destas seis chapas. Gostaria de iniciar, em primeiro lugar, concordando com o Professor Edar, em um ponto pelo menos, onde ele se refere que o Conselho Universitário deveria ter assumido a posição de protagonista deste processo, porém não o fez e de certa forma permitiu, deu oportunidade, espaço para que as entidades conduzissem o processo. A consulta, como foi bem dito aqui e como é de entendimento de todos, foi uma consulta informal e assim se procedeu. Eu participei desde o primeiro momento como pré-candidato. Participei de assembléias, onde as normas foram discutidas. Antes disto também fui consultado pelas entidades, como membro deste Conselho, sobre aminha disposição em aceitar um processo conduzido pelas entidades. Depois disto, participei de assembléias da minha categoria, onde o tema foi amplamente discutido, onde as regras foram anunciadas, foram expostas, foram discutidas. Argumentos foram colocados e porque seria conduzido desta forma. Da mesma forma, estas regras foram aceitas por todas as chapas concorrentes. Nós assinamos um documento dizendo que nos aceitávamos concorrer de acordo com esta regra que havia sido definida e, inclusive, com essa interpretação diferenciada do que seria paridade entre os três diferentes segmentos. E, obviamente, eu gostaria de ter sido o vencedor deste pleito e estar aqui na condição de candidato a Reitor eleito pela comunidade universitária. Porém não fui. Mesmo assim, e principalmente por ter participado do processo, eu aqui gostaria que este processo fosse referendado, no sentido de que nós aqui respeitássemos o resultado que foi, inclusive, anunciado pela junta eleitoral. Pelo menos nós das chapas tínhamos e temos conhecimento da fórmula como o cálculo foi feito. Nós recebemos com antecedência a planilha excell, onde a fórmula estava posta e os números seriam colocados. Os números que seriam tirados das urnas. A contagem dos votos deveria ser colocada e nós já sabíamos antes do primeiro turno e no segundo turno foi repetido o que ocorreu no primeiro turno. O método, a fórmula de cálculo foram os mesmos. Eu acho que estas reflexões que estão sendo feitas, as ponderações do Professor Edar e de outros professores, do Professor Moacir Elias, que publicou na imprensa local um documento extenso, fazendo diversas ponderações, são todas muito boas. Porém isto deve nos servir de lição ou de direcionamento para a eleição daqui a quatro anos. Acho que daqui a quatro anos, se houve alguma eventual distorção nesse processo, nós podemos sim, daqui a quatro anos, conduzir um processo de forma mais adequada, mas no meu entender o que nós fizemos aqui, o que nós fizemos durante este processo de consulta à comunidade, foi



897 claro. As regras estavam postas, foram seguidas e nós temos um resultado que neste momento o 898 Conselho Universitário deve ter o compromisso moral de acatar e de encaminhar, então, este resultado a Brasília. O Professor Edar comentou que ouviu na rádio um pronunciamento 899 900 dizendo que o Conselho Universitário estaria agora em uma posição como refém. Fui que fiz 901 este pronunciamento. Fiz esta reflexão pelo fato, e querendo dizer, que o Conselho 902 Universitário deveria ter assumido o protagonismo deste processo. Deveria ter se manifestado 903 antes do início do processo, porém não o fez e agora estamos aqui justamente discutindo todas 904 estas questões e fazendo estas ponderações que, no meu entender, já deveriam ser consenso 905 entre nós. Nós deveríamos estar apenas acatando este resultado e encaminhando a Brasília uma 906 relação de nomes, uma lista tríplice que foi eleita, foi escolhida democraticamente pela 907 comunidade universitária. Obrigado." De pronto, a palavra foi concedida ao conselheiro Alex 908 Molina: "Professor Sidney, gostaria de agradecer seu esclarecimento. Sei que talvez eu tenha 909 me expressado de forma equivocada, mas concordo com o senhor a respeito da norma. Fico 910 feliz de ouvir o Professor Odir dizer que sabia das regras do jogo e até agora não ouvir nenhum 911 dos candidatos, e temos alguns conselheiros que foram candidatos, e que estão aqui, dizerem 912 que não sabiam das regras do jogo, porque aí eu vou entrar nos erros aqueles de que o Professor 913 Edar falava: dos erros culposos e dos erros teimosos. Talvez eu me enquadre em algum destes 914 formatos de erro, mas gostaria de dizer que não me vejo neles, por estar aqui defendendo o 915 resultado gerado da consulta. Talvez exista um outro tipo de erro que não conseguimos 916 enquadrar aqui, que seria o erro da mazanzice. Talvez criemos este espaço agora, porque, no 917 fundo da minha mazanzice eu consegui saber as regras do jogo, eu consegui saber onde estava o 918 edital até pelo site da Universidade e fico triste de saber que o senhor não teve acesso a este 919 edital antes, porque colegas meus, que são alunos, tiveram esta informação e o senhor como 920 Diretor deveria ter. Os alunos simplesmente obtiveram a informação pelo hábito de utilizar o 921 site. O senhor deve ter tido esta informação perdida, certamente pelo equívoco de não ter um 922 site tão adequado à transmissão do conhecimento mais importante, onde se vé um monte de 923 "fotinho" que não tem nada a ver com a nossa vida e isto é priorizado no site da universidade. 924 Concordo com a necessidade de fazermos eleições. É importantíssimo agora ver isso e a fala do 925 senhor quando diz que gostaria de ter o direito de votar conscientemente nos candidatos, eu fiz 926 isto em 2008, numa conversa com o Professor Cesar aqui na frente quando eu dizia, e foi a 927 Professora Eliana Póvoas que me disse isto, depois de um certo tempo: a primeira vez que eu te 928 vi Molina, foi na frente do CONSUN, dizendo ao Professor Cesar: Cesar eu gostaria de ter o 929 direito de votar em ti, mas eu gostaria de votar." O mesmo anseio que o senhor expressa hoje 930 aqui, são anseios que são necessários ser sanados como o vício de resolvermos, adaptar a nossa 931 Universidade a um sistema democrático onde haja consulta. Fico mais triste ainda de ver que o 932 Diário Popular é citado aqui como um documento, colocando uma informação que pode ter lhe 933 levado também à dificuldade de compreender o processo, que para nós era bem claro entre 934 aqueles que votaram, na parte dos estudantes eu falo, era bem claro e conhecido. Talvez o 935 senhor tenha recebido esta informação em casa, por ser assinante do jornal, mas nós da 936 comunidade acadêmica, que eu já me incluo, que buscamos informações em periódicos, que 937 buscamos informações em sites conhecidos, que buscamos informações em veículos oficiais, 938 sabemos que os jornais são passíveis a erros e equivocos. Talvez um erro culposo de quem fez a 939 matéria, sem intenção de causar um dano à nossa Universidade e à nossa discussão. Mas vejo a 940 clareza do edital participando à comunidade, mas vejo que um erro colocado no Diário Popular 941 é tão comum que não pode ser o principal fato de apresentação de fortalecimento de um 942 argumento infelizmente pelo Diário ser um meio de comunicação externo à Universidade, 943 passível de erro e que, com certeza, não é o primeiro e nem será o último erro de um jornal. 944 Obrigado." Neste momento tomou a palavra o conselheiro Paulo Koschier: "Depois desta quase 945 uma hora de fala do Professor Edar, o que eu acho lícito, acho justo, porque não estamos 946 discutindo aqui uma homenagem ou um nome de rua. O que estamos discutindo é o futuro da 947 Universidade e eu acho que não temos de nos preocupar muito com a questão de quanto tempo 948 que estamos aqui. Até porque nós não estamos aqui pelos nossos desejos, mas pelo desejo da nossa comunidade que nos indicou como seus representantes. Espero que a minha fala seja 949

ja Our



951

952

953

954

955

956 957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967 968

969

970

971

972

973

974

975 976

977

978

979

980

981 982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

compreendida também como uma fala que por vezes pode até parecer dura, mas assim como foi a do Professor Edar, mas sempre respeitosa, porque estamos travando aqui um debate de opiniões e fatos. O Professor Edar se diz mais uma vez surpreso com o processo, com as deliberações, com as fórmulas, mas ele fala algo que responde a esta surpresa dele. Ele não estava aqui e não participou das discussões. Ele mesmo disse que conseguiu estar aqui na véspera do segundo turno, pois estava afastado. E tiro esta conclusão pelo que ele acabou de falar. Ele não participou das discussões e não fez uma leitura atenta do regramento que estava na página da ADUFPEL. Outra questão que ele levanta é que a fórmula não foi divulgada, que o software era desconhecido. Não vou mais discutir isto, pois o Professor Odir acabou de lembrar isto que eu tantas vezes lembro e relembro. Nós criamos a fórmula em uma planilha do excell para que, no momento da apuração, as coisas fossem também transparentes. Nós jogávamos os dados ali e eles apareciam em um telão. Criamos com uma semana ou duas de antecedência e encaminhamos no primeiro turno para as chapas pedindo, e tenho este e-mail, pedindo encarecidamente que as chapas fizessem todas as simulações possíveis e vissem se não havia um erro naquela fórmula. Todas as chapas receberam e eu encaminhei e pedi: por favor façam suas simulações e verifiquem possíveis erros. Não obtive resposta e mesmo assim, nós fizemos simulações na nossa planilha e alguns colegas fizeram de forma manual, como é usual na Universidade até a eleição de 2004 e os resultados batiam. Então, o software não era desconhecido, Professor. O senhor fala sempre de uma teoria universalmente aceita versus uma teoria em determinado momento chamada de inovadora e em outro, de um método de conveniência. Em termos de paridade não existe teoria universalmente aceita. Algumas universidades adotam o critério que o senhor quer fazer valer aqui. Outras, como inclusive a FURG está fazendo agora, adotam o critério de cálculo sobre o número de votantes. Nós não inovamos nada. Com todo o respeito, Professor, o senhor comete um erro errado, para usar parte dos seus termos, quando o senhor nos diz que nós falávamos que a eleição ou a consulta atual era exatamente igual a 2004 e o senhor levanta dois pontos de discordância. Existe um que já foi posto aqui pelas entidades: eleição em dois turnos. Com relação ao voto paritário, eu vou ler 2004 para o senhor, e estas normas estão na ADUFPEL, que mantém a guarda desta documentação e é público. No artigo vinte e cinco diz assim: a forma de voto proposto pelas assembléias, tanto da ADUFPEL, quanto da ASUFPEL, foi o paritário, enquanto que a dos estudantes propôs o voto universal. Porém, após debate entre as entidades ficou definido que o voto será paritário, o qual corresponde com a divisão por um terço por segmento universitário votante. Em 1988, as normas também na ADUFPEL, parágrafo décimo do artigo quatorze: eleições paritárias; o fator de correção será a razão entre o número de votantes da categoria, mais o número de votantes da categoria em questão, arredondado até centésimos e multiplicado o mimero de votos de cada chapa nesta categoria. Porque eu leio 1988, 2004 e vou ler, embora o senhor já tenha posto aqui no power point. Nas normas atuais, de conhecimento público. Artigo vinte e cinco ponto um: para efeito do cálculo da paridade, serão considerados apenas os eleitores que efetivamente tiverem votado. Ou seja, não existem surpresas. Estava posto antes do processo. As normas foram publicizadas antes da inscrição das chapas. Todos que aqui estão, sabiam delas e eu li 1988 e 2004, para que os senhores rememorem e aqueles que não pertencem à Universidade há tento tempo, tenham ciência de que na nossa Universidade, se existe um critério universalmente aceito, na UFPel é o critério da paridade, baseado no número de votantes e nunca no número de eleitores. É assim que se aplica na UFPel. Se vamos utilizar critérios de historicidade, que utilizemos este. De que a UFPel tem por princípio: quando é permitido, é possível eleger o dirigente máximo, são utilizados os critérios que agora eu elenquei. Com relação a este documento que chegou do Diário Popular, faço minhas as palavras do Molina: o jornal erra. Quero lembrar a vocês que em uma nota, que vocês devem ter lido, a jornalista me liga, faço algumas ponderações eu respondo e sai no jornal o nome de Sérgio Kuschier. Ela junta o nome do Sergio Cassal comigo. Isso é um erro básico. Não compromete nada, mas só para provar que o jornal não é uma fonte fidedigna e muito menos oficial no caso de essa consulta que ela é tocada pelas entidades e a documentação oficial é aquela expedida e publicada pelas entidades. O senhor fala também que nós



CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 20 de 58

1003 deveríamos informar e informar o diário popular e a página da Universidade Federal de Pelotas. A página da Universidade /Federal de Pelotas, o site publicou algumas das 1005 informações que mandamos basicamente todas elas ou praticamente todas, com relação ao 1006 Diário Popular, nós fizemos as informações e eles publicam o que eles querem. Mas volto a 1007 dizer: o Diário Popular, e nesse caso específico, a página da Universidade não são veículo 1008 oficiais de divulgação de informações com relação ao pleito. Porque tanto a Universidade 1009 Federal de Pelotas, institucionalmente, quanto o Diário Popular não são promotores deste 1010 evento que foi a consulta. O senhor ficou muito chateado com a fala do Professor Odir na 1011 Rádio Universidade, dizendo que o Conselho Universitário é refém do resultado escolhido pela 1012 Universidade. Pela comunidade. Eu quero perguntar aqui, senhores: quando que este Conselho 1013 não é refém da sua comunidade? Ou nós estamos aqui imaginando que defendemos a nós 1014 mesmos? Porque se é assim, é melhor que aqueles que assim pensam voltem até a sua 1015 comunidade e façam a sua consulta. Vamos lá, vamos Professor Gastal vá à Faculdade de 1016 Direito e diga, será que represento eu mesmo ou represento vocês? Façam esse exercício ao sair 1017 daqui. Eu acho que alguns vão se surpreender com a resposta! Para finalizar: este documento 1018 intitulado Carta ao Conselho Universitário é bem interessante. Válido obviamente válido, mas 1019 tem que ser avaliado de acordo com o seu grau de importância, porque tudo nessa discussão 1020 tem importância, mas com graus diferentes. O voto de mais de oito mil pessoas é enormemente 1021 mais importante incalculavelmente mais importante do que a assinatura de trinta e um colegas 1022 respeitáveis no uso de seu direito. Nós temos que avaliar este documento? Temos sim, mas à 1023 luz dessa informação. Nós tivemos oito mil e oitocentas pessoas votando no segundo turno e 1024 temos trinta e uma pessoas aqui, posso ter errado no cálculo, mas não passa disso: trinta e uma 1025 pessoas que querem mudar o resultado do voto de oito mil e oitocentas pessoas. Este Conselho 1026 e aí eu chamo a atenção, porque nós já sabemos isto, mas é sempre bom que nós nos 1027 lembremos: este Conselho, ele não pode ter gerência no processo de consulta informal. Ele 1028 pode solicitar, ele pode tecer comentários, mas ele não tem ingerência de deliberação sobre o 1029 processo de consulta informal. Pelo termo, pelo caráter, foi informal. Então, senhores 1030 conselheiros, volto a reafirmar que aqui não se discute números, não se discute critérios, nem 1031 resultados. Essas discussões de números, critérios e resultados são sim, Professor Edar, 1032 extemporâneas. Podem não ser para o senhor, mas assim o são. Nós discutimos uma questão de 1033 ética, moral e respeito à democracia. Por isso estamos indicando o referendo ao resultado dessa 1034 consulta, no que toca, e eu iria me esquecer disto, mas agora lembrei, no que toca à imediata 1035 ciência do resultado aos conselheiros, esta foi dada. A junta eleitoral, mesmo as entidades, elas 1036 não têm a necessidade de procurar cada um dos senhores conselheiros nas suas casas. Existe 1037 uma presidência deste Conselho Universitário e tão logo o resultado foi dado, na semana 1038 seguinte encaminhamos o resultado ao presidente deste Conselho, que nos disse que em 1039 momento oportuno disponibilizaria o resultado. Dessa forma, essa conta não pode ser cobrada 1040 da junta ou da comissão eleitoral. Nós efetivamente cumprimos com aquilo que estava no 1041 regramento: entregamos ao Professor Cesar, que nos recebeu e deu essa informação de que no 1042 momento oportuno estaria disponibilizando o resultado. Fez hoje, por questões que ele julga 1043 pertinentes, poderia ter feito antes, mas não vou entrar neste mérito, mas esta conta não é da 1044 junta nem da comissão eleitoral. Muito obrigado." Findada esta manifestação, o conselheiro 1045 Gustavo Andrade se manifestou da seguinte forma: "Bom dia a todos os colegas presentes. 1046 Queria começar também lamentando a falta de reuniões deste Conselho. Já tenho vencida a 1047 metade do meu mandato e estou participando da minha segunda reunião. Em função disso, eu 1048 justificaria o Professor Edar, a sua não ciência enquanto membro do Conselho, porque nós 1049 somos membros do Conselho aqui nesta reunião e não nas nossas Unidades. Lá na Faculdade 1050 de Turismo, o Professor Edar é Diretor. Eu na Pró-Reitoria de Graduação sou técnico-1051 administrativo e interlocutor do Programa PET e nada mais. Não sou membro do Conselho a 1052 todo momento. Oficialmente todos tomamos ciência do processo de consulta informal em 1053 função da não convocação deste Conselho. Esta ciência é tardia. Em relação à paridade, o 1054 Professor Edar levanta algumas questões e parece que a paridade foi feita, além de discutida, 1055 em inúmeras assembléias. Foram duas ou três no DCE, duas ou três na ADUFPEL e ASUFPEL

em



1057

1058

1059

1060

1061

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082 1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

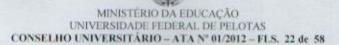
1105

1106

1107

1108

também. Foi definida uma regra super básica que qualquer pessoa com conhecimento básico de matemática poderia compreender. Se tivéssemos dez mil alunos votando e mil técnicoadministrativos e mil docentes é obvio que o peso de cada técnico ou docente equivaleria a dez votos de alunos. Isto parece muito simples e básico e não vejo grandes problemas nesta questão. Até porque a junta eleitoral foi ao Departamento de Registros Acadêmicos (DRA), um Departamento da Pró-Reitoria na qual eu trabalho e solicitou informações sobre o número de alunos matriculados e nem o DRA soube informar. Nós não temos um sistema que nos permita ter acesso a este tipo de informação. A Universidade nunca fez o levantamento de evasão dos alunos da universidade. O que o DRA conseguiu gerar foi o relatório de alunos matriculados desde 1982. Alunos com duas, três ou quatro matrículas. O que obviamente não representa o real universo de alunos. Recentemente saiu um estudo na Folha de São Paulo, ranqueando as melhores universidades do Brasil e naquele estudo a Folha de São Paulo afirma que a UFPel possui 13 500 alunos, incluindo graduação e pós-graduação. As informações não estão disponibilizadas da forma que possibilidade que possibilitasse a paridade ser feita como sugeriu o Professor Edar. Também foi dito que esta paridade instituída ela desencoraja a participação, porque a partir do momento que a abstenção não é contabilizada tu priorizas a categoria que participa menos. Infelizmente participação ela nunca foi um alvo de incentivo na universidade em todos os seus âmbitos. A começar por este Conselho que, volto a afirmar, não se reuniu ordinariamente. Então, suscitar a participação dos alunos neste momento é no mínimo irônico. Em relação à coação dos conselheiros também citada aqui, não acho que tenha havido nenhum tipo de coação. Apenas uma cobrança de seu papel enquanto conselheiro. Todos nós temos responsabilidade de representar alguém. Ninguém está representando a si mesmo. O Professor Edar representa a Faculdade de Administração e de Turismo, que ontem os seus colegas convocaram uma reunião com ele para colocar o posicionamento da Faculdade de Administração e Turismo, contrário ao que ele vem divulgando hoje. Infelizmente hoje ele volta a defender questões pessoais e não o que representa a Faculdade de Administração e Turismo. Infelizmente, porque ele foi eleito à época com o meu voto inclusive, pois eu era aluno daquela Unidade. Não quero me estender muito, porque muitos colegas ainda têm muito que falar, quero só ratificar a solicitação que foi feita por muitos, de referendar o resultado da consulta informal realizada na nossa Universidade. Obrigado," A seguir foi concedida a palavra ao conselheiro João Paulo Volcan Adamoli: "Bom dia a todos. Eu acho que não é necessário repetir o que foi colocado por várias intervenções que foram feitas, com exceção da fala do Professor Edar, no sentido de que este Conselho tem o compromisso moral de referendar um processo exaustivamente discutido, debatido e transparente na Universidade. E ai não vou repetir várias coisas que foram ditas, mas apenas verificamos uma fala do Professor Edar, que contraria isto e que representa, pelo menos, trinta e três pessoas que subscreveram o documento, e no entendimento, apesar de respeitá-lo, não deveria nem sequer ter sido cogitado neste momento. Mas quando o Professor Edar fala na comunicação extemporânea, principalmente e excepcionalmente as pessoas que trabalham e estudam nessa Universidade, para estas pessoas, com certeza, não é extemporânea. Temos neste Conselho alguns conselheiros que não são da nossa Universidade e, portanto, estes poderiam ter alguma dúvida e até porque não participam diretamente e efetivamente do processo, mas tenho certeza que compreenderam toda a discussão que foi feita. Com relação à paridade como já foi dito aqui várias vezes, ela é a paridade que foi observada em todas as vezes que houveram eleições nesta Universidade. Principalmente naquelas em que o Conselho reconheceu: na eleição do Professor Gigante, em 1988, que foi mencionada aqui e nas duas vezes em que o Professor Cesar foi eleito pela comunidade e referendado aqui. Foi exatamente desta mesma forma. Já foi falado em relação à divulgação do resultado que todos foram cientes, inclusive comunicado ao presidente do Conselho e não tem outra coisa a reivindicar que não a indicação primeira feita aqui pelo Professor Flavio Demarco, de que este Conselho deveria fazer imediatamente a homologação do resultado da eleição e nós já partirmos daí para que esta Universidade continue viva, evidente, enfim, que se comece a trabalhar já na transição de gestão desta universidade. A Universidade tem um prazo que não é muito longo para se fazer isto, mas acredito que não



1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1121

1122

1123

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142 1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

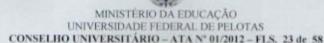
1157

1158

1159

1160

necessitávamos estar fazendo tanta delonga e demandas aqui, mas sabemos que este espaço é para este debate, mas talvez estejamos nos repetindo e que apenas percebo aqui uma voz que na minha opinião representa um abaixo assinado e que a grande maioria não está neste Conselho e que não é representativa num universo de servidores técnicos que votaram nesta consulta. Obrigado." Logo, o senhor presidente concedeu a palavra ao conselheiro William Barros: "Bom dia a todos. Gostaria de dar boas vindas aos novos conselheiros e neste momento estou representando o IFM, como Diretor em exercício, mas tenho um assento como Professor Adjunto com 178 votos. Esta oportunidade, fugindo um pouco do assunto, mas gostaria de relembrar que nós perdemos um grande nome, o Professor Zonta, da área de Estatística, eu gostaria que se relembrasse em algum momento desta reunião o qual tenho enorme admiração e respeito. E quanto à tranquilidade que tenho em relação à eleição, mesmo participando de várias assembléias na ADUFPEL. Concordo com o Professor Edar, em tese. Todas estas discussões foram eu principalmente, questionei na ADUFPEL, se era no universo de votantes ou se era nos votantes. Pelo Professor Henrique Schuch respondeu com toda a clareza que se votasse um aluno seria 33,33. Naquele momento eu estava esclarecido. Estava presente naquela reunião. Então eu acho que os momentos de discussões ocorreram. Eu estou aqui representando uma Unidade que tem como encaminhamento referendar a consulta feita à comunidade. Não estou representando pessoalmente as minhas idéias, as minhas coisas, porque dentro da Universidade existe um universo de idéias. Não vejo que exercer democracia dos ausentes seja também justificativa para que nós possamos mudar um resultado da consulta informal. Acho que qualquer discussão nesse sentido é simplesmente tentar jogar o que foi feito. Eu acho que teve os momentos, eu participei, assim como todos os outros professores discentes, técnicoadministrativos, discutiram exaustivamente dentro das suas instituições, suas associações e nós participamos sim e eu tenho ex-alunos como o Alex Molina que foi meu aluno e que aprendeu pelo menos que ser corajoso isso me deixa muito orgulhoso, porque aqui dentro eu como professor recém chegado muitas vezes fui até ameaçado. Posso dizer que me senti dentro de uma Universidade senti que eu estava num local onde eu pudesse ser ameaçado e coagido. Isso me deixou mal e me levou até à depressão muitas vezes. Mas superei e graças a Deus estou aqui. Tenho pessoas como o Professor Paulo e a Professora Gladis que pensam similar ao que eu penso. Eu não vejo nenhuma hipótese que seja diferente daquela de referendar a consulta. A questão de método, Professor Edar, eu sou professor de Estatística. Sou aluno da área de Exatas e não teve na consulta informal. Eu contrario que ela seria interessante desde que a priori discutida dentro da nossa associação. Se o senhor tivesse lá assistido frequente, assistido a reunião e debatido, talvez eu seria o colega para estar ao seu lado para defender esta idéia, mas naquele momento a sua ausência não se justifica agora neste momento reverter uma situação. Eu poderia estar no seu lado num momento de consolidação de uma norma que eu acho justa, válida, porém agora nesse momento eu acho oportunista na minha opinião e aqui estou para referendar a opinião da minha Unidade." Logo a seguir a palavra foi concedida à conselheira Luciane Kantorski: "Em primeiro lugar, bom dia a todos e a todas. Eu queria fazer uma fala pequena. Inclusive nem gostaria de precisar falar, mas penso que é necessário por conta de ter participado de todo esse processo de uma forma tão ativa. Oueria dizer para o Professor Edar que, para mim, na minha concepção, faz parte da democracia defender posições diferentes e argumentar em cima delas e isto é esperado dentro do processo que nós estamos tentando construir. Dizer que fui muito bem recebida na sua Unidade, enquanto candidata por isso também tenho respeito mesmo que não compartilhe das mesmas posições. Queria falar: que bom que a reunião do Conselho elas são gravadas e as falas transcritas porque penso que um dos espinhos da democracia é esse mesmo de se pegar fragmentos do que se fala e produzir leituras que são complicadas vou tentar ser mais suave. Eu vivi isso muito de perto no processo de campanha em relação ao processo de 2008, inclusive, e que bom e queria dizer para as pessoas que leiam a ata sobre o processo de 2008 e hoje vou defender o meu "argumento na mesma linha por conta do comentário que o professor Odir fez naquela entrevista na rádio e eu segui a fala dele usando a mesma palavra refém e disse como acreditava em 2008 continuo acreditando agora entendo que o meu voto ele é um voto dentro da democracia representativa



1163

1164

1165

1166

1167

1169 1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207 1208

1209

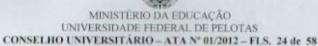
1210

1211

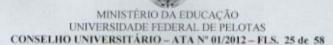
1212

1213

de mais de quinhentas pessoas. E eu entendia dessa forma quando trouxe a contagem da minha Unidade aqui há anos atrás e entendo da mesma forma agora. Portanto, talvez não fosse a palavra adequada, mas seguindo o diálogo. Agora as pessoas retiram quatro palavras e quem vota de verdade, publicar isso dizendo que o meu voto ele representou o voto da comunidade da Enfermagem da qual eu sou diretora eleita e não posso nesse momento dizer que não conhecia as regras do jogo. Eu conhecia sim as regras, eu participei sim das assembléias da ADUFPEL, A questão dos dois turnos foi votada, a questão da paridade foi votada. Nós participamos muito dentro desse processo. Então, quando eu digo que eu não consigo para mim é muito dificil e eu quero ser bastante sincera discutir qualquer outro tipo de leitura em cima destes dados que de fato não me sinto enquanto pessoa, enquanto ser humano em condições de fazer isso, porque participei deste processo momentos que a gente não concordou inclusive entramos por escrito com junto a junta eleitoral e a junta também se manifestou por escrito em relação às nossas solicitações. Então, estabelecidas as regras, jogado o jogo, teve um resultado. Também assim como o Alex não é o resultado que eu gostaria, porque concorri no processo e certamente gostaria que o desfecho fosse outro, mas foi o resultado que as pessoas manifestaram neste momento. Então eu penso que tenho levado isso como prática nesses seis anos que tenho de estar na frente da direção da Faculdade: levar as discussões que são todas as posições que são importantes e que vão definir os rumos da universidade como essa para ouvir o que essa comunidade que eu represento pensa a respeito. Para mim isso é riqueza do processo. Isso é pensarmos a universidade cada espaço como espaço pedagógico. Isso que eu dou conta de fazer como conselheira. Que eu dou conta de fazer como conselheira é trazer esta vontade, dizer que eu sabia todas as regras e que eu não me sinto intimidada por ter que me posicionar. Eu penso que as pessoas criticarem a gente pelas posições faz parte, mas me sinto absolutamente a vontade estou tranquila na verdade na reunião por entender que teve uma vontade manifesta que eu conhecia todos os passos do processo e que essa é a vontade manifesta está vindo para o Conselho com um resultado que é muito claro em relação à essa consulta que foi feita e como conselheira tenho a minha posição de referendar o resultado da consulta feita pelas entidades. Eu também queria dizer que é inevitável, como fui candidata, poder falar claramente que tem uma coisa do processo democrático que eu também estou aprendendo, mas acho que como pessoa eu tenho essa leitura. A vida é assim, perdemos coisas e ganhamos coisas. Pessoas perdem pessoas, ganham pessoas. E a também temos que saber perder. Eu perdi nesse processo democrático nessa consulta e acho que para perder temos que ter alguma tolerância para a situação e alguma tolerância à diferença. Por que isto é importante? Pelo mesmo argumento que o Professor Edar começou falando. Nós não estamos defendendo questões pessoais. Estamos defendendo posições diferentes e para isso precisa ter alguma tolerância à diferença. Todos nós vamos seguir trabalhando dentro desta Universidade e vamos nos aposentar dentro desta universidade e temos uma missão importante em relação a essa eleição que é a de valorizarmos a riqueza do processo democrático. Se queremos mais reuniões, se queremos mais espaços para conversar, se queremos aprender mais como lidar com as coisas boas e as dificuldades que temos no processo democrático, precisamos de fato fazer esse difícil exercício também de acolher os resultados se atendam ou não as nossas expectativas. Eu acho que esse é o processo e vou reforçar a minha posição como conselheira: é referendar o resultado da consulta feita pelas entidades. Obrigada." Imediatamente foi concedida a palavra ao conselheiro Lawrence Estivalete: "Bom dia a todos os presentes, sou estudante do último ano de Direito e também do último ano de Filosofia na Universidade Federal de Pelotas. Em primeiro lugar gostaria de saudar a todos os conselheiros e conselheiras e aos ilustrissimos presidente e vice-presidente do Conselho pela oportunidade de discutirmos e avançarmos neste belo processo democrático no qual a universidade se inseriu neste ano de 2012 que entrará seguramente para a história como este Conselho também com todas as nossas falas, com todos os nossos posicionamentos e com tudo que daqui virá para um novo tempo de universidade. Em primeiro lugar eu gostaria de registrar ou de salientar que os temas que nós estamos debatendo aqui não são temas casuais apenas da Universidade Federal de Pelotas. Estamos latando em de la democracia e de ética eles são temas que foram objeto de lutas



1215 históricas. Objetos de diversos combates, diversas guerras, diversas disputas intelectuais e disputas físicas ao longo da história da humanidade. Não cabe aqui fazermos uma retomada de 1217 todos os processos que vencemos no mundo a esse respeito. Agora, precisamos minimamente situar este debate na contemporaneidade, e situar este debate na contemporaneidade exige que 1218 1219 nós lembremos que nós vivemos sob a égide de uma Constituição Federal. Vivemos sob a égide 1220 em se tratando-se de uma universidade pública, do artigo duzentos e cinco da Constituição 1221 Federal, que vai regulamentar ser direito de todos e dever do estado a educação que não forma 1222 apenas para formação profissional. Forma para a cidadania. Está prescrito no caput do artigo 1223 duzentos e cinco da Constituição Federal. Está prescrito até mais, no inciso sexto que a 1224 Universidade deverá ter gestão democrática e que, portanto, a gestão democrática não serve 1225 como um mero instrumentalizador utilitarista das nossas vontades individuais na universidade 1226 pública. A gestão democrática é um instrumento de formação profissional e formação para a 1227 cidadania como prevê o caput do artigo duzentos e cinco. Isso não é casual. Não é casual que a 1228 gestão democrática seja novamente estampada na Lei 9.394 de 96. A Lei de Diretrizes e Bases 1229 da Educação, quando novamente diz: toda a universidade pública deve ter gestão democrática. 1230 Então nós estamos falando de um assunto sério. De um assunto da pirâmide Kelseniana que é a 1231 Constituição Federal do Ordenamento Jurídico Brasileiro. Estamos falando de um assunto que 1232 eticamente foi disputa de análise, disputa ideológica ao longo da história. E se podemos situar 1233 duas correntes fortes a respeito da democracia teremos que situar a corrente universalista e a 1234 corrente particularista. A corrente ética particularista utilitarista vai nos dizer que devemos 1235 fazer democracia pela força. Que é a democracia do poder do mais forte. E vai sim recair em 1236 lógicas empresariais e daí sim, reclamamos democracia para o PROCON, Professor Edar, 1237 Reclamamos democracia para o PROCON se recaímos na lógica utilitarista. Me parece que a 1238 nossa Constituição Federal e me parece que a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação não 1239 consagram. O Estado Democrático de Díreito que ultrapassa a Ditadura Civil Militar, que 1240 repudia regimes fascistas, nazistas, ocorridos ao longo da história, este Estado Democrático de 1241 Direito não consagra esta vertente ideológica da democracia. Este Estado Democrático de 1242 Direito consagra a corrente universalista da democracia. Vai consagrar o respeito e a dignidade 1243 da pessoa humana e a necessidade e o respeito para a dignidade da pessoa humana. Vai 1244 consagrar a necessidade de nós termos uma democracia que sirva para todos. E daí, prezados 1245 conselheiros, nós precisamos sim, fazer uma retomada histórica do que foram as outras eleições 1246 nesta universidade, mas temos que saber o lugar de cada uma das críticas e temos que saber o 1247 lugar e o espaço do direito à liberdade de manifestação. Os princípios erigidos da Constituição 1248 Federal com a devida vênia, professor, não são erigidos no sentido de nós podermos gritar a 1249 nossa liberdade de manifestação a todo o momento. Sim quando eu falo se todos os 1250 conselheiros resolverem gritar sua liberdade de manifestação, eu não falarei. Este Conselho 1251 estará impossível. Então, se nós levarmos os direitos a sério, nós vamos ter sim que saber que 1252 existe tempo e oportunidade para se fazerem as críticas e que embora todos resguardem essa 1253 liberdade de manifestação todos devem sim se submeter às decisões coletivas e nesse sentido 1254 nós não podemos ter medo de nos submetermos às decisões coletivas, porque nos submetermos 1255 às decisões coletivas significa acima de tudo um compromisso ético de não sermos 1256 individualistas, utilitaristas e tentarmos impor nossa vontade individual a força. É por isso que 1257 nós devemos sim recuperar as legislações anteriores de consulta comunitária nessa 1258 universidade. Recuperar que em oitenta e oito, inclusive o Conselho Universitário estava 1259 representado na figura do Professor Satte Allam assinando junto o regulamento paritário 1260 universalmente aceito, segundo ele, que considerava apenas os votantes. Está lá, disse o técnico 1261 Paulo Koschier. Está lá previsto que o Conselho Universitário acompanhava o modelo de 1262 votação paritária. Subscrevia o ordenamento que regulamentava aquela eleição e acompanhava 1263 junto a eleição no modelo paritário que considerava os votantes. Também em 2004 a mesma 1264 situação com a diferença que o Conselho Universitário não acompanhava. Ora, estamos aqui 1265 nós, o Conselho Universitário, seguramente não figuras iluminadas para além da comunidade 1266 universitária, mas sim pessoas que respeitam a comunidade acadêmica, pela qual estão aqui presentes. E bem, se democracia não é impor opiniões individuais, mas sim respeitar decisões 1267



1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285 1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

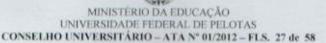
1320

coletivas. Se nós levamos os direitos a sério e respeitamos os regulamentos estabelecidos coletivamente. Se nós temos consciência do nosso papel em uma universidade pública de não darmos exemplos de individualismo, de disputas fratricidas, de disputas de quem é mais forte e de quem pode impor a sua voz quando conveniente. Se nós respeitamos estes parâmetros, prezados conselheiros, somos obrigados sim, a encaminhar o que foi aceito amplamente pela comunidade universitária. Reforço o encaminhamento do Professor Flavio Demarco, do começo da reunião de que referendemos a consulta à comunidade que elegeu os Professores Mauro Del Pino e Carlos Mauch e que elaboremos a lista tríplice com os três nomes referendados pela comunidade universitária, Professores Mauro Del Pino, Denise Petruci Gigante e Gilson Porciúncula. Se fizermos isso, se tivermos coragem de respeitar a democracia coragem de pensar para elem dos nossos egoísmos particularistas e dos nossos utilitarismos intelectuais. Se tivermos esta coragem poderemos sair desse Conselho como um dia marcado na história em que a universidade pública e as nossas trajetórias acadêmicas que prosseguem para além do dia de hoje são marcadas pelo respeito aos valores democráticos, pelo respeito à pluralidade de opiniões e pelo respeito ao debate de idéias. Não façamos, não geremos negritudes na nossa, negritudes é um termo equivocado. Não geremos manchas na nossa história acadêmica individual e na nossa de institucional coletiva. Que possamos seguir de cabeça erguida dia a dia na sala de aula, nos Conselhos Departamentais e na comunidade universitária como um todo sabendo que estamos cumprindo sim a gestão democrática das universidades e que estamos cumprindo sim o papel de formar para a cidadania e não apenas para o individualismo." De pronto o senhor presidente concedeu a palavra ao conselheiro e representante discente Sérgio Estevão Silveira da Silva: "Como já foi falado aqui, este é o primeiro Conselho do qual participo. Eu gostaria de começar minha explanação falando a respeito da sociedade em que vivemos. Cidade que tem problemas, preconceitos, tem corrupção, tem pessoas que matam animais na rua e todo o tipo de males e a universidade está inserida nesta sociedade. Como ela está inserida é obvio que nossa universidade também tem problemas. Ela não é diferente. Eu poderia citar um dos problemas que eu vejo da universidade, mas acredito que podemos avançar isto também, em todos os problemas. Eu gostaría que todos os conselheiros presentes aqui que se considerem, se assumam ou se identificam como afrobrasileiros ou negros fiquem de pé por um momento. Vejam, somos poucos não é? Este é um dos problemas da universidade, mas podemos avançar nisso, é um reflexo da universidade. Vejo que temos muitos conselheiros mulheres e fico feliz. Foi uma luta, um avanço para assumir um papel de representatividade. Mas elas podem avançar mais ainda afinal, elas são maioria e aqui não seria diferente. Assim como citei problemas que podemos avançar, eu vou citar outro: em 2008 tivemos problemas na eleição. Teve protesto na rua, polícia federal, acusação de golpes, não golpes e eu acreditei que neste ano, neste processo eleitoral, nós avançaríamos. Pelo menos neste problema nós já poderíamos estar resolvidos hoje. Nós abrimos um processo, assim como já foi falado antes: bonito, justo, bem formado, do qual temos um resultado. E para mim uma surpresa que eu vejo hoje que há uma contestação em relação ao cálculo do qual foi decidido este resultado. E de fato interessante quando vemos que tem nos passado esta lista de um número de servidores que paira pela verdade e justiça. Não sei quantos nomes temos aqui, talvez vinte ou trinta. São trinta servidores que se dizem que foram mal informados, assim como o Professor Edar. Não vi mais ninguém se manifestar a este respeito, se concorda ou não concorda. Fica difícil acreditar que, eu vi a manifestação de dois candidatos e tem mais um que até o momento não se manifestou, que não sabia das regras. Não é crível. E quase impossível de acreditar nisso! Vou fazer outras duas analogias com a sociedade: agora mesmo no dia sete de outubro vão acontecer eleições municipais. Vocês acreditam que a maioria das pessoas sabe realmente como funciona a regra proporcional para votar em vereador? Muitos não sabem. Então estão no direito de em dezembro alguém que não sabia que se eu voto na legenda tinha que ter um número certo de votos, contestar. Pode contestar. Foi feito aqui. Está no direito. Isto pode acontecer. Ouvi a manifestação do professor da Administração e de Turismo e ele vem falar em eu torcedor e eu gestor. Desculpe, eu não sou gestor. Quando ele chamou "eu torcedor", isto não está em jogo aqui. O que está em jogo é



1321 o respeito às regras. Eu torço para que estes problemas que eu falei melhorem enfim, mas isto 1322 não tem influência aqui. Ele falou também em erro doloso e erro culposo. Peço ajuda agora ao 1323 colega Alex para pegar minha mochila (senta na bancada) e diz: Sabem o que é isto? Isso pode 1324 ser um erro doloso, pois quando fui convocado para a reunião a pauta não dizia se eu devia 1325 sentar à mesa ou na cadeira. Eu vou continuar cometendo este erro? É lógico que não, porque 1326 eu tenho bom senso e tenho caráter. Se nós agirmos assim qualquer resultado pode ser 1327 contestado conforme nossos interesses. Onde nós vamos parar? Onde vamos avançar? Pensem 1328 como é este país. Quantos podem estar em uma universidade pública gratuita. Quantos 1329 professores já foram alunos? Que se ensina nas aulas? Que mensagem queremos passar? Vocês 1330 gostaram da explanação do Alex não é? Eu sou amigo pessoal dele há quatro anos e também 1331 fiquei feliz, pois temos uma relação bem próxima de amizade que obviamente não tenho com todos aqui. Mas é um convite que faço a todos. Eu só vi uma pessoa se manifestar neste sentido 1332 1333 e eu quero acreditar que os demais, pessoas inteligentes, pessoas sensatas, sabiam como iria ser 1334 rolado o processo. Sabiam das regras. Então, para que comigo e para que com os alunos gerais 1335 que foram os que mais votaram, dos quais sou representante neste Conselho, tenham uma 1336 relação de consideração e afeto em relação a vocês, não usem esta argumentação de que o 1337 cálculo foi errado. Ele foi discutido antes e foi amplamente divulgado. Há doutores aqui. Há 1338 técnicos. Há alunos. Eu quero sair deste primeiro Conselho e talvez seja meu último, com uma 1339 boa lembrança de todos estes professores de acreditar que nós vamos avançar neste processo 1340 com a maior lisura e que os problemas que aconteceram em 2008 não venham a se repetir. E 1341 como num todo a UFPel saia mais fortalecida, porque o que vai sair daqui conforme o resultado 1342 é a crença que nessa universidade se respeitam as regras. Não as regras de um determinado 1343 grupo ou de determinada situação, mas as regras coletivas. E as regras coletivas assim 1344 respeitadas na universidade elas podem servir para toda a sociedade em geral. Obrigado." Neste 1345 momento a presidência da reunião do Conselho fez um intervalo para o almoço e solicitou a 1346 compreensão dos conselheiros Moacir Elias, Paulo Borges, Gladis Ribeiro, que aceitassem esta 1347 proposta de forma que pudéssemos e também outros conselheiros, como professor Gastal e 1348 outros colegas pudessem se manifestar na parte da tarde. Ficou definido que as atividades 1349 retornariam às quatorze e trinta. SEGUNDA PARTE: O senhor presidente, dando continuidade 1350 à reunião, de pronto passou a palavra ao conselheiro inscrito, Professor Moacir Elias: "Boa 1351 tarde, quero dizer da satisfação de tomar parte ativa de mais um processo eleitoral na UFPel 1352 como conselheiro. Participo ativamente desde a primeira tentativa de fazer-se um processo com 1353 a participação direta da comunidade, que foi quando escolhemos o Professor Gastão e tivemos 1354 o Professor Rui Antunes como Reitor. A propósito disso, fiz uma síntese, que encaminhei a 1355 todos os senhores, mas o fiz tarde porque tinha que concluir alguma análises de processos do 1356 CNPq, com prazo de entrega, por isso, somente após concluir o trabalho, para não perder 1357 prazos e prejudicar os colegas, é que encaminhei para os colegas uma cópia de um texto, que 1358 alguns devem ter lido na imprensa. Esse texto, para mim, não faz nenhuma falta para os 1359 argumentos que irei utilizar, mas solicito que entreguem uma cópia para cada um dos 1360 conselheiros em sinal de respeito aos colegas e como deferência àqueles que julgarem 1361 adequado. A Universidade não terminou hoje, como também não começou hoje e as ideias 1362 também não, e as nossas ações e atitudes podem e devem ser aperfeiçoadas, então as 1363 contribuições serão muito bem vindas. Começarei lembrando as palavras de dois professores 1364 que desempenharam as suas funções nesta Universidade, inclusive neste órgão, professores em 1365 que não votei, mas que tiveram sempre o meu respeito e admiração pelo que significaram, mas 1366 sabem que não votei neles porque não participo de nenhuma atividade subterrânea. Aprendi no 1367 Canguçu amado, que se deve mostrar a cara e defender suas ideias. Não sou obrigado a ser voto 1368 vencedor, pode ser voto vencido . Jamais aceitarei ser voz calada. Dizia o professor Gigante 1369 que todo o ato de uma universidade deve ser pedagógico, com absoluta razão, porque não 1370 formamos apenas estudantes, mas também consciência. E a universidade, sendo pública, tem 1371 um compromisso mais amplo. E a linha de raciocínio que irei desenvolver, sem fazer filosofia, 1372 está calcada exatamente nisso, nos aspectos pedagógicos que envolvem o que estamos fazendo 1373 aqui. E a segunda, coincidentemente do professor que foi vice-reitor do Professor Gigante, o

est



1376 1377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421

1422

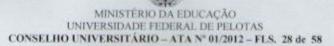
1423

1424

1425

1426

1374 Professor Luiz Henrique Schuch, atual diretor da ANDES, que em um evento em na Universidade de Brasília, exatamente discutindo sistema de votos, usou uma frase que parece importantissima "O dia em que a universidade tirar a polêmica de dentro de si, que tire a placa de universidade e o nome como Instituição, porque perde razão de sua existência". Nós temos formas diferentes de enxergarmos, às vezes, a mesma solução, o que não significa dizer de que pensar diferente é não ter ética, não ser democrata. Ética e democracia não são propriedade de ninguém, de nenhum grupo, de nenhuma pessoa, de nenhum sistema, porque ambas pressupõem respeito, pressupõem respeito à idéia divergente, mas antes disso respeito à pessoa que tem idéia divergente e nisto queria cumprimentar os colegas conselheiros, porque diferente do que se viveu em outras ocasiões, em outros momentos, a reunião está transcorrendo no mais absoluto respeito e isso é crescimento, isso é evolução, e precisa ser saudado. Quando se comenta isso, especialmente ética, que é respeitar princípios, dizemos que uma pessoa ética é uma pessoa de princípios. Digo isso porque em mais de uma ocasião, mas em uma especialmente, e vários dos que estão aqui acompanharam, eu não aceitei a candidatura a reitor porque o processo eleitoral aprovado não incluía a consulta à comunidade. Se seria eleito ou não era outra história. Mas não aceitei e fui perante à Junta Eleitoral na ADUFPel e fiz esse pronunciamento, porque essa é a minha convicção - tem de haver consulta para haver comprometimento, embora não exista nenhuma ilegalidade ou ilegitimidade em ser reitor sem passar por consulta, mas a consulta gera comprometimento, e gera comprometimento institucional. Nós poderíamos ter realizado uma consulta do denominado voto universal, que para mim é terminologia inadequada, é voto unitário, porque todo o processo onde todos votam é universal, poderíamos ter feito isso. Não teria nenhum elemento que sustente, nem pedagogicamente, nem administrativamente, nem institucionalmente um sistema de voto universal. Por isso sempre me opus a esse sistema. Nós poderiamos ir no proporcional, setenta por cento para os professores, porque afinal de contas, dos três segmentos, é o único que pode exercer e conduzir as três funções da universidade. Mas setenta por cento, na minha forma de ver, é exagero, mas tem um sistema que efetivamente permite o equilibrio, que é exatamente o sistema paritário, que sempre defendi. Por motivo de doença fiquei fora de algumas assembléias, mas tenho uma história dentro da Universidade próxima de quarenta anos, e quem me conhece sabe disso, que sempre defendi a paridade, porque ela gera o equilíbrio do compromisso. Se os docentes, os discentes e técnicos- administrativos, em igualdade de condições, têm o poder de decisão, têm também o mesmo compromisso com a Instituição. Tudo é discutível e respeito as outras idéias, mas é isso que penso e fico à vontade para dizer o que vou dizer agora, porque fui membro da diretoria da nossa Associação de docentes, da ADUFPel e tenho muito orgulho disso. Fui um dos fundadores, e, aliás, um dos gestores da ASUFPel, nossa Associação de servidores, que congregava docentes e funcionários e, também, fui sócio dela por muito tempo, contribuindo porque entendía, e entendo, que se precisava de instituições fortes, e no período de estudante fui membro da representação estudantil da então Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, onde se localizava a Agronomia. Os jovens não fiquem assim me olhando muito porque eu sou da primeira metade do último século do milênio passado e vocês também são do último século do milênio passado, com a diferença de que são da segunda metade. Só que isso não me autoriza a achar que tenho mais ou menos razão do que ninguém, mas isso me dá a obrigação de dizer o que sinto e o que penso, conforme escrevi no documento. Pois bem, poderíamos ter feito a eleição no Conselho e, também, associo-me àqueles que entendem que deveríamos ter mais reuniões, e por todas as razões nós precisamos discutir isso, deveríamos e deveremos ter mais reuniões do Conselho Universitário, mas não fizemos. As nossas entidades assumiram o papel de fazer a consulta, que cumpriram e quero cumprimentar pela forma como conduziram os debates, pela transparência na apuração dos votos. Só fiquei preocupado com a falta de fôlego, no primeiro turno, das alunas que faziam a leitura dos votos, mas tudo absolutamente tranquilo, nada de ilegalidade. As entidades, nas assembléias, aprovam, na verdade, princípios. As assembléias, até pela forma como se acompanha as assembléias, não é local apropriado para se aprovar o detalhamento operacional, elas somente aprovam princípios e estes precisam ser operacionalizados por quem vai conduzir



1429

1430

1431

1432

1433 1434

1435

1436

1437 1438

1439

1440

1441

1442

1443

1444

1445

1446

1447

1448

1449

1450

1451

1452

1453

1454

1455

1456

1457

1458

1459

1460

1461

1462

1463

1464

1465

1466

1467

1468

1469

1470

1471

1472

1473

1474

1475

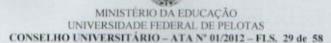
1476

1477

1478

1479

o processo. E, assim, nomearam uma comissão eleitoral paritária, com peso igual, com representação de cada uma das categorias. E essa comissão trabalhou arduamente. Fez o que estava a seu alcance e, na minha forma de ver, e aí não é somente na minha forma, porque sou representante dos Professores Títulares neste Conselho, e nós somos vinte e um viventes, ou sobreviventes, não sei exatamente o termo, acho que felizmente os dois, e consegui a opinião de dezesseis dos colegas, isto é, mais quinze, e não estou dizendo que todos devem fazer isso, e nem sempre faço isso, mas já pela natureza do assunto que iríamos tratar, e porque somos poucos, parecia ser o comportamento mais adequado. Alguns até disseram que se surpreenderam quando fiz contato. Fui direto às salas e quando não consegui, fiz por telefone. E ouvi os colegas. Dos dezesseis, três defendem a idéia contrária a que eu defendo, dois deles disseram que concordavam com a idéia do documento, mas achavam ser extemporânea. Um me disse que não havia pensado muito a respeito, mas confiava nos colegas e na representação. E esse é o placar. E alguns dos senhores e senhoras estão aqui nesta sala. E por isso, e apenas por isso, é que quando mandei o texto para a imprensa, eu escrevi ali representante dos Professores Titulares no Conselho Universitário, caso não tivesse o respaldo da maioria dos colegas, teria escrito a mesma coisa, mas em meu nome, porque entendo que assim é que se forma, assim é que se dá exemplo. Foi falado muito pela manhã, que se deve dar exemplo, e um dos exemplos que se deva dar é exatamente o mais dificil, que é o da humildade. Alguém diz que é o mais dificil porque é o último degrau da sabedoria, por isso que poucos atingem. Mas o certo é que é difícil exercer a humildade e ao exercê-la está se reconhecendo que se acerta e se erra, e isso como indivíduos, como comissão e como instituição. E quando se erra é mais sublime consertar, ou tentar o conserto, e essa é a minha maneira de ser. Se é certa ou errada. Não tenho a "Síndrome da Gabriela", essa que dizem por aí, "nasci assim, cresci assim, vou ser sempre assim", não, não é isso. A minha esposa aposentou-se como docente desta Universidade. Os nossos três filhos carregam o diploma UFPel e os quatro netos ainda não sei o que farão, mas nós temos uma vinculação institucional, que vai muito além de verificar o contra cheque no fim do mês. E acredito que isso ocorra com todos que fazem parte desta Universidade, Aprendi nesse tempo todo, que quem quer, encontra um jeito de fazer, e quem não quer encontra uma desculpa, que talvez seja um termo muito forte, um argumento. Então claramente nós somos, no mínimo, dois grupos aqui e foi o que percebi consultando os colegas Titulares. Existe um grupo que entende que o resultado da consulta correspondeu a um conjunto de princípios e normas, e nós temos um grupo que entende que o resultado promulgado pode atender às normas, mas não atende ao princípio princípal que é o da equidade, que é o do respeito, que ouvi falar bastante, mas respeito é respeitar todas as pessoas e suas manifestações. Alguém falou que talvez partíssemos para premiar a matemática da abstenção, mas a mim parece que ao contrário também vai se premiar a omissão e, premiar a omissão não é formar cidadãos. Baseado na matricula geral, dados que tomei na Universidade de um boletim que foi enviado ao MEC no mês de maio, se pegarmos o total, trinta e um por cento dos estudantes votaram, noventa por cento, aproximadamente, dos servidores votaram no segundo turno. E votantes, qualquer dicionário diz isso, são os que votam ou estão aptos a votar. Então, enquanto não entendermos, como manifestação, que não comparecer, comparecer e votar em branco, ou, comparecer e anular o voto têm o mesmo significado de manifestação eleitoral, se não entendermos isso, estamos enxergando uma parte da Universidade. E evidente que quem anula seu voto, marca seu protesto, e isso precisa ser respeitado. Essas pessoas estavam dizendo que nenhuma das chapas que chegou ao segundo turno lhe serve e precisamos aprender a fazer leitura e não somente contas. E repito que, na minha forma de enxergar, a manifestação desses três foi exatamente a mesma: nenhuma das duas serve. É diferente da omissão que não estão "nem aí". Não vou julgar quem diz que temos que ser ético, moral e que pregou no segundo turno o não comparecimento às urnas, porque sabia, como é sabido e há muito tempo sabe, que o cálculo que a Comissão faria seria pelo número de pessoas que foram às urnas e isso proporcionalmente aumentava o peso da categoria que perdesse. Ninguém é ingênuo, todos nós temos as nossas preferências. Eram seis ou sete candidatos, ou nenhum daqueles, no primeiro turno e dois ou três no segundo - chapa um ou chapa quatro ou nenhuma delas. Isso me parece que é a



1482

1483

1484

1485

1486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

1496

1497

1498

1499

1500

1501

1502

1503

1504

1505

1506

1507

1508

1509

1510

1511

1512

1513

1514

1515

1516

1517

1518

1519

1520

1521

1522

1523

1524

1525

1526

1527

1528

1529

1530

1531

1532

expressão da comunidade inteira, que é a Universidade, que é formada pelos militantes e pelos não militantes. Por causa disso, e esperava que tivesse acontecido, que antes de abrirem os votos, a Comissão Eleitoral, apesar de terem feito um trabalho muito bom, pecou em um detalhe que é fundamental, porque sabia, pelos números, que teríamos um desequilíbrio pois trinta e um por cento ou quarenta e um por cento, noventa e oitenta e nove por cento, não é paridade, é disparate, é premiar a disparidade. O que se esperava é que assessorados, até por pessoas com mais tempo, que se tivesse encontrado uma forma de não plasmar esse desequilibrio, que ficou evidente e que, independentemente da opção que tivesse marcado na cédula, seria desequilíbrio igualmente. Recebi, também, a visita como conselheiro e se tivesse recebido antes e me perguntassem se votaria no resultado paritário da Consulta, teria respondido que sim, mas não havia sido consultado, provavelmente por ter passado esse período com problemas de saúde, Mas teria dito que sim, porque são princípios e nesses princípios eu voto sim. Quando passou a eleição, também fui procurado pelo professor Mauro, professor Francisco, pelo professor Florismar, pelo Osório e por um estudante que não lembro o nome. Isso era bom, pois como sou Conselheiro e represento a categoria dos mais velhos, ouviria as propostas para a gestão, discutiriam e, cheguei a penar que, quem sabe, iriam buscar na experiência algo que pudesse contribuir. Mas não foi isso que aconteceu, mas de todas as formas tentaram saber em quem votaria. Disse que iria revelar no local adequado e não via o porquê de dizer a eles porque ele era representante dos professores Titulares e a eles daria essa informação e se fosse revelar, revelaria de público, e por isso coloquei no jornal aquilo que me parecia, de certa forma, mostrar para a sociedade que há outras visões aqui dentro e que são tão legítimas quanto aquelas que estavam aparecendo. Não foi para colocar o nome da Universidade. Imagino que este tenha sido preservado. Têm alguns assuntos que são de economia interna que se deve discutir e dizer aqui sim e por mais que se saiba, tem que se saber que "roupa suja se lava em casa" e tem local para isso. Não imagino que o meu pronunciamento vá mudar a decisão de cada um, porque eu respeito a inteligência e o livre arbítrio de cada um. Mas não sairia da Universidade, nem desse lado do mundo, se não fizesse nada e não mostrasse aquilo que para mim não está correto. E a maneira como se chegou a trinta ou quarenta por cento, oitenta e tantos ou noventa por cento, não apenas distorce a paridade, como não é pedagógica. Ela não forma respeito a princípios e isso é muito mais importante do que qualquer atitude que se possa ter errando ou acertando. Senhor presidente obrigada pela oportunidade e estou num outro momento à disposição se necessário. Mas era esta a essência do meu pronunciamento. A seguir se manifestou o conselheiro Paulo Borges: "Boa tarde senhor presidente, senhor vice-presidente, senhores e senhoras conselheiros. Nós estamos aqui debatendo o item da pauta que é discutir o processo eleitoral. Não podemos ficar debatendo ad eterno. Devemos dar um rumo e objetivar estas discussões. Eu pretendo ser bem breve. Represento uma Unidade, o Centro de Letras e Comunicação que logicamente participou efetivamente. Toda a metodologia do processo. Todas as regras do processo foram bem explícitas. Sabíamos nós professores, servidores e discentes o processo que estávamos participando e participamos efetivamente. Ora participando de chapas, inclusive como foi meu caso, ora apoiando outras chapas. Tivemos apoiadores de cinco chapas. Acredito que apenas uma chapa não teve apoiadores diretos de membros da nossa Unidade. Consulta à comunidade e que entendemos que foi muito valioso, foi democrático e foi legítimo. Acho que a palavra que nos baliza é legitimidade. Eu acho que todos nós participamos de um processo. Acredito que todos os conselheiros aqui, excetuando-se um ou outro, participou colocando seu voto na urna, portanto legitimou o processo. Nós estamos ainda no processo e temos de dar fim a este processo e o Conselho de Letras e Comunicação com professores, servidores e estudantes, pois conversei com todos no Centro, entendem logicamente, que devemos sim referendar o que foi expresso pela consulta, ou seja, referendar a chapa eleita a chapa quatro assim como defenderíamos aqui também que devesse ser referendada a chapa um, caso fosse a chapa eleita no segundo turno. Entendemos também que eu não vejo por parte de nenhuma chapa ou que estão presentes ou que não estão presentes, mas não ouvi nenhuma manifestação no sentido de buscar uma nova interpretação para a metodologia que foi utilizada para a publicação. Acho



1535

1536

1537

1538 1539

1540

1541

1542

1543

1544

1545

1546

1547

1548

1549

1550 1551

1552

1553

1554

1555

1556

1557

1558 1559

1560

1561

1562

1563

1564

1565

1566

1567

1568

1569

1570

1571

1572

1573

1574

1575

1576

1577

1578

1579

1580

1581

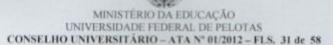
1582

1583

1584

1585

que todos participaram, todos, portanto, referendaram e homologaram o processo e isso é importantissimo. Eu vejo algumas manifestações e fico muito preocupado com esta posição na universidade: uma exposição que por hora a sociedade não entende muito bem e deixa a sociedade mais confusa ainda. Mas, algumas colocações, acho que necessitam ser feitas e brevemente eu farei: primeiro se houve alguma questão de computação de voto, por que isto já não teria sido feito lá no final do primeiro turno? Porque só no segundo turno? A segunda questão é que esse Conselho ele é um Conselho que é autônomo, soberano. Ele não é refém de nada e não é refem de ninguém. Aquí estão os representantes das Unidades, representantes das classes e, portanto, nós temos soberania para decidir. O entendimento do Centro de Letras e Comunicação é que não sei se nesse momento, mas se não for nesse momento, em um momento muito breve, nós façamos eleição para Reitor e que os nomes da chapa eleita, Professor Mauro, Denise e Gilson, sejam referendados por este Conselho e adequados às legislações que determinam como são feitas as eleições dentro da universidade. Esta é minha manifestação, me somo, portanto à primeira manifestação ocorrida aqui, que foi a manifestação do Professor Demarco, representante das pós-graduações, e entendemos que este deva ser o procedimento deste Conselho. Ficaria muito dificil para nós explicarmos para a comunidade acadêmica, explicarmos para a comunidade local de Pelotas e da Região, uma outra forma de comportamento que não seja esta. Então, esta é a manifestação como representante do Centro de Letras e Comunicação, que eu transmito para os conselheiros." Dando seguimento, tomou a palavra a conselheira Daniela Lumertz da Luz: "Primeiramente eu gostaria de saudar os conselheiros e conselheiras aqui presentes e desejar uma ótima tarde, porque é uma tarde na qual nos acena a vitória da democracia e o respeito às decisões e vontade da comunidade não pode ser caracterizada com uma palavra diferente de ótima. Eu também queria expressar minha felicidade de poder realmente participar do CONSUN péla primeira vez e ser um Conselho Universitário se reunindo e debatendo as questões dizem que precisam ser debatidos. Fico feliz de ver nas manifestações da grande maioria dos conselheiros que existe aqui o entendimento da responsabilidade dos conselheiros enquanto representantes da comunidade acadêmica. De entender que aqui não decidimos pela comunidade lá fora, mas com a comunidade, trazendo para cá a voz da comunidade, das decisões que ela já tomou. Eu acho que é importante entendermos que esta comunidade se organizou neste último período. Durante este semestre e no final do ano passado ela se organizou para fazer uma consulta informal. Ela espera se organizou e agiu para decidir os rumos desta universidade. Organizou-se em seis chapas diferentes. Organizou-se em diversas atividades. Debateu o futuro da universidade em mais de dez debates. Foi às urnas expressar sua vontade. Acho que é uma conta de que nós, enquanto representantes da comunidade acadêmica temos a responsabilidade de referendar. Temos de respeitar essa vontade, respeitar o resultado expresso pela junta eleitoral, conforme o Professor Demarco já encaminhou e eu não tenho muito mais a falar, por achar que todas as outras falas que me antecederam já me contemplaram, as eu encerro que nenhum debate metodológico vai conseguir deslegitimar este Conselho que se mostra as atividades à comunidade universitária. Que se mostra nas diversas mobilizações e não apenas nas urnas. Mostra-se a vontade da comunidade universitária se mostra em todos os debates e nesse momento a vontade da comunidade é referendar o resultado da consulta. Fica o entendimento que nós como representantes da comunidade ao temos outra possibilidade, porque não podemos deslegitimar a vontade da comunidade a qual representamos." De pronto, com a palavra, a conselheira Gladis Aver Ribeiro, fez o seguinte comentário: "Boa tarde senhor presidente, boa tarde conselheiros. Quero dizer a vocês de que fui eleita na primeira gestão por voto paritário, e desta forma o Conselho Departamental reconheceu a validade desta consulta e da mesma maneira fui reconduzida para a Direção desta Unidade e como representante desta Unidade. Não vejo outra alternativa desse Conselho senão aquela de referendar a decisão da comunidade maior que é comunidade universitária da Universidade Federal de Pelotas, uma vez que essa eleição, essa consulta foi clara, democrática, legítima. Não vejo outra atitude de todos nós conselheiros senão aquela de referendar a consulta da comunidade. Assim também é o desejo da minha Unidade e o meu particularmente. Obrigada." Logo a seguir, foi concedida a palavra ao



1588

1589

1590

1591

1592

1593

1594

1595

1596

1597

1598

1599

1600

1601

1602

1603

1604

1605

1606

1607

1608

1609

1610

1611

1612

1613

1614

1615

1616

1617

1618

1619

1620

1621

1622

1623

1624

1625

1626

1627

1628

1629

1630

1631

1632

1633

1634

1635

1636

1637

1638

1586 conselheiro Leonardo da Silva Oliveira: "Boa tarde a todos, senhor presidente, demais colegas. Inicialmente gostaria de manifestar a importância desse momento e desse fórum. Que possamos refletir realmente a respeito dos caminhos e das decisões de nossa instituição e aproveitar esse momento de compartilhamento dessas decisões já que esses fóruns esses momentos são tão raros dentro da nossa instituição, sendo dentro das Unidades ou no seu todo. Então acho que num primeiro momento bastante salutar essa discussão, reflexão a respeito de uma decisão tão importante para nossa instituição. Tenho certeza que todos têm bem clara a importância de ser representante dentro do Conselho Universitário e acredito que tenhamos vivenciado principalmente após as eleições uma espécie de polarização dentro da instituição com uma série de manifestações, mas que aqui dentro do nosso Conselho, representamos os nossos pares, as nossas Unidades. Nós não representamos grupos ou chapas que tenham participado da consulta e nesse sentido me sinto bastante a vontade para externar até a minha posição na consulta: a chapa que apoiei e votei não foi a vencedora deste pleito então me sinto bastante a vontade no sentido de externar essa posição. Acredito que este debate tem que fugir dessa questão de chapas ou grupos e sim, representar o comprometimento que nós temos com os nossos pares e principalmente com a Universidade Federal de Pelotas. Me parece num primeiro momento o que foi bastante proveitosa e esclarecedora esta primeira parte da reunião que tivemos pela parte da manhã, principalmente porque, como mencionei, a partir do término da consulta informal até essa reunião nós tivemos uma série de informações vindas das mais variadas procedências e acho que teve um passo importante que foi o esclarecimento. Um ponto que ficou bem claro é que essa consulta informal é legítima. Parece-me que, pela documentação que foi apresentada, não tem nenhuma dúvida desta questão, já que temos uma Nota Técnica a possibilidade dessa consulta no seu item vinte e três e, além disso, houve essa consulta ao Ministério da Educação aonde também a resposta no item seis deixa muito clara a legitimidade da consulta. Então acho que já é um fato irreversível que está bem claro e bem consolidado. Acredito que cabe e sem dúvida é muito construtivo, como temos visto, a manifestação de vários conselheiros, a diversidade de opiniões me parece a grande riqueza do debate em uma instituição o crescimento a partir dessas idéias heterogêneas, acho isso muito construtivo também e me parece que quando se estabeleceu esse processo se tinha bem claras as regras, as normas e a possibilidade de estabelecer como sería procedida e conduzida essa contagem dos votos. Então me parece até pela manifestação de vários conselheiros que participaram efetivamente do processo, que era muito claro e transparente que a apuração dos votos seria desta forma. Então me parece que tendo sido exposto isso em momento adequado e oportuno dentro do processo o momento de estabelecer estas regras não devem ser alteradas. Devem ser mantidas, independente do desfecho que tenha este processo. Tendo em vista essa questão, acho que houve momentos ao longo de toda esta caminhada árdua caminhada e que foi esta consulta informal à nossa comunidade. Teve vários momentos onde poderia se debater e discutir essa questão e me parece foi discutida, então acho que também não cabe agora me parece de forma bastante tardia, revermos essas regras estabelecidas para essa consulta informal. Coloco aqui me parece com grande preocupação que sem dúvida alguma nas próximas eleições cabe a nós e ao Conselho atuar de forma mais presente nesse processo aprofundar as discussões e todas essas reflexões que estão sendo externadas aqui deveriam ter sido feitas antes desse pleito e consequentemente nós teríamos um pleito mais amadurecido e livre desses questionamentos. Desde já saliento a importância de nas próximas situações termos esses aprofundamentos nesses debates, mas agora não é mais o momento dessas discussões. Encerrando e tentando ser bem sintético, me sinto bastante satisfeito pela manifestação da maior parte dos colegas conselheiros a qual também sou aliado e entendo que seja o mais adequado parece que o nosso caminho é referendar essa consulta informal que foi feita à comunidade e lembrando a importância nossa, como Conselho Universitário, pois somos o órgão máximo da nossa Instituição, mas sem dúvida alguma, o Conselho tem de ser a voz, tem de ser os anseios da nossa comunidade, porque ele é a instância máxima da Universidade Federal de Pelotas, mas quem é a Universidade Federal de Pelotas, não é nada mais do que sua comunidade. Nesse sentido e com tranquilidade acredito que o encaminhamento é pelo referendo do extraído nessa



1642

1643

1644

1645

1646

1647

1648

1649

1650

1651

1652

1653

1654

1655

1656

1657

1658

1659

1660

1661

1662

1663

1664

1665

1666

1667 1668

1669

1670

1671

1672

1673

1674

1675

1676

1677 1678

1679

1680

1681

1682

1683

1684

1685

1686

1687

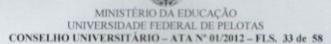
1688

1689

1690

1691

1639 consulta informal à nossa comunidade. Obrigado." Logo após, a palavra foi concedida ao 1640 conselheiro Lawrence Estivalet: "Prezados conselheiros, eu gostaria de adiar a minha inscrição, dado que novos conselheiros se manifestem, mas gostaria de encaminhar, dado que o debate estar se dando a bom tom, mas algumas pessoas estarem repetindo argumentos, que na próxima fala encerremos as inscrições." O senhor presidente disse que achava excelente idéia, pelo menos no que dependia da presidência. Leu os nomes de quem estava inscrito, e solicitou que a partir daquele momento os conselheiros fossem um pouco mais breves, conforme manda o Regimento, tentassem controlar o tempo para dez minutos de manifestação de cada conselheiro e encerrou as inscrições. De pronto passou a palavra ao conselheiro Manoel de Souza Maia: "Boa tarde senhores conselheiros, senhor presidente. Minha manifestação é muito curta, no sentido de colaboração como disse o colega que me antecedeu: quem sabe para as próximas eleições? Perdoem-me falar de costas, mas vai ficar muito ruim se me virar para me manifestar. A minha manifestação vai no sentido de que meus colegas componentes de várias chapas, se manifestaram surpresos com os resultados, considerando que nos dois turnos tanto docentes, quanto técnico-administrativos apresentou vitória à chapa um. Chamo a atenção desses colegas: como poderia acontecer dentro do regime paritário? Isso provocou inúmeras avaliações e contas, como as que o Professor Edar apresentou de maneira muito clara. Eu, iniciando dessa forma, quero dizer o seguinte, senhores: ninguém tem dúvida da legitimidade deste pleito. E eu digo isso com muita tranquilidade, porque a maioria, senão todos, participaram do pleito. O Reitor participou, Vice-Reitor participou, todos participaram. Questionar legitimidade de um trabalho, de uma ação destas não tem cabimento. Ou seja, agora apenas levantar algumas dúvidas e isto deixa muito claro: sem questionar, de minha parte pelo menos, acho que as associações se manifestaram de forma correta, trabalharam muito, enfim, não teria nenhuma crítica, ao DCE, associação docente e associação de servidores, apenas deixo um comentário que não concordo com algumas manifestações discursionárias, de refém, de comprometimento de moral, de ética, de antidemocracia, de ditadura, etc. Isto não cabe em um Conselho, como o nosso, que sempre, pelo menos, não posso identificar alguém que tenha sido antidemocrático ou tenha votado contrário. Não posso imaginar! O fato, e aí fica uma contribuição para o futuro e desejo que fique bem registrado em ata, a paridade sobre o total como foi apresentado pelo Professor Edar premia a presença dos eleitores. Quanto mais eleitores cada categoria tiver, mais se configura a sua paridade, a sua presença, numérica e de coeficiente de correção. A paridade feita sobre o total apenas das participações premia a ausência e deixo aqui um exemplo, senhores: tomando números redondos: mil docentes, mil técnico-adminstrativos e, como queiram, vinte mil alunos ou quinze mil, seria um para quinze a proporcionalidade como fator de correção sobre o total. Se fôssemos considerar apenas aqueles que participaram teríamos: mil técnicos, mil docentes e mil estudantes nós teríamos um para um, para um, estaríamos dentro de uma eleição universal, onde todos têm o mesmo peso. Aqui não quero discutir se a universal é correta ou não. Apenas estou dizendo que a mudança de critério transforma um método inteiro de avaliação. Então o que está feito, está feito. Apenas a minha observação vai nessa direção como contribuição, acho que de todas as reuniões devemos tirar o máximo possível que complemente a nossa formação, a nossa interpretação de dados, de fatos, de Não me considero em hipótese alguma nestas classificações de pejorativas de antiético, amoral ou qualquer coisa que seja. Apenas trago estas observações que não se incorra na mesma falha, pois foi dito sempre que neste processo foi repetida a forma das outras anteriores, pois muitos que se aperceberam disseram: deixa assim e vamos mudar para a próxima. Ou seja, notaram que estava mal e vamos deixar Eu não vou brigar, ou melhor, não vou utilizar este termo, não vou contestar. Eu acho que é um dever de cada cidadão, de cada conselheiro, apontar as eventuais correções que possam ser implantadas neste procedimento para que tenhamos na próxima eleição daqui há quatro anos um processo mais tranquilo, mesmo este estando tranquilo, mas que haja mais rapidez. Quero dizer aos senhores que saio fortalecido como qualquer um de nós deve sair, mas estamos crescendo e vendo visões, ouvindo posições e certamente a verdade não pertence a cada um de nós, a verdade está em permanente crescimento e evolução. Era isso, senhor presidente e encerro minha participação,"



1693

1694

1695

1696

1697

1698

1699

1700

1701

1702

1703

1704

1705

1706

1707

1708

1709

1710

1711

1712

1713

1714

1715

1716

1717

1718

1719

1720

1721

1722

1723

1724

1725

1726

1727

1728

1729

1730

1731

1732

1733

1734

1735

1736

1737

1738

1739

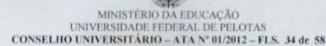
1740

1741

1742

1743

Após esta fala, o conselheiro Antonio César Baptista Silveira da Silva fez seu pronunciamento: "Boa tarde a todos. Em primeiro lugar gostaria de parabenizar o nível da discussão e espero que continuemos levando até o fim das discussões e idéias. Quero fazer algumas observações: Sou diretor já no sexto ano de mandato da Faculdade; sou Diretor desde 2006; participei deste Conselho em 2008 e me lembro das discussões neste Conselho em relação à tentativa de consulta que tentamos fazer. Fui um dos professores que nas assembléias na ADUFPEL, lutei pelo voto paritário, por considerar ser uma forma justa e mais equilibrada. E o meu entendimento de paritário realmente foi diferente do que foi realizado. Mas fazer o que, se a culpa foi minha se não participei das últimas assembléias da ADUFPEL onde determinou que o paritário seria calculado pelos votantes e não pela população. Estou como professor da Universidade desde 1995, primeiro ano como professor substituto e depois 1996 como professor definitivo, mas fui aluno em 1985 e meu pai foi professor nesta Universidade, inclusive um dos trinta professores que em 1969 fundou a ADUFPEL em plena Ditadura Militar. Então o meu perfil já vem de família: lutar por aquilo que acha certo. Vou citar algumas frases que foram ditas pelos demais conselheiros, apenas para embasar o que vou sugerir. Primeiro: não vou lembrar as pessoas que disseram, mas vocês vão lembrar. Nenhum de nós é conselheiro fora do conselho. Acho que foi um aluno que citou, ou seja, fora do Conselho durante o resto do tempo não somos conselheiros. Somos professores, alunos, funcionários. Parece que este é um consenso, que isto foi o Paulo que falou. Isto é para lembrarmos disto quando sairmos daqui. Não resta dúvida que foi realizada uma consulta informal. Todos sabem que esta foi uma consulta informal, realizada pelas entidades. Não cabe à junta entrar em contato com os conselheiros em suas casas e sim ao presidente do Conselho. Também foi relatado que este documento das associações foi entregue em junho e o senhor Reitor comunicou que disse iria reunir o Conselho assim que acabasse a greve e é o que está fazendo. Oficialmente o Conselho Universitário está tendo contato com este documento agora. Antes disso, nós só tivemos contato com estas informações via site, via blog, via jornais, que não são documentos oficiais. Nesse momento nós, conselheiros, estamos tendo contato com essa informação. Portanto, discordo completamente das afirmações que dizem que qualquer observação é extemporânea. Realmente não é. Por quê? Porque uma consulta informal não tem gerência sobre o Conselho Universitário. O Conselho Universitário não poderia e não haveria motivo algum para questionar qualquer item de uma consulta informal conduzida por associações que não têm qualquer vínculo com este Conselho. Seria um óbice à democracia se o Conselho se manifestasse durante esta consulta informal. Concordo com todos os outros conselheiros que falaram que temos carência de reuniões. Realmente nós temos carência de reuniões nesse Conselho. Isso já foi falado, já falei também com o próprio Reitor e isto dificulta a administração da Universidade. Mas ao ser procurado pelas associações, como conselheiro, o Professor Cassal me comunicou que estavam tentando antecipar as eleições dentro da Universidade, através desta consulta informal, para não coincidir com as eleições municipais, Esta foi a justificativa. Ou seja, foi antecipada. Que para mim já cria uma certa estranheza o que tem a ver Universidade com eleições municipais? Para mim já criou um desconforto naquele momento. Depois o Professor me falou que iria ser realizada na forma paritária e no meu entendimento, paritária já falei para vocês em outra colocação, tem outra conotação. Até concordei e disse que começamos melhor este ano, fazendo referência a 2008. Isso foi o único tema tratado com as associações. Em nenhum momento foi me questionado se eu iria referendar isso no Conselho. Em nenhum momento. Eu não respondi se iria ou não, porque esta pergunta não foi feita. Causa-me estranheza que em sites estejam colocados nomes de Diretores que teriam, de uma certa forma, se comprometido. Mas espere aí: Como é que um Diretor em uma conversa de quinze minutos com algumas associações vai se comprometer, como conselheiro. que vai referendar alguma coisa sem antes consultar seu Conselho Departamental? Aqui, várias vezes, falou-se que o voto de cada um de nós aqui não pertence a cada um de nós. Ele faz parte, ele é representativo das pessoas que nós representamos. Não tem como aquilo ser verídico. Caberia até uma retratação da ADUFPEL ou dos outros blogs e órgãos que colocaram isso, pelo menos em relação à minha pessoa. Não sei se outros Diretores tiveram a imprudência, julgo eu



1747

1748

1749

1750

1751

1752

1753

1754

1755

1756

1757

1758

1759

1760

1761

1762

1763

1764

1765

1766

1767

1768

1769

1770

1771

1772

1773

1774

1775

1776

1777

1778

1779

1780 1781

1782

1783

1784

1785

1786

1787

1788

1789

1790

1791

1792

1793

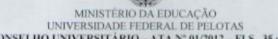
1794

1795

1796

1797

de se comprometer sem antes considerar consultar as suas bases. Bem, em vista disso, nós não estamos aqui fazendo uma eleição, não fomos convocados para isso e eu, quando fui procurado pelo Professor Mauro e sua comitiva, coloquei bem claro que não iria manifestar meu voto porque eu não tinha convocado o meu Conselho Departamental, por que eu considero que eu devo votar pelo meu Conselho e pela minha Unidade. Não fiz isso em função da greve. Alunos em greve. Professores em greve. Os alunos são representantes, no Conselho, do Diretório Acadêmico. Não são da cidade e não estavam na cidade. Logo, eu não convoquei logicamente uma reunião para tratar desse tema porque, consequentemente, e com justificativas que seriam contestadas pelos próprios alunos. Como convocar reunião para tratar de assunto tão importante durante greve de professores e alunos? A greve acabou semana passada. A dos alunos deve ter acabado ontem. Então, não houve reunião. Se esse Conselho agora tentar ou achar prudente fazer uma eleição, não poderei votar, por que eu não tenho o meu voto. Não tenho o voto da minha Unidade. Não sei se os demais Diretores tiveram tempo para isto. Para fazer uma consulta realmente legítima às suas Unidades. Democracia se baseia nisso: nessa consulta legítima. Eu não fiz, pois não tive tempo para isso. Se vamos usar termos que as vezes favorecem e as vezes não, que o voto aqui não pertence a cada um de nós e agora nós seremos, como usaram aqui algumas vezes, refens a votar em relação à consulta informal, não. Não me lembro desse Conselho, nesse ano, estar debatendo a consulta. Faz-se referência a outras eleições que aconteceram com este formato, mas existem muitas diferenças. Uma delas é o segundo turno. Se agora é que está chegando essa informação ao nosso Conselho, oficialmente, quando este Conselho teria a oportunidade de se manifestar, considerando que esse é o Colegiado Máximo e Supremo dessa Instituição? Parece-me que na forma que está sendo colocada, se rebaixa o CONSUN, esse Conselho, a um mero expectador da escolha de seu novo presidente. É um mero expectador. Eu participei, votei. Todos nós votamos como professores, como discentes e como servidores. Não como conselheiros. Nós agora estamos assumindo a posição de conselheiros. Nesse momento. Iniciam agora nossos questionamentos: se deveria ter sido feito assim. Agora é que inicia. Isto não é o ponto final. É o ponto inicial. Pode ser que se chegue às mesmas conclusões, depois de consultar suas bases, depois de consultar seus pares, se chegue à mesma conclusão, mas se pular esta etapa estaremos ferindo de forma grave a autonomia desta Universidade, porque a autonomia é do Conselho Universitário. Não das associações. Elas têm autonomia para fazer a sua consulta informal. Agora, na escolha da lista tríplice, como falou o Paulo Borges agora, este Conselho não é refém. Então, a autonomia tem de ser exercida. Não adianta gritarmos por um processo democrático, por democracia e ao mesmo tempo ferir a autonomia da Universidade, que todos também defendem. Ou alguém aqui é contra? Então, o meu encaminhamento, do meu ponto de vista, nós não temos condições de, nesse momento, fazer uma eleição para lista triplice. Seja por uma lista criada agora, seja pela lista da consulta informal, ou seja, qual for. Isto estaria ferindo a democracia. Eu me comprometi junto ao meu Conselho Departamental, inclusive com meus colegas que trabalharam intensamente na campanha do Mauro, de que não votaria nesse momento. Eu tenho minha palavra em jogo. Obrigado." De imediato, a palavra foi concedida ao conselheiro Sabrine Tams Gasperin: "Queria saudar a todos conselheiros e conselheiras. Sou estudante de Direito e faço parte da gestão do DCE há dois anos. Queria primeiro pedir desculpas ao Professor Diretor da Arquitetura e dizer para ele que eu creio que todos aqui são legitimados a encaminhar o referendo ao nome escolhido na consulta, tendo em vista diversas assembléias sendo discutido este tema, por todas as categorias, por diversas vezes. Não exaustivamente há ilegitimidade nisso e nem falta de democracia. Tendo em vista também os argumentos jurídicos, filosóficos, históricos, já esgotados aqui pelos colegas, na grande maioria deles, eu queria fazer um apelo aos companheiros, aos aqui presentes, um apelo moral e ético, pela opção de uma história justa, democrática e ética desta Universidade. Peço aqui que se encaminhe sim o referendo ao nome do escolhido da lista tríplice escolhida pelo processo democrático e legitimado socialmente, politicamente, por toda a sociedade. Creio que seja uma afronta à sociedade pelotense, assim como à comunidade universitária, fazer qualquer escolha diversa daquela escolhida por todos. Também acredito ser uma afronta à esperança pela democracia.



CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 35 de 58

1798 Afronta ao sonho das pessoas e à esperança. É isso." Continuando as manifestações, o 1799 conselheiro José Fernando González comentou: "Senhor presidente, colegas conselheiros, eu 1800 queria antes de qualquer coisa dizer aos colegas que eu estou aqui já no final do meu segundo 1801 mandato e durante estes últimos anos, aqui no Conselho, seguramente ninguém divergiu tanto 1802 quanto eu divergi. Eu invoco aqui o testemunho dos meus colegas mais frequentes. Eu divergi 1803 bastante do Magnífico Reitor. Tive confrontações com o Reitor e debati questões, me desgastei 1804 protestei em ata dois anos atrás no sentido de que deveríamos ter reuniões regulares. Protestei 1805 pelo fato de que não votávamos as atas das reuniões imediatamente anteriores. Tudo registrado. 1806 E muitas vezes eu me senti pregando no deserto. Perdi votações, muitas. Votei vencido quase 1807 sistematicamente. Tão sistematicamente que numa reunião há um ano, quem sabe nem tanto, lá 1808 na minha Faculdade de Direito, quando estava lá o Professor Marco Aurélio, nosso querido 1809 Diretor, Professor Gastal, o Magnifico Reitor e num debate o Professor Cesar disse: não, vocês 1810 pensam que o González no Conselho vota alguma coisa? Ele é voto vencido lá. E eu afirmei aos 1811 meus colegas: verdade, eu normalmente sou voto vencido. Mas eu gostaria de dizer aos colegas 1812 que durante estes anos todos em que debati, aprendi muitas coisas e as minhas divergências 1813 todas aqui com muitas pessoas aqui dentro, com muitos colegas aqui dentro, jamais serviram 1814 para que criasse eu e eles qualquer arranhadura à admiração pessoal que nos mantivemos uns 1815 com os outros. Eu divergi do Dr. Cesar muitas vezes e não sou inimigo do Dr. Cesar. Antes da 1816 eleição ninguém me procurou e fiquei surpreso quando disseram que alguns conselheiros tinham sido procurados antes, para saber se referendariam o processo ou não. Eu não fui 1817 1818 procurado por ninguém, talvez por ser representante dos professores auxiliares, a mais modesta 1819 das categorias. Mas não fui procurado por ninguém mesmo. Mas não assumi compromisso com 1820 ninguém e nem assumiria se tivesse sido procurado. Eu vou para o Conselho com a minha 1821 consciência e com aminha cabeça, para dizer o que eu penso, o que eu acho, o que me parece 1822 correto e o que me parece incorreto. E é isso que eu pretendo fazer aqui com os colegas, não 1823 sem antes agradecer a cada um aqui a generosidade, o carinho e a amizade que eu construí aqui 1824 ao longo destes anos que para mim foram extremamente importantes. Eu aprendi com cada um, 1825 aprendi na divergência e sempre, antes de tudo, dentro desta casa me foi assegurado e quero 1826 fazer este registro em defesa do Dr. Cesar e de tantos outros com quem eu divergi, que sempre 1827 me foi assegurado o direito de divergir. E eu acho que isto é uma coisa que tem que ser dita e 1828 repetida neste momento. Eu fui forjado numa outra instituição. O meu modelo ele vem de uma 1829 outra instituição e por mais que nós deixemos de ser alguma coisa, nós ficamos com a boca um 1830 pouco torta por conta do cachimbo que utilizamos. A minha formação, professor Ernani Avila, 1831 foi lá na tribuna do júri, no debate, na divergência, no contraditório, no confronto das idéias. 1832 Digo tudo isto para dizer aos colegas que não me agrada nem um pouco algumas afirmações. E 1833 eu não vou particularizar nenhuma delas, de quem votasse ou quem votar neste ou naquele 1834 sentido, seja antiético ou seja, um canalha ou não tenha caráter. Acho que a divergência faz 1835 parte das nossas vidas aqui. Eu posso concordar ou não concordar. Eu não vou tomar aqui, já 1836 adianto, uma posição que votem prá cá ou votem prá lá. Não tenho nada contra nenhum candidato, mas acho que o processo conduzido como foi ele parte de um pressuposto que nos 1838 faz enfrentar a dificuldade que enfrentamos aqui. Nós temos e aí vou me socorrer da minha 1839 formação, nós termos dificuldades sempre que nós descumprirmos a lei. Toda vez que nós 1840 descumprirmos a lei nós vamos criar um problema que o judiciário vai acabar tendo que resolver. E muito simples não ter problema. E só cumprir a lei, mas eu digo: a lei ás vezes não me agrada, AL ei é ruim. 70/30 não me agrada, não é bom. Pode não ser bom, mas é a lei. Nós vivemos num pais sob a égide da legalidade. Eu não posso me socorrer da Constituição Federal quando me convém e rejeità-la quando eu não gosto. Eu preciso me socorrer da legalidade porque é a única coisa que nos ampara, é o que nos fortalece, é o que nos resguarda. 70/30 é 1846 ruim, vamos reunir o nosso povo e vamos ao Congresso e o Congresso que mude a lei. Eu posso ser favorável a uma modificação legislativa para migrarmos para um outro modelo. 1848 Modelo paritário, mas hoje nós temos um regramento que diz que tem que ser 70/30. E isso é a Lei. O nosso problema aqui se é que nós temos um, que eu até acho o que não temos,mas ele 1850 terá começado pela não marcação de reuniões do Conselho Universitário, contra o que eu me

1837

1841

1842

1843

1844

1845

1847

1849



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 36 de 58

1851

1852

1853

1854

1855

1856

1857

1858

1859

1860

1861

1862

1863

1864

1865

1866

1867

1868

1869

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1898

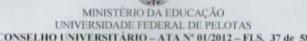
1899

1900

1902

1903

debato isoladamente neste Conselho há anos. Preguei aqui num deserto durante anos, pedindo que tivéssemos reuniões regulares. Pedindo que o Conselho refletisse mais maduramente sobre as questões da universidade, que são questões importantes, relevantes como esta que temos aqui hoje, que não é a questão importante. Nós enfrentamos outras questões importantes. Eu tenho um grande respeito pelos colegas, sejam da posição que forem. Conheço mais particularmente alguns do que a outros, mas eu quero dizer aos colegas que eu vejo com um pouco de dor pessoal se dizer que quem votar neste ou naquele sentido é um canalha, é antiético. A ética é uma coisa muito relativa. Estes dias me mandaram, vou me permitir relatar aos colegas, porque achei interessante, me mandaram um e-mail dizendo que um senhor comerciante estava em sua casa comercial com seu filho pequeno e o filho perguntou-lhe o que era ética. O pai pensando em como responder disse: meu filho, sabes, este comércio é do papai e do tio Manoel. Pensemos o seguinte: a dona Maria veio aqui e comprou uma mercadoria que valia cinquenta reais e ela inadvertidamente pagou cem reais. Etica significa o seguinte: decidir se o papai deve dividir com o tio Manoel os cinquenta reais excedentes! Então, falar em ética é uma coisa muito complicada, muito delicada, porque na visão de alguns pode ser antiético o próprio processo. O próprio fato de nós termos descumprido a Lei, feito a consulta em um modelo paritário. É possível. Então eu gostaria que nós todos aqui tivéssemos a capacidade de conviver harmonicamente e de respeitar as divergências. Tenho profundo respeito pelo Professor Edar e pelo Professor Moacir Elias, e acho que o argumento é muito forte. E muito forte. Se é conveniente, se é oportuno, nós repelirmos este processo de consulta à comunidade, se isto é oportuno, cada um aqui já sabe o que vai fazer. Eu estou falando para um Colégio qualificadíssimo que sabe o que vai fazer. Ninguém aqui depende ainda ser convencido. Todos nós estamos convencidos. Não acredito que haja indecisos aqui. O importante é que nós saibamos reconhecer que o processo em primeiro lugar é um processo a margem da Lei. E que, portanto, o Conselho não é refém de coisa nenhuma e, portanto ninguém é antiético ou canalha por entender diferentemente do processo. E isso independentemente do que eu penso ou acredito. Em segundo lugar é preciso que cada um de nós, seja qual for a opinião, reflita e reconheça que matematicamente falando sem precisar pedir ajuda para os universitários, para usar aquele mote do Silvio Santos, é fácil concluir que do modo como foram contados os votos, o critério não foi paritário. Foi outra coisa, mas não foi paritário, porque nenhum modelo paritário em sã consciência pode abolir, pode renegar a abstenção. Abstenção em qualquer processo paritário tem que punir a categoria que se abstém e não premiá-la. Esta é uma questão elementar e matemática. A outra questão do contraponto é: vale a pena nós refutarmos o processo por causa disso? Vale a pena um confronto a essa altura? E isso que cada um de nós tem de decidir, mas ninguém em sã consciência poderá argumentar ou assegurar que assim é paritário, porque não é. Quando disse aqui um dos discursos hoje pela manhã, não vamos fazer certo e daqui há quatro anos a gente faz certo! Se eu concluir que daqui há quatro anos eu tenho que mudar o processo, então ele vou errado e teria que ser mudado agora. O que nós estamos discutindo aqui é na verdade conveniência. Eu ouvi atentamente os argumentos e muitos deles me seduziram. Dos dois lados. Um deles de que a regra foi discutida com os candidatos. Foi discutido com os candidatos um grupo que representava os candidatos seguramente foi, mas não pode um partido político traçar regras para a eleição. Quem traça é a justiça. A regra da eleição não pode ser determinada pelos partidos, ainda que os partidos estejam de acordo. Se alguém concordou com as regras, isto teoricamente por si só não vincularia. Bom, mas então autonomia universitária. Ora, autonomia universitária, como disse o colega há pouco tempo, ela é autonomia deste Conselho. Eu vi publicado no jornal: a consulta foi feita e as regras utilizadas foram tiradas por Bse a autonomia universitária. Não, a autonomia universitária é da Universidade. Se nós formos cumprir com a autonomia universitária é 70/30 e é isto que precisamos entender. Então estas questões que são importantes, relevantes e têm de ser pensados por cada um de nós. E têm de ser pensadas de um seguinte modo: a Universidade não termina aqui. Nós temos que continuar vivendo e convivendo e eu espero que convivendo. Espero que este Conselho para o futuro se reúna mais frequentemente e se outros que venham no meu lugar não tenham que divergir tanto quanto eu divergi nestes últimos anos. De todo



CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 37 de 58

modo me parece, ilustre presidente, que nós estamos em um momento que nós temos que 1904 1905 conduzir um processo de decisão. Nós temos que encaminhar para uma decisão. Acho que há 1906 duas propostas aqui: uma delas de que a contagem estaria errada e o vencedor seria outro. Não 1907 seria o vencedor apontado como vencedor. E aí se diz: não, a comissão eleitoral montada com 1908 este propósito, formada por colegas nosso, ela decidiu isto. Já decidiu isso. A proposta do 1909 Professor Edar é: devolva-se para recontar ou recalcular de acordo com outros critérios e com 1910 outras bases. Na verdade em um processo eleitoral o que consagra a democracia não é a justiça 1911 eleitoral é o voto. O voto é o que determina. Cada um de nós tem plena consciência, somos 1912 todos adultos, maduros, muitos e muitos aqui certamente muito mais sábios do que este 1913 modesto professor. Mas eu acho que temos de encaminhar para uma votação. Há uma posição 1914 no sentido de referendar o processo e uma outra posição no sentido de que se deveria de algum 1915 modo renegar a contagem ou renegar o modelo, porque o modelo não teria patrocinado uma 1916 eleição verdadeiramente proporcional. Teria patrocinado outra coisa, porque desconsiderou a 1917 abstenção. Acho que essas duas propostas são as propostas presentes aqui. Nós vamos continuar 1918 discutindo isto durante a tarde toda e amanhã o dia inteiro, pregando para pessoas que não 1919 precisam mais ouvir nada. Nós estamos como o candidato no comício do próprio partido, 1920 brigando pela inutilidade. Os sujeitos pregam para os companheiros e todos que estão ali, estão 1921 convencidos já. Não temos de convencer ninguém. Os senhores sabem em que vão votar. Eu 1922 sei. Então, que cada um de nós possa votar, porque senão nós vamos conduzir aqui um discurso 1923 interminável. Eu apontando questões de lado a lado, mas posições se digladiando sem nenhum 1924 tipo de propósito. Acho que nós temos, presidente, muito bem definido o rumo da discussão. 1925 Acho que temos que saber se vamos referendar ou se não vamos referendar o processo. Vamos 1926 votar e vamos todos para casa com a ajuda de Deus. Agradeço mais uma vez a compreensão 1927 dos colegas. Agradeço o convívio que tive aqui durante estes anos todos e faço aqui este 1928 registro e me perdoem este desabafo, mas eu gostaria que estivesse em relação aos que 1929 divergiram, principalmente com o Professor Edar e professor Moacir, que se houvesse acima 1930 de tudo a compreensão e a grandeza de entender que a divergência faz parte das nossas vidas. A 1931 mim sempre foi e eu te disse aquele dia, Adamoli: sempre foi assegurado aqui o direito de 1932 divergir. Então a divergência, ela faz parte do processo democrático e nós temos que lidar com 1933 isso. Acho que não temos mais absolutamente nada para avançar. Temos que decidir. Muito 1934 obrigado pela atenção dos colegas." Neste momento o conselheiro Paulo Kuschier pediu uma 1935 questão de ordem e lembrou que tínhamos combinado um limite de cinco minutos e pediu que a 1936 presidência cortasse a palavra, se fosse necessário. O senhor presidente respondeu que ele, de 1937 modo algum, como havia dito o Professor González, em nenhum momento até aquela data 1938 havia cortado a palavra de nenhum conselheiro em função do tempo e que jamais teria ele a voz 1939 cortada , mesmo sabendo que "sempre a culpa de tudo é do Cesar". O conselheiro González 1940 pediu desculpas e o senhor presidente respondeu que pelo brilhantismo de suas palavras 1941 percebeu, que na plenária todos, divergindo ou não dele, estavam muito atentos. Nesse 1942 momento, o conselheiro Luiz Ernani Gonçalves Avila pediu a palavra e fez a seguinte 1943 manifestação: "Senhores presidente e vice, senhores conselheiros. Eu lastimo estar no epílogo 1944 desta primeira reunião, por um motivo muito singelo: todos aqueles que me precederam com 1945 suas argumentações, externalizaram aqui posicionamentos eivados de conteúdo e, por 1946 conseguinte, nutriram e rechearam as idéias ou as lacunas que qualquer um de nós pudesse ter. 1947 Eu não pretendo me deter sobre o que houve em termos de processo, com uma pequena vírgula: 1948 no regramento feito pelas associações, me chama a atenção que o último artigo trata dos casos 1949 omissos e diz que a junta ou a comissão eleitoral deverão resolvê-lo, mas para quem tem 1950 formação jurídica sabe que algum prazo deve ser fixado. Isto não houve e é omissivo no 1951 regramento em si e me faz questionar todo o tipo de indagação do porquê de ter escrito isto a 1952 mim parece que é uma falha de muita intensidade. Retomando em poucas palavras eu quero 1953 recordar algumas coisas: quando foi aberta esta reunião e o pedido feito pelas associações, o 1954 presidente da ADUFPEL, a meu juízo, desavisado, deseducado e despolidamente, teve a 1955 audácia e petulância de dizer sentado nesta cadeira ao seu lado, esperava que este Conselho 1956 tivesse honradez e honestidade para referendar a consulta. E aí venho na sua esteira, porque se



1958

1959

1960 1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992 1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2008

CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 38 de 58

eu divergir ou qualquer outro que faça, somos desonestos, desonrosos, desíntegros e qualquer coisa que o possa avaliar. Seria muito bom que este senhor se recolhesse e se homiziasse na sua residência, reciclasse a sua postura comportamental para vir, em um Colendo Colegiado como este, desatinadamente ofender conselheiros, fazendo este tipo de jaez oratória de baixíssima qualidade. A segunda preocupação que eu tenho é que ao longo do tempo, lastimavelmente, pessoas inteligentes, cultas e preparadas nesta universidade, que disputaram este pleito elas se judiaram muito, se ofenderam em demasia. Eu tenho conhecimento de pessoas que pretendem ocupar cargos fazendo ameaças, dizendo que vão tocar o dedo no rosto de A, B ou C. Como também tenho conhecimento que em um lugar, geograficamente longe daqui, mas em um espaço que a Universidade ocupa, que deveria ser banida dos quadros da Universidade e eu não quero crer que isto tenha acontecido, porque não quero imaginar que alguém com prumo, bom senso, com racionalidade nas idéias possa, de forma escancarada, possa dizer isso: banir, eliminar dos quadros da Universidade quem diverge. Eu espero que na continuação de tudo aquilo que tenhamos, possamos nos recompor em termos de posturas comportamentais, exemplificadoras, porque todos nós professores, técnico-administrativos, alunos, somos modelos para toda a comunidade universitária, sob pena então de nós desfigurarmos e filosoficamente, pregarmos aqui, quem sabe, uma anarquia. Foi falado muito pela manhã em ética e caráter e eu lastimo, porque eu recebi um documento que foi postado em faceboock ou coisa do gênero, por um dos conselheiros, com frases nutridas e recheadas de despautérios com palavras não de baixo, mas de péssimo escalão dirigido ao que ao longo de sua vida funcional, tem se dedicado à Universidade. Eu quero dizer aos senhores, a bem do serviço público estoume autodefenestrando da Universidade Federal de Pelotas funcionalmente. Dia trinta de dezembro, depois de trinta e nove anos eu estarei me aposentando orgulhosamente e ao longo de todo este périplo universitário divergi, estabeleci conflitos, tive divórcios de oratória, tive aquilo que eu sempre chamo de pugilatos verbais homéricos, mas jamais fui ofensivo à dignidade humana. E lastimavelmente, neste processo eleitoral nós temos constatado isso. Por pessoas que perderam o prumo, se desequilibraram totalmente, ficaram literalmente irascíveis, na verdadeira acepção do termo. Espero que na sequência de todo este andamento as coisas se recomponham, senhor Reitor. Quero, por derradeiro, externalizar aqui, consolidar e ratificar aquilo que o senhor ao me preceder foi muito feliz como sempre o foi na vida funcional como Promotor de Justiça e eu tive a honra de me digladiar com o senhor em alguma boa penca de júris, mas sempre o fizemos com civilidade. Eu espero que os futuros Diretores desta novel instituição, que está com quarenta e poucos anos, possam ter prumo, mas acima de tudo, ao comandarem a Universidade, se o fizerem, não estabeleçam nenhuma pecha de revanchismo, pois esta é a forma mais odiosa e repugnante que se pode ter na vivência cotidiana de uma Universidade. Obrigado." De pronto, o senhor presidente passou a palavra ao conselheiro Paulo Kuschier: "Professor, eu peço que o senhor me avise, e pode inclusive cortar minha palavra, se necessário for, que eu não me sentirei desrespeitado por isso. Quero manter o acordo que fizemos antes. Eu tenho que divergir de várias coisas que foram ditas aqui e reafirmar que, para esse processo nós estamos, mesmo com todas as argumentações em contrário, estamos discutindo o resultado. É isso que estamos discutindo. Fico feliz, fico muito feliz em ver que os candidatos derrotados não se manifestaram nessa linha, porque julgo até pelo que ouvi deles em sete debates e várias reuniões, eles não compactuam com a vontade de um ou outro conselheiro, de discutir resultado, porque discutir forma de contagem de voto, discutir regramento, depois de do resultado, é discutir resultado. Não estamos discutindo a melhoria do próximo pleito na Universidade. Nós estamos aqui, e por conta de alguns, não creio que pela a maioria, discutindo o resultado que deu a vitória à chapa quatro e não à chapa um. Torno a dizer que integrantes da chapa um não se manifestam no sentido de corroborar com este questionamento. Para mim, por isso que o questionamento continua sendo extemporâneo, e vai ser sempre, porque ele deveria ter sido feito nas instâncias necessárias. Falou-se muito aqui na divergência, que temos de respeitar a divergência, que todos têm direito à divergência, temos acordo nisso. Agora, assim como os senhores ou alguns dos senhores não concordam com o meu argumento ou com o argumento de algum conselheiro, eu quero dizer que respeitar a divergência não significa que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 39 de 58

2021

2023

2027

2029

2031

2032

2033

2034

2035

2037

2038

2039

2040 2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

eu tenha de aceitar a divergência. Eu não tenho aqui, porque é o Conselho em instância nenhuma da minha vida, o direito de desrespeitar a pessoa, nenhuma. Não importa que seja o 2012 mais bem aquinhoado ou o menos, mas eu tenho todo o direito, e em algumas circunstâncias 2013 tenho o dever de divergir. Respeitando a pessoa, mas não aceitando sua posição. Isso não 2014 significa ofender ninguém. Eu me ausentei por alguns minutos, uma ou duas vezes, mas não 2015 ouvi ninguém ser chamado de canalha aqui dentro. Isto é muito forte. Não foi. Ninguém foi 2016 chamado de canalha. Quero citar aqui o Professor Edar, que quando se referiu a mim, foi da 2017 forma mais respeitosa possível. Nós nos encontramos ali fora e foi assim. Não existe 2018 desrespeito aqui dentro. Existe divergência de idéias. E é nesse campo que temos de atuar, 2019 porque senão nós partimos para o encaminhamento desta reunião e os derrotados e os 2020 vencedores não poderão se olhar ali na rua. Semana que vem no trabalho... Nós somos colegas e vamos permanecer colegas. Quero divergir também de uma informação que foi dada aqui: os 2022 partidos podem aceitar as regras, mas não fazem as regras. Quem faz as regras é a justiça. No nosso caso aqui também não aconteceu assim. A nossa dita justiça eleitoral foi a própria 2024 comunidade e foi ela que definiu as regras. Os candidatos aceitaram as regras, mas não as 2025 definiram. Não enquanto candidatos. Foi dito aqui por alguns: Eu estive na assembléia, eu 2026 participei. Eles participaram das deliberações, mas como representante da comunidade em assembléias abertas, onde as decisões foram tomadas. E, para encerrar, respeitosamente, acho 2028 que foi o Professor González, mas não quero fazer injustiça, então vou apenas citar o que me doeu os ouvidos: a ética é uma questão muito relativa. Não é professor, a ética nunca pode ser 2030 tida como ética de conveniência. Etica é uma questão de berço, de caráter, de posicionamento frente ao mundo, pois se eu tomo para mim a premissa de que ética é uma questão de conveniência, eu não tenho parâmetro para me portar na sociedade, frente aos meus. Obrigado." A seguir, o conselheiro Alvaro Leonardi Ayala Filho fez seu comentário: "Boa tarde a todos os conselheiros. Eu também fui eleito há mais de um ano e esta é a segunda reunião de que participo. Gostaria de ver mais reuniões também. Também me sinto penalizado em falar depois 2036 de dois advogados que têm larga experiência no debate e o Paulo Kuschier que é uma pessoa bastante experiente também. Prejudicado também, porque professor, e isto é uma coisa muito notada entre quem trabalha com pesquisa e ensino, é muito acostumado a falar e não ouvir, por isso temos mais dificuldade no debate. Eu quero colocar dois pontos, que talvez devesse ter sido colocado mais cedo, mas como tinha uma fila de inscrições, eu não pude falar antes. Discordo da colocação que esta eleição não foi paritária e também que a comunidade foi mal informada. De certa forma quando falamos em paridade, discutimos paridade de categorias. Cada categoria teria um peso, digamos estatístico de um terço e isso define a paridade. E é isso que eu entendo que está colocada na reportagem do Diário Popular: cada categoria terá o peso de um terço, independente do número de votantes. Isto se chama em estatística de normalização. Sobre que definindo o voto de cada categoria, isto vai nos dizer qual é o peso do voto de cada indivíduo dentro da categoria. Se eu divido pelo número de alunos votantes, eu defino o peso de cada aluno dentro da categoria. Se eu divido pelo número de alunos matriculados na Universidade, estou definindo outro peso de cada aluno dentro da categoria, mas a categoria tem voto de um terço. A paridade não é negada, deslegitimada pelo fato de nós não termos a divisão pelo número de alunos matriculados, mas sim pelo número de alunos votantes, porque a paridade é da categoria. A divisão pelo número de alunos votantes define apenas o valor de cada voto dentro da categoria e essa diferença é muito importante. Essa escolha não deixa fora da legitimidade a votação paritária. Outro aspecto importante que eu considero é que nós não podemos considerar que o não cômputo dos ausentes, ou seja, dos que se abstiveram de votar seja algo que também questione a legitimidade do processo. Não podemos, se nós fizermos isso, além do fato de que isso foi realmente muito bem esclarecido, muito bem discutido. As fórmulas matemáticas são relativamente simples e estavam divulgadas para todos, além disso, se nós considerarmos que não levar em conta os ausentes deixa o processo com a sua legitimidade abalada, nós estariamos também abalando a legitimidade deste Conselho. Só para dar um exemplo, que já seria suficiente para abalar a legitimidade desse Conselho, nós tivemos eleição para professores adjuntos e votaram pelas contas que eu tenho,



CONSELHO UNIVERSITARIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 40 de 58

2077

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

2091

2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

2100

2101

2102

2103

2104

2105

2106

2107

2108

2109

2110

2111

2112

2113

2114

2115

duzentos e oitenta e seis. Se o número não é exatamente este, ele é bem próximo disso. 2063 2064 Duzentos e oitenta e seis professores adjuntos votaram e nós temos em torno de seiscentos 2065 professores adjuntos na Universidade. Então, se nós dissermos que o não cômputo dos ausentes diminui a legitimidade do processo, nós vamos ter que deslegitimar este Conselho, porque os 2066 2067 membros deste Conselho são eleitos com proporções deste tipo. Eu mesmo fui eleito com cinquenta votos de professores associados e nós somos bem mais do que cinquenta. Então, este 2068 2069 argumento de não levar em conta os votos daqueles que não votaram, ou seja, dos ausentes, não 2070 pode ser argumento para abalar a legitimidade dessa consulta, porque também abalaria a 2071 legitimidade desse Conselho. E eu creio que este Conselho é legitimo. Como nós não temos o 2072 voto obrigatório, o voto é facultativo, tanto para eleger os representantes deste Conselho, 2073 quanto para nossa consulta informal à comunidade, nós não podemos considerar que o não 2074 cômputo da ausência é um fator que abale a legitimidade do processo. Então, eu gostaria de 2075 colocar claramente que não concordo primeiro, que a votação não tenha sido paritária. Ela foi 2076 paritária, pois a paridade é entre categorias e não entre os pesos de votos e não concordo também que deveriam ser levados em conta os ausentes, porque isto levaria a um problema gral 2078 de legitimidade geral dentro da Universidade. Gostaria de dizer também que não fui candidato, 2079 porque não tive tanto respaldo para isso, mas trabalhei muito por uma candidatura, por uma forma de pensamento, por uma forma de discutir, encarar a Universidade. Também fui, de certa forma, derrotado mas me sinto vitorioso. Sinto-me vitorioso, porque desde que cheguei na UFPel, participei de uma única eleição que elegeu o Professor Cesar Borges, e agora estou conseguindo participar de uma segunda, que elegeu o Professor Mauro Del Pino, que não era o meu candidato, mas me sinto muito contente por esse processo, porque o papel do professor, vai muito, muito além da sala de aula. Ele vai além e ele coloca o professor como o foco do exemplo na universidade. E esse exemplo eu gostaria de dar e eu já disse aos meus colegas, a alunos, que esse exemplo eu vou garantir para eles. Eu vou garantir que a consulta que moveu toda a comunidade acadêmica vai ser, dentro das minhas possibilidades, homologada por esse Conselho. Assim, eu apoio a proposta colocada no início desse processo, dessa discussão de homologação do resultado da comunidade que chegou a esse Conselho. Obrigado." Logo a seguir foi concedida a palavra à conselheira Suéllen Cortez: "Boa tarde. Sou acadêmica de Licenciatura em História do ICH. Como aluna representante dos estudantes eu venho sempre tentando construir dentro desta Universidade um espaço de construção democrática e isto não difere de muitos dos colegas estudantes, que falaram aqui, que sempre estão nesta luta. Eu sempre vejo a universidade como uma instituição de construção da democracia. De construção e de exemplo da mesma. Nesse sentido eu acredito que todos os conselheiros já expuseram muito bem os seus argumentos. Mesmo os divergentes dos meus. Eu acho que a universidade tem de dar um exemplo de ética sim, pois foi feita uma consulta que envolveu mais de oito mil e quatrocentas pessoas. Foi feita uma consulta onde as pessoas se doaram e acreditaram sim. Foi feita uma consulta que deu esperança de mudança nesta universidade, com todo o respeito à atual gestão do Professor Cesar Borges, mudança. Principalmente entre os estudantes, onde a manifestação foi maior. E é a eles que eu represento aqui. E por essa razão e todos os argumentos expostos eu também me coloco favorável ao primeiro encaminhamento colocado de referendar a consulta à comunidade da forma como foi feita." A seguir, foi concedida a palavra à conselheira Ediane: "A princípio eu já teria sido contemplada com algumas falas anteriores, mas me preocupo com uma fala que me antecedeu, de que já temos propostas de encaminhamento, de se validar uma parte do processo, ou alguma coisa assim, e pareceu bastante confuso porque me parece que temos aqui duas propostas: uma de homologação e uma de não homologação do processo. E até, que me corrijam os meus ex-professores de Processo Civil, presentes nesta sala, que um ato viciado desde o seu princípio, que seria o Edital que não tem clareza nos procedimentos de como deveriam ser realizados, viciariam o processo todo. Então se entende que esse edital não seria válido e não haveria como se validar meio processo, fazendo um "Frankenstein" de consulta à comunidade. Então o que me parece muito claro é que temos duas posturas sim: uma delas diz que tivemos vinte e quatro candidatos e mais todos aqueles oito mil e alguns membros da comunidade acadêmica, que votaram no pleito, e que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 41 de 58

2116

2117

2118

2119

2120

2121

2122

2123

2124

2125

2126

2127 2128

2129

2130

2131

2132

2133

2134

2135

2136

2137

2138

2139

2140

2141

2142

2143

2144

2145

2146

2147

2148

2149

2150

2151

2152

2153

2154

2155

2156

2157

2158

2159

2160

2161

2162

2163

2164

2165

2166

2167

2168

foram aqui qualificados como analfabetos matemáticos ou, como o professor falou, pessoas que têm pouca familiaridade com números, e eu não posso acreditar, que um número tão expressivo de acadêmicos, de professores, doutores, todos eles tivessem pouca familiaridade com números e que foram incapazes de questionar o processo do qual participaram e que foram enganados por uma junta eleitoral e suas regras obscuras. Na verdade, por outro lado, a proposta que me parece mais coerente é que todos que participaram desse processo, os vinte e quatro candidatos e mais os oito mil eleitores, até o Reitor da Universidade, participaram e votaram em um processo porque concordaram com o processo, concordaram com suas regras. Então as duas posturas que nós temos aqui são essas realmente. E gostaria que as pessoas, que agora, depois de todo o processo realizado, questionam seu resultado, e é somente isso que está sendo questionado, dissessem aqui que querem rever o resultado, porque não se conforma com ele e não tratassem milhares de pessoas como analfabetos matemáticos ou pessoas incapacitadas, que não conseguiram ter discernimento e não conseguiram questionar a Junta, no momento oportuno. Então, parece sim, que se têm duas propostas de encaminhamento, mas as duas propostas são essas e não uma proposta de transformar a consulta em um arremedo de consulta à comunidade, para nos pautar aqui nesse momento." De pronto, o senhor presidente passou a palavra à Conselheira Vanessa: "Boa tarde, sou professora do Centro de Artes. Estou na Universidade desde 2001 como aluna, de certo modo então, eu tenho alguma propriedade como aluna de graduação e de pós-graduação e fui Professora Substituta. Desde então tenho tido esse contado e venho participando da Universidade de diferentes formas. Há dois anos sou professora efetiva do Centro de Artes e hoje represento a categoria dos Professores Assistentes. Gostaria de fazer uma fala me colocando no lugar de uma professora que está há dois anos aqui, respeitando muito, como sempre faço, que é o tempo que os colegas professores, muitos em afirmando aqui estarem em processo de aposentadoria, que têm uma longa caminhada, respeito muito, reconheço e aprendo, e me coloco sempre em Juma postura de aprendizagem. Tem professores aqui presentes, ex-professores, hoje colegas, e sempre me coloco nessa postura de aprendizagem. E digo que este momento, para mim, como primeiro Conselho, não seria diferente, será um momento de aprendizagem para mim. Foi muito bom escutar as divergências que se vinha comentando sobre o processo, foi muito bom escutar porque me reafirmou a legitimidade do processo. E continuo acreditando que o processo foi correto, foi legitimo e o cálculo também. Eu tive acesso às normas do ano de mil novecentos e oitenta e oito e dois mil e quatro, onde o professor Cesar teve sua eleição, eu estava saindo da Universidade e não participei ativamente, e não encontrei nenhuma diferença no texto legal nesses pontos que estão sendo questionados. O texto é o mesmo, comparadas às três normas. A questão da paridade de um terço por categoria, a questão do número de votantes, todos os três falam que a contagem vai ser feita pelo número de votantes. Eu não sou da área da matemática, não sou muito afeita a números, mas esta é uma conta, que eu que já escolhi as Artes, não foi por acaso, mas enfim, é uma conta bem possível de se chegar, com facilidade, não vejo nenhum problema com essa conta, com o número de votantes, inclusive ela é igual nos três textos. Outra questão que um professor colocou, não me lembro de quem, é a questão final do texto, sobre os casos omissos neste regulamento, e tornei a olhar e os três estão do mesmo jeito. Então me pergunto: Porque que este ano tudo isso tem sido questionado? Nós temos de aprender com a história, assim como eu aprendi e aprendo sempre. Por que isso antes não foi questionado? Assim como os colegas aqui, principalmente o professor Moacir, que colocou que está aqui há anos, que os filhos, netos e esposa têm uma história dentro da Universidade, e eu me comovo com isso, porque gostaria também de escrever a mesma história de muitos que estão aqui, que é essa história de realmente se sentir parte dessa Universidade. Então o que está em jogo é, talvez, o número de alunos ter definido, de certo modo, o resultado final, porque foi a categoria que teve uma incidência maior na chapa do professor Mauro e Mauch. Mas fico pensando, quem não está de passagem? Alguns colegas já falaram nisso, nós estamos de passagem, alguns colegas que já estão saindo, falavam disso e sabem que muitos que, assim como eu, mas sabe de muitos colegas, tanto técnicos, quanto professores, que entraram durante o processo eleitoral, então me pergunto se esses colegas técnicos e professores, que aparentemente terão mais tempo de casa,

Com



2170 2171

2172

2173

2174

2175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

2185

2186

2187

2188

2189

2190

2191

2192

2193

2194

2195

2196

2197

2198

2199

2200

2201

2202

2203

2204

2205

2206

2207

2208

2209

2210

2211

2212

2213

2214

2215

2216

2217

2218

2219

2220

2221

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 91/2012 – FLS. 42 de 58

mas também estarão de passagem, se esses colegas, técnicos e professores, que entraram e votaram só no segundo turno, por exemplo, não sei se eles sabem mais ou menos, se têm mais ou menos legitimidade que um estudante, que há quatro anos está aqui, ou seis anos, como os estudantes de pós-gradação, que também é o meu caso, e muitos estudantes votaram. Então é incabível nós questionarmos, e se os nossos alunos não forem uma massa crítica, então o que nós estamos fazendo aqui? Porque acho que o problema é esse, não é nós acharmos que porque são alunos não têm condições de terem um terço dos votos e, sim, será que estamos fazendo nosso trabalho direito, de também fazer essa formação crítica com nossos alunos, que também é nosso papel, além do ensino técnico. Gostaria de fazer uma leitura breve de um texto, de algumas partes, não lerei todo porque sei que o tempo está sendo cronometrado. O texto começa assim: "Quem foram os vencedores? As eleições para reitor e vice-reitor da UFPel ocorridas recentemente chamaram à atenção de todos por vários motivos. Primeiro porque serviram para despertar a Universidade que se achava apática por longo tempo e segundo lugar porque permitiram que a comunidade universitária e municípios da Zona Sul pudessem acompanhar propostas que visavam o desenvolvimento regional. Porém o motivo mais relevante foi a conotação pedagógica desse exercício democrático no qual os jovens estudantes tiveram uma aula prática de democracia". Irei para o final do texto para não me alongar: "... Essas reflexões são resultados das eleições para reitor e vice-reitor que a nossa Universidade Federal realizou recentemente. Sem dúvida os vencedores não foram os candidatos, nem os eleitos, e sim a comunidade universitária. Convém registrar que nada disso teria ocorrido se não fosse a persistente e necessária atitude da ADUFPel, da ASUFPel e do DCE promovendo aquele processo eleitoral. A essas entidades cabem os méritos de terem inoculado o germe da democracia no corpo universitário, por isso a primeira decisão do novo reitor junto ao Conselho Universitário será a normatização da escolha dos dirigentes da UFPel nos mesmos moldes pelos quais foram eleitos Cesar Borges e Telmo Xavier, em outras palavras, as entidades que congregam os professores, alunos e servidores técnico-administrativos deverão ser oficializados como promotores oficiais das próximas eleições, afinal foram essas entidades as grandes vencedoras desse pleito. Parabéns à ADUFPel, à ASUFPel e ao DCE, pelo exemplo de cidadania e pelo cumprimento das leis. Graças a elas e a todos os componentes da UFPel será possível concretizar o sonho de termos aqui uma Universidade melhor". Esse texto, então, vou revelar, embora muitos já pudessem ter identificado, é um texto escrito pelo professor, presidente, reitor Cesar Borges, em dois mil e quatro, quando da sua eleição. Eu gostaria que esse texto fosse um texto que pudesse ser escrito por nós hoje, porque é nisso que eu acredito. Concordo com tudo o que está escrito aqui pelo professor Cesar Borges, concordo mesmo. Não li todo o texto, mas concordo com todo o texto, e posso passar, se vocês quiserem. E eu gostaria muito que esse texto, essas palavras, hoje também pudessem ser escritas pelo professor Mauro. Gostaria muito de puder ter a possibilidade de ler um texto com o mesmo sentimento que o professor Cesar escreveu em dois mil e quatro. E é por isso, então, que estou aqui para defender, e por isso eu digo, defender com legitimidade porque represento os professores, sintome legítima, hoje sim, neste momento, de defender o resultado da consulta informal. Gostaria de falar que acho difícil, por exemplo, que se nós oficializássemos aqui, que cada Conselheiro fizesse uma mini eleição dentro de sua representatividade, porque nós somos legítimos sim de trazermos aqui o resultado porque ele já existe, já tivemos o resultado. Nós temos sim legitimidade para defendermos o resultado. Eu estou com muita tranquilidade. Aprendi muito hoje, devo a todos vocês, desde os estudantes, aprendo muito com eles, e nós temos sim, que cada vez mais nos abrirmos às novas idéias dos estudantes, que nos ensinam muito. Do mesmo modo, que aprendi muito com os professores que hoje dizem que já estão quase indo embora. Acho muito bonito e corajoso, e gostaria também de chegar aqui daqui a trinta anos e dizer o mesmo. Quero me orgulhar deste espaço, desta Universidade, assim como já escolhi para minha graduação, quero me orgulhar como meu ambiente de trabalho e trabalho com responsabilidade social, que é o que nos temos que cumprir. Então se quiserem posso passar o texto. Professor Cesar, li o seu texto." O senhor presidente agradeceu e passou a palavra ao conselheiro Gustavo: "Sou Gustavo Andrade, Técnico- Administrativo em Educação. Boa tarde, a todos os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 43 de 58

2223

2225

2227

2228

2229

2231

2232

2233

2234

2235

2236

2237

2239

2240

2241

2242

2243

2244

2245

2246

2247

2248

2249

2250

2251

2252

2253

2254

2255

2256

2257

2258

2259

2260

2261

2262

2263

2264

2265

2266

2267

2268

2269

2270

2271

2272

2273

2274

2222 conselheiros. Não quero me prolongar mais sobre a discussão da metodologia, mas queria só frisar um ponto que o professor Manoel Maia levantou e que na verdade nós tivemos a vitória 2224 de duas categorias para uma chapa e apenas uma categoria para outra chapa e que por isso sugere-se que há um erro metodológico na apuração dos votos. Eu diria que erro metodológico 2226 seria resumir quase dez mil votos em apenas três, isto é, dois votos para uma chapa e um para outra chapa e isso, para mim, é uma completa anomalia, porque desconsidera que a vitória em duas categorias da chapa um se deu por centenas de votos, ao passo que a vitória da outra chapa se deu por milhares de votos e isso deve ser levado em consideração. Pergunto, também, se 2230 tivesse ocorrido que apenas a categoria dos docentes tivesse ganhado, e não a categoria dos alunos, se essa discussão seria levantada, porque nós sabemos que, infelizmente, existe uma hierarquia maléfica na Academia que coloca o professor como o único trabalhador da Universidade. Como disse aqui, o professor Moacir, na sua fala, que o professor é o único que atua no tripé da Universidade. E há uma idéia um pouco antiga na Academia que o professor é o único trabalhador, que o técnico-administrativo está ali para ser o servidor do professor, dar condições a que o professor atue e que o aluno é meramente um absorvedor do resultado desse sistema. O que esta eleição nos provou é que isso é errado e que todos somos atores no processo 2238 de ensino-aprendizagem, e que aí se deu a questão pedagógica professor Moacir, mostrou que todos nós somos, sim, produtores de capital social e esse foi o momento mais rico da nossa Universidade, o mais rico dessa eleição e que nós estamos aqui com alguns sugerindo jogar isso fora. Mas não quero mais me deter nesse ponto, mas infelizmente surgiu uma alternativa ao resultado, colocando outro método de calcular e chegar a outro resultado. Isso me lembra, também, uma piada que um professor meu de Economia, classificando a Econometria como a "arte de torturar os dados até que eles confessem aquilo que nós desejamos", parece que é isso que está sendo proposto neste momento. Mas mudando um pouco de assunto, gostaria de falar sobre um ponto que o professor Ernani Avila colocou que é a coação que acontece entre os servidores. Queria registrar que infelizmente essa parece ser uma prática comum na nossa Universidade, que faz parte da cultura acadêmica da UFPel. Há poucos dias um vigilante da Empresa Shelter, vigilante terceirizado desta Universidade, parou-me no corredor e perguntou se era verdade que se o professor Mauro Del Pino fosse eleito reitor, todos eles seriam demitidos. Esse tipo de informação é lamentável na nossa Universidade e posso dizer aqui, de peito aberto, pois sei muito bem o que é coação nessa Universidade, porque sofri durante um ano processo de assédio moral na Pró-Reitoria de Graduação. Em função disso me aproximei do Sindicato para resolver a minha situação e lá eu vi que minha situação não era a única e que existiam outras muito próximas ou até idênticas a minha. Em função disso acabei entrando para a coordenação do nosso Sindicato. Incomodam-me, muito, certas falas, que colocam as associações como entidades à margem da Universidade. Elas não são entidades alienígenas que surgiram de algum ponto que não seja a Universidade. São Associações que representam o corpo de pessoas desta Instituição, representam os alunos, representam os técnicoadministrativos e os docentes. Infelizmente essa cultura da nossa Universidade que prega o terrorismo, nos afasta dessas Associações. Eu sou servidor desta universidade há pouco mais de três anos e há poucos dias conquistei a minha estabilidade e, nesse período, percebi que nos corredores da Universidade as pessoas pregam que as Associações são instituições ruins, das quais nós devemos nos afastar e, em função disso, muitos aqui não participaram das reuniões das suas associações, que discutiram o regramento do processo e, agora, tentam revertê-lo. Diante disso, para terminar minha fala, eu sugiro que nós encaminhemos uma votação, para votarmos, sim ou não, pelo referendum do resultado da consulta feita à comunidade acadêmica". Dando seguimento às manifestações, o senhor presidente passou a palavra à Conselheira Ana Paula Nunes: "Boa tarde a todos. Sou Ana Paula Nunes, suplente da cadeira dos representantes dos Professores Adjuntos. Fomos eleitos há pouco mais de duas semanas e na mesma fala do colega que me precedeu, se nós escolhermos como ilegítimo o número apenas de votantes que compareceram à eleição, também estaremos colaborando com a idéia que também foram ilegítimas as nossas eleições, de todos que fomos eleitos aqui. Será que é o voto de todos ou voto dos que não se ausentaram da sua responsabilidade? Se nós formos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 44 de 58

2277

2278

2281

2282

2283

2284

2285 2286

2287 2288

2289

2290

2291

2292

2293

2294

2295

2296

2297

2298

2299

2300

2301

2302

2303

2304

2305

2306

2307

2308

2309

2310

2311

2312

2313

2314 2315

2316

2317

2318

2319

2320

2321

2322

2323

2324

2325

2326

2327

2275 apoiar, defender os ausentes, eu vou defender as mais de oito mil e oitocentas pessoas que não 2276 assinaram este papel, que não estão questionando os cálculos da consulta à comunidade. Então gostaria de exaltar o respeito neste Conselho para que uma inverdade não se torne verdade apenas porque é dita inúmeras vezes, que é a forma de nós tornarmos uma mentira em verdade. 2279 Quando nós lemos em um meio de comunicação impresso "independentemente do número de 2280 votantes" é exatamente isso que é uma consulta paritária, se for um terá validade de um terço. se for cem terá, também, validade de um terço. Então nós não somos conselheiros enganados, ninguém nos engana. Essa idéia de que fomos enganados, que não somos amigáveis aos números, não é o nosso caso. Nós temos uma responsabilidade muito grande. Nós encontramos a nossa comunidade todos os dias, a qual representamos. Lembro que não há como cada conselheiro, não exatamente todos os representantes que estão aqui, fazer uma consulta a seus representados como alguns colegas sugeriram. Lembro, também, que a consulta setenta - trinta é indicada quando o Conselho Universitário organiza e participa da consulta, o que não foi o caso nesta eleição, e, também lembro, que este Conselho demorou noventa e três dias para se reunir desde a entrega do resultado final das eleições ao Presidente do Conselho. São noventa e três dias. Então nós não podíamos nos manifestar de outra forma, que não solicitando o respeito à comunidade a qual nós representamos e esse respeito, em nossa opinião de representante dos Adjuntos, é referendando o resultado final da consulta à comunidade na forma de construção de uma lista tríplice. Obrigada". Logo após, a palavra foi concedida ao conselheiro Moacir Elias: "Gustavo, às vezes a gente pensa que se expressa e provavelmente não, ou pensa que entende e nem sempre. De qualquer maneira, quando um professor pensa que ensinou e aquele que ouve não entendeu, a culpa não é de quem ouviu, efetivamente é uma deficiência de quem tentou falar, se expressar. Quero te pedir desculpas se o que disse não foi de forma adequada para que conseguisses entender o que é a função pedagógica da Universidade. Tudo na Universidade tem que ter ser pedagógico inclusive o ato de votar. Evidente que sim, mas é pedagógico também se entender as diferenças e isso não é só para ti, mas para os outros. Diferenças, divergências, opiniões, legitimidade, o que é sério é sério, mas não precisa ser igual ao que eu penso. E quando eu disse que os professores, das três categorias, é a única que efetivamente pode conduzir ensino, pesquisa e extensão, eu reafirmo isso. Aliás, já fui aluno desta Universidade, já fui servidor público no Colégio Pelotense e durante esse período não ministrava aula e não é por isso que os professores são melhores ou são piores que ninguém. Nós somos categorias diferentes, com funções diferentes, mas com compromisso com a Instituição igual. Nós temos, todos, o mesmo compromisso com a Instituição. Se eu não fui claro antes, espero que agora tenha sido. Queria voltar um pouco a mil novecentos e oitenta e oito, que foi a primeira manifestação do Demarco. Em mil novecentos e oitenta e oito nós tivemos três candidaturas: professor Varotto venceu nos funcionários; professor Cesar venceu com os professores e o professor Gigante, com os estudantes. Legitimamente foi eleito. Então não se trata de preconceito contra os votos dos estudantes. O que ocorreu em todas as outras, diferente desta, é que em todas as outras a participação dos estudantes foi superior a setenta por cento e isso reduz as disparidades proporcionais ao que ocorreu com servidores técnico-administrativos e servidores docentes. Nesta não. Por que não foi? Já ouvi algumas explicações, ou tentativas de explicações. Uma delas é que os estudantes EAD não votaram porque não lhes foi possibilitado. Eu lamento muito que quem organizou o processo não tenha viabilizado isso, porque não são tantos locais assim. Poderia ter urnas, poderiam ter ido com pessoas acompanhando, mas que isso operaria custos para as entidades. Acho que temos que nos preocupar com as finanças das entidades, cada um sabe no que gasta e no que não gasta, mas outros casos que se vê feitos, que não contribuem com atos pedagógicos da Universidade. Era uma escolha. Também se falou em evasão. Mas ninguém pediu e não estava nas normas o atestado de frequência e sim a comprovação de matrícula. A matrícula SIAPE dos servidores técnico-administrativos e a matrícula nos cursos dos estudantes. Então éramos todos conhecidos, sim. Ninguém está achando que foi ilegítima, não. Os votos são aqueles, expressos de livre e espontânea vontade de cada um, ninguém está contestando isso. Mas há duas formas de calcular essa paridade e por que não foi discutida antes? Porque eu nunca tinha visto nenhum regramento que não constasse

Pem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 45 de 58

2329

2330

2331

2332

2333

2334

2335

2336

2337

2338

2339

2340

2341

2342

2343

2344

2345

2346

2347

2349

2350

2351

2352

2353

2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370

2371

2372

2373

2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

a possibilidade de questionamento ou contestação. Como eu acredito na seriedade das pessoas que organizaram, eu não vou dizer que eles pensam que são donos do voto, da vontade, porque quem não admite contestação, e isso deveria estar no corpo do regramento, quem não admite contestação deveria estar no período em que eu estudava, quando envergonhadamente vi tirarem professores nossos de dentro da sala de aula. Entravam na Faculdade e tiravam professores nossos, porque era regime de exceção. Aquele período passou. Então qualquer regramento que possibilite discussão, quem ia discutir, para quem? O Conselho é uma etapa eleição, aliás, é onde se define a eleição. Então é aqui sim, não há extemporaneidade e não há discussão de resultado. Há discussão de interpretação. Lamentavelmente ao abrirem os votos sabendo que o número de estudantes era muito pequeno, proporcionalmente aos outros, a Comissão, sem querer, imagino que sim, não deva ter pensado, todo mundo cansado, ela criou o chamado fato consumado, isto é, abriu e alardeou o resultado. E é por isso que penso que nós nos dividimos em três grupos aqui dentro e democraticamente é essa a forma que se define: um grupo que entende que o resultado apresentado pela Comissão Eleitoral expressa a vontade da comunidade e outro grupo que entende que esse resultado expressa a vontade de uma parte da comunidade. A vontade da comunidade tem que ser respeitada, sim. Ninguém nega isso. E a vontade da comunidade se expressa quando se inclui todos, porque as formas de manifestação são variáveis. São essas duas concepções e ninguém é mais honesto ou menos honesto. Muita gente disse que este Conselho seja ético e vote na chapa um, dois, três ou dez. Não, cada um vai votar de acordo com suas convicções, já vieram para cá com isso. Nós todos somos adultos e sabemos exatamente o que fazer. Não vamos falsear as coisas. O quê a professora Lúcia argumentou pela manhã, que nenhum de nós se presta para vir para cá para participar de um engodo. Nós viemos para participar de um processo. E convicção se conquista com argumento e não com constrangimento. O constrangimento, assédio muitas vezes, é pelas palavras e atos e isso não cabe entre nós. Se nós pensarmos em uma Instituição, que foi criada quando eu era aluno. Sou aluno da universidade que desapareceu para formar esta, enquanto eu estiver com condições vou fazer exatamente o que eu estou fazendo, trazer as minhas idéias e respeitar as idéias dos demais. E acho que tem que votar mesmo. A seguir, o senhor presidente passa a palavra ao conselheiro Lawrence Stivalet: "Prezados Conselheiros e prezadas conselheiras, quase boa noite! Quero aqui me arvorar na fala do professor Gonzalez, meu professor no ano passado, para repetir uma coisa que ele disse e que me chamou bastante a atenção"...nós não seguimos às leis, nós não seguimos à Constituição Federal, apenas quando nos é conveniente", e utilizo essa frase para discordar do professor Gonzalez, que afirma, em seguida, que a ética é relativa. A ética individual pode ser professor. Nós temos o direito de, conforme nossa consciência, inclusive matar, destruir, roubar, estuprar, cometer os maiores crimes que a sociedade já vivencio. Contudo, a própria humanidade, com sua história e com a sabedoria da sua história, avançou e elegeu valores que são sim reconhecidos universalmente, senão pela comunidade ética que nós compartilhamos aqui, pelo menos pela Constituição Federal sobre a qual nos arvoramos não apenas por conveniência. Nesse sentido, acho importante, acho essencial que leiamos o artigo primeiro da Constituição Federal da República Brasileira, quando afirma que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, municípios e Distrito Federal, constitui, sim, um estado democrático de direito e tem como fundamentos, um: a soberania; dois: a cidadania; inciso terceiro: a dignidade da pessoa humana; inciso quarto: os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e inciso quinto: o pluralismo político. Pois vejam bem professores, esses valores não são ocasionais, esses valores dizem respeito à história do pensamento, e foram eleitos na história do pensamento. A dignidade da pessoa humana não é senão um princípio fundante da República por referir-se exatamente à ideologia Cantiana universalista e não à ideologia utilitarista, particularista. Voltemos a entender que não é equivocado não, dizermos que há pessoas éticas e há pessoas antiéticas. Nós não devemos ter medo de ser chamados de antiéticos, nós devemos ter medo de sermos antiéticos. Causa-me angústia que nós achemos que estamos livres do julgamento das demais pessoas, pois não estamos. Vivemos em sociedade. Nossos atos reverberam na sociedade. Nossos atos, enquanto agentes de universidade pública, reverberam ainda mais na

Cour



2383

2384

2385

2386

2387

2388

2389

2390

2391

2392

2393

2394

2395

2396

2397

2398

2399

2400

2401

2402

2403

2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

2426

2427

2428

2429

2430

2431

2432

2433

sociedade e, se nós formamos para a cidadania, e se nós formamos criticamente, devemos sim, nos embasar em princípios éticos e minimamente nos princípios éticos prescritos pela nossa Constituição. Pois bem, a seguir é importante que nós percebamos, que se nós aprendemos com o nazismo, com o fascismo, aprendemos com as ditaduras, civis e militares, e se nós entendermos que a democracia deve ser um valor universalmente aceito, se, ademais, nós concordarmos que a palavra, que o comprometimento e que o caráter são, sim, valores que nós esperamos dos agentes da comunidade universitária, nós exigiremos, sim, que aqueles que se comprometem com um determinado posicionamento, principalmente em público, devem manter a sua palavra. E o mínimo professores. E o mínimo Conselheiros. Nós temos que reivindicar, dentro da Universidade pública, o respeito à ética, o respeito à democracia, que sobremaneira é saber vencer e saber perder, e não mudar as regras, porque nós não mudaremos a Constituição Federal porque ela não nos agrada. O homicida, no Tribunal do Júri não dirá: "Juiz eu matei, mas eu considero essa regra equivocada porque a moral é relativa e eu acho que quem elegeu esse valor que matar é ruim está equivocado, pois, veja bem, eu faço um cálculo, aqui na sua frente, que eu não matei três terços desta pessoa, eu matei dois terços e, portanto, eu não a matei inteira. Então eu acho que isso deve ser relativizado". E vejam que nós não estamos falando com homicida. Que os homicidas nunca acordaram que o homicidio tinha que ser crime. Aqui estamos falando de outro caso, onde as pessoas concordaram com as regras e com o regimento eleitoral sobre o qual estamos nos debruçando neste momento. Então temos sim que ter dignidade, porque dignidade da pessoa humana não é uma palavra vazia. Ter dignidade é ter honra, é ter palavra, é respeitar que em uma sociedade nós devemos tratar os outros, também, com honra e com palavra. Era o imperativo categórico kantiano "nunca trateis os demais apenas como meio, mas também como fim", não tratemos, prezados conselheiros, os votantes apenas como meio, tratemos eles como fins. Eram pessoas com vontades, que foram expressas após mais de dez debates e hoje nós estamos aqui, sobretudo em respeito a essas pessoas. Estamos aqui, sobretudo em respeito ao processo pedagógico e democrático de cidadania que esta Universidade ensina para sua comunidade universitária e não queremos voltar para nossa vida universitária e para nossa vida pessoal, tendo o peso de termos cometido uma afronta à cidadania da comunidade universitária, uma afronta à democracia da comunidade universitária, que vejam, pode não ser a democracia utilitarista, que eu, enquanto pessoa, com minha moral, individual, particular, concordaria. Agora bem, foi definido coletivamente e todos tiveram oportunidade de contestá-la em prazos razoáveis, definidos também coletivamente, e se há alguma coisa mínima que eu espero ter aprendido nesses seis anos de Faculdade e Direito, é que nós temos que aprender a seguir as regras, ponderando os princípios e entendendo que há conflitos sim, e há polêmicas sim, agora a democracia tem motivo e esse motivo não é particular. Esse motivo é universal. Por fim, gostaria de reiterar os elogios ao professor Cesar pelo seu documento de dois mil e quatro, lido pela conselheira Vanessa, e solicitar à presidência que junte o documento de dois mil e quatro à ata deste Conselho, pois julgo que os valores ali expressos permanecem atuais. Valores de democracia, de cidadania, valores de respeito e de honra. Oxalá não seja hoje, e em nenhum outro Conselho, que esses valores caiam por motivos individuais. Imediatamente a palavra foi concedida ao conselheiro João Adamoli, o último orador dessa tarde: "Conselheiros e conselheiras, muitos aqui falaram da história, do tempo em que estão na Universidade, alguns chegando, outros saindo, e, obviamente eu sou dos que tem bastante tempo aqui na Universidade, mais de trinta anos, e aprendi muito mais, obviamente, do que ensinei, e não tenho a condição mínima de fazer discursos tão bem articulados como muitos colegas, companheiros do Conselho, mas nem por isso me parece que é menos relevante a minha intervenção. E aí companheiros, colegas e conselheiros, uma coisa me chamou muito a atenção, a discussão de dizer que nós não estariamos aqui, um conselheiro não estaria credenciado, porque não está credenciado, porque não está legitimado por sua Unidade para fazer um posicionamento neste Conselho. Antes de sermos Diretores de Unidades, antes de sermos membros do Conselho Universitário, todos nós somos membros da categoria, membros da comunidade universitária e participamos de fóruns legítimos, que, antes de mais nada, deliberaram como seria feita esta eleição. Portanto nós, sem exceção, quem hoje não quiser



2441

2445

2447

2449

2451

2452

2453

2454

2455

2456

2457

2458

2459

2460

2461

2462

2463

2464

2465

2466

2467

2468

2469

2470

2471

2472

2473

2474

2475

2476

2477

2478

2479

2480

2481

2482

2483

2484

2485

2486

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 47 de 58

2434 votar aqui utiliza isso como desculpa para não se posicionar, porque está legitimado por toda a comunidade universitária. Uma outra coisa que foi dita por muitos que contestam esse processo 2436 e que acha que ele poderia ser diferente, todas as vezes que houve eleições para reitor da Universidade, a forma de cálculo foi considerando o número de votantes e algumas vezes teve 2438 um percentual maior de estudantes, mas nunca houve um critério que dimensionasse qual era o 2439 percentual que poderia mudar, não teve isso, sempre foi o número de votantes. A única coisa 2440 que muda neste processo, mencionada mais de uma vez, é que desta vez decidimos, com todas as entidades, fazer a eleição com segundo turno. Um outro argumento colocado aqui é que nos 2442 não sabíamos e que isso demanda em voltar para as Unidades. Quantas vezes, neste Conselho 2443 Universitário, nós que já temos mais tempo, recebemos a pauta no dia, ou na véspera, e nem por 2444 isso deixamos de deliberar aqui neste Conselho. Então esta é uma pata que todos nós temos conhecimento há pelo menos meio ano, então não é desculpa dizer que não sabia a pauta e que 2446 tem que voltar para as Unidades. Professor Moacir Elias, dentre todas as coisas que eu ouvi aqui, acho que é uma cordialidade, mas como o senhor fez uma acusação muito grave na sua 2448 fala, quando disse o seguinte: que a Comissão ao ver que a participação de uma determinada categoria foi pequena, ela deliberou por uma forma de cálculo inconscientemente. É uma 2450 acusação grave e tenho certeza que não deveria ser dita aqui e o senhor disse. O respeito deve ser mantido e acusação desse tipo não pode ser dita, em fórum nenhum da comunidade. Nós estamos em um processo de eleição legitima de consulta e hoje vamos dar o fim e o cabo, encaminhamento de um referendum, termo para esse procedimento. E, como último inscrito, quero fazer o seguinte encaminhamento: Encaminhar a votação de referendum ao processo e, em seguida, dada a necessidade de estarmos de acordo com a legislação, nós fazermos uma votação uninominal entre os três candidatos eleitos na comunidade, professor Gilson, professora Denise e professor Mauro; para além da legitimidade, estarem legalmente constituídos de acordo com as normas que estabelecem a eleição para reitor das universidades. Obrigado." Nesse momento o conselheiro Gonzalez se manifestou: "Professor Cesar, como fui citado, gostaria de fazer um esclarecimento, é possível?" O senhor presidente passou-lhe a palavra, e este assim se expressou : "Achei que a minha fala não tivesse causado impacto nenhum, nem perturbado quem quer que fosse porque eu não tomei aqui uma posição, mas eu vejo que o debate faz parte da minha trajetória. Foi pinçada uma frase do que eu disse e foi colocado aqui como se isso fosse pejorativo e eu explico que não foi. Imaginemos que, como está sendo sustentado aqui por alguns, o processo tenha sido absolutamente legítimo, e eu não estou dizendo que não tenha sido, se o processo foi absolutamente legítimo e foi dito repetidas vezes aqui, seria violador da ética não referendar o processo, seria antiético com o professor que foi ungido à condição de reitor, que foi publicado na página do jornal como reitor eleito da UFPel. Eu queria pedir aos colegas que refletissem sobre uma segunda possibilidade, que é a possibilidade trazida aqui por colegas, que é a segunda posição que nós temos, a de que este resultado tenha, ao abandonar, segundo foi sustentado aqui, o caráter verdadeiramente paritário, tenha violado interesse real, justo, porque um valor importantíssimo em tudo isso chama-se justiça. Justiça é um valor que nos persegue a cada dia, é um valor que se vê pelo avesso. Nós só vemos justiça, assim como felicidade, pelo avesso, nós só sabemos que somos felizes quando estamos infelizes, nós só sabemos o que é justo quando nós somos injustiçados. Então esse valor chamado justiça não foi questionado aqui e eu quero trazê-lo para justificar a minha frase, com todo o respeito aos colegas, procurei não fazer uma fala, espero não ter feito uma fala ofensiva a quem quer que seja aqui, fiz uma fala reflexiva. Mas imaginem a possibilidade de que a tese do professor Elias, do professor Edar, de que essa contagem não tenha sido verdadeiramente representativa de paridade, o que acho verdadeiramente possível e importante, não é um fato qualquer que se está discutindo aqui, está se discutindo um fato importante. Imaginem uma pessoa que está presente aqui, mas que não se manifestou em momento algum. Imaginem o professor Manoel Moraes , ponham-se no lugar do professor Manoel e eu perguntaria aos senhores, se realmente a votação não foi paritária, então teria sido, segundo a tese, prejudicado o professor Manoel Moraes. Seria ético, da nossa parte, ignorar tudo isso e referendar o processo dessa forma? Seria ético? Como é que o professor Manoel se sentiria,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 48 de 58

2492

2496

2497

2498

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508

2509

2511

2512

2513

2514

2515

2516

2517

2518

2519

2520

2521

2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529

2530

2531

2532

2533

2534

2535

2536

2537

2538

2539

2487 como está se sentindo? Eu não sei, não tenho procuração do professor Manoel, não tenho, não 2488 sei se ele aceitaria, se o Conselho chegasse agora e dissesse que o vencedor foi ele, eu não sei 2489 se aceitaria. Eu estou questionando aqui a questão da ética sob o ponto de vista de cada um. E 2490 isso, nada mais do que isso. Sob o ponto de vista do eleito, segundo à comissão, se diz ser 2491 antiético não referendar. Segundo o ponto de vista do professor Elias e do professor Edar, seria absolutamente injusto referendar com essas contas. E isso que está se dizendo aqui. Então não é 2493 antiético tomar uma postura, como também não antiético tomar a outra postura, depende do 2494 ponto de vista, foi isso que eu disse. E eu insisto, depende do ponto de vista. E possível que do 2495 ponto de vista do professor Manoel não seja ético o resultado e é possível que do ponto da nobre Comissão que conduziu o processo, seja. É isso, nós estamos aqui e temos um compromisso com a Universidade, que tem que levar em conta esse valor chamado justiça. Valor que tem de ser perseguido por cada um de nós, mais pelos juízes que qualquer outro, mas 2499 tem que ser perseguido por todos. Nós que somos advogados estamos acostumados a conviver com isso. O que é o justo? O justo é aquilo que dá a cada um o que é seu por direito. Aquilo que dá o direito a quem tem o direito. Isso é o justo. Tudo que afronta a isso não é justo, e, portanto, de certo modo, também não é ético. Eu espero que tenha ficado muito claro, não procurei ser agressivo, nem ofensivo, a qualquer dos colegas. Espero ter deixado bem claro o que quis dizer com isso. Nós temos pontos de vista aqui e esses pontos de vista têm de ser tomados em conta aqui. Temos de ser éticos com o todo e não com a ética em relação a um, porque pode não ser ético com a parte adversa. Eu esclareço isso e acho que ficou resolvido. Obrigado." Presidente esclareceu que teriam cinco minutos de intervalo para, em seguida, proceder a votação. Intervalo de cinco minutos. No retorno do intervalo, o senhor presidente relatou que iriam proceder dando o encaminhamento com relação à discussão feita naquela 2510 reunião. Lembrou que a pauta da reunião era "Discussão do processo eleitoral para gestão da Reitoria da UFPel 2013-2016". Destacou que não estava na pauta a aprovação ou não da solicitação de referendar ou não o resultado da consulta prévia à comunidade. Entretanto, embora fosse passível de questionamento na esfera jurídica, como havia se referido um conselheiro, qualquer eleição ou votação sobre o referendo, a mesa propôs que corressem o risco de que aquilo pudesse ser questionado. Deixou bem claro que não fazia parte da pauta da reunião. Nesse momento o conselheiro Gustavo Alves Andrade interferiu dizendo que esta questão havia surgido com o Dr. González e ele havia trocado idéia com o Dr. Marco Aurélio Fernandes, que a convocação dizia exatamente: Discussão do processo Eleitoral para Gestão da Reitoria da UFPel 2013-2016. A convocação não era para deliberação e haviam discutido porque as vezes no afă de converter e alterar a ordem do dia que possibilitava algum questionamento judicial, talvez ganhassem dois ou cinco dias para uma convocação específica, para a deliberação e poderia alguém, evidentemente, fazer um questionamento judicial, uma medida liminar, que atrapalharia todo o processo. Acreditava que, como a discussão estava ampla e madura, e que a maioria dos conselheiros já tinha suas posições formadas, não sabia se valeria a pena submeterem-se a esse risco. Invocou os bacharéis que teriam muito melhor qualificação técnica e teórica que a dele, pois tinham ilustres juristas presentes, para discutir se com isso realmente não estariam correndo riscos ao exceder os limites da ordem da convocação. Perderiam dois ou três dias, e poderia ser convocada com brevidade uma nova reunião para deliberação, mas não correriam o risco e um questionamento judicial e que uma medida liminar pudesse questionar invalidar a decisão por uma questão de ordem formal. Submeteu esta questão amplamente e não se opunha às idéia de deliberação, mas acreditava ser um risco muito grande, por esta questão formal. O senhor presidente questionou os professores de Faculdade de Direito com assento no CONSUN, para que auxiliassem nesta questão. O conselheiro González justificou que era penalista e quem conhecia muito bem a parte administrativa era o Professor Ernani Avila, que colocou sua posição dizendo que o risco é inerente e restaria saber a interpretação que se possa fazer especificamente era atentar para a convocação e como a interpretação que se fazia literal do texto redigido, tudo que foi feito até aquele momento, a seu juízo, fora discutir o processo eleitoral para a sucessão do Reitorado a partir de 2013 a 2016. Por conseguinte, acreditava que por cautela, por resguardo e por



CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 49 de 58

2540 desdobramento daquilo que possa até ser fruto de interpretação antagônica, seria prudente que a 2541 matéria se desse por encerrada na discussão com o juízo de conviçção de cada um dos 2542 conselheiros a respeito daquilo que existia e a ele parecia que então, eles poderiam sustar a 2543 reunião e designar nova data, 48 horas ou algo assim, e ai partiriam para o encaminhamento 2544 apropriado no sentido de que objetivassem aquilo que buscavam ao cabo de tudo que seria uma 2545 composição de lista tríplice para que atendessem os requisitos do Decreto 1.916 e também do 2546 regramento do Decreto estipulado pela Nota Técnica assinada pelo Secretário Executivo da 2547 SESu. Nesse momento o senhor presidente passou a palavra para o conselheiro Lawrence 2548 Estivalet: "Com a devida vênia, não existe pauta que não leve ao encaminhamento. Artigo 14º 2549 do Estatuto da UFPel: O Conselho Universitário é o Orgão Supremo da Universidade, com 2550 função normativa, consultiva, e deliberativa. Nenhuma das três obviamente é um fórum 2551 meramente de discussões e diálogos. Todas elas são funções que a partir do diálogo, chegamos 2552 a encaminhamentos. Obviamente poderíamos não encaminhar, se entendêssemos que a 2553 discussão não foi suficiente, que o processo não aconteceu, que precisamos de mais tempo para 2554 a comunidade universitária. Contudo, esse processo aconteceu durante todo o primeiro 2555 semestre. Todos os conselheiros já vieram, como o próprio conselheiro González colocou, 2556 devidamente convencidos de suas posições, e nós viemos discutir para encaminhar e não 2557 discutir por discutir. Isso nós fazemos em botecos de bares e não no Conselho Universitário. 2558 Então, com a devida vênia eu encaminho sim, que nós procedamos a votação dos 2559 encaminhamentos feitos nesta sessão do Conselho. Portanto, não retiro os encaminhamentos 2560 anteriormente propostos." A seguir, o senhor presidente passou a palavra ao conselheiro Moacir 2561 Elias: "Foram os doutos da lei que falaram e não querendo chegar perto de doutos da lei. Não é 2562 este aspecto que me leva a me manifestar. Eu entendo que o processo, a operacionalização da 2563 eleição tem regras e normas próprias o que não poderiamos realizar hoje. Mas também entendo 2564 que a rigor se estabeleceu um debate ou embate, mas que felizmente não foi guerra, entre duas 2565 posições: uma que entende que o resultado calculado pela fórmula e pela forma que a comissão 2566 eleitoral expressou, que este resultado expressa a vontade da comunidade e outra que entende 2567 que a expressão da vontade da comunidade é de toda a comunidade e, portanto, tem que 2568 mostrar o cálculo. Para mim, nos encaminhamentos, se é que eu entendi o que foi dito, esse 2569 encaminhamento não empanaria absolutamente nada e não acarretaria risco nenhum. O restante 2570 é consequência e eu acredito que deva ser feito por uma convocação especial para cumprir o 2571 que diz a Lei e assim por diante. Ai depende tudo do ponto de vista jurídico e não quero colocar 2572 imposição." A seguir, o senhor presidente disse que iria destacar dois pontos que estavam 2573 aparentemente confusos. O que havia sido levado era a discussão do tema principal, que eram 2574 as eleições, oriunda de um documento encaminhado pelas entidades. Nesse documento o ítem 2575 principal era referendar o resultado daquela consulta, porém não significa isso ainda ao 2576 qualquer processo oficial relativo ao que determina a Legislação Federal. Não estavam fazendo 2577 isso naquele momento. Não poderiam misturar uma coisa à outra, ainda. Trazia ali o 2578 questionamento bem claro, ou seja: iriam ou não, como Conselho, referendar como foi a 2579 solicitação feita pelas entidades, o resultado da consulta feita à comunidade? Esta era a 2580 questão. Não poderiam de modo algum naquele momento fazer eleição para composição de 2581 lista tríplice. Isso era impossível. Disse que existem normas específicas para isto e todos sabiam 2582 que não teriam como fazê-lo naquele momento. Estariam desta forma desrespeitando a 2583 legislação. Não poderiam fazer desta maneira naquele instante. Referendar ou não o que foi definido na consulta à comunidade, acreditava, que se fosse o desejo da maioria do Conselho 2584 2585 isto poderia ser feito, mas deixou claro os riscos já apontados aqui pelos especialista em Direito, 2586 o que não era o caso dele. Professor Sidney solicitou a palavra, que foi concedida: "Por 2587 questão de ordem e para dar maior tranquilidade aos conselheiros que irão votar a sua proposta, 2588 que foi muito bem esclarecida, penso que poderíamos utilizar a prerrogativa do artigo 29, 2589 parágrafo segundo do Regimento que permite que dois terços dos conselheiros, havendo 2590 concordância, alterem a pauta. Havendo concordância, que incluam o item na pauta ou alterem 2591 a pauta. Aí votariam com tranquilidade, pois percebia que estavam dispostos a votar." O senhor 2592 presidente disse que aquilo já havia sido feito. O conselheiro Gonzáles disse: "A questão é a



2594

2595

2596

2597

2598

2599

2600

2601

2602

2603

2604

2605

2606

2607

2608

2609

2610

2611

2612

2613

2614

2615

2616

2617

2618

2619

2620

2621

2622

2623

2624

2625 2626

2627

2628

2629

2630

2631

2632

2633

2634

2635

2636

2637

2638

2639

2640

2641

2642

2643

2644

2645

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 50 de 58

seguinte: estamos discutindo a questão de legalidade. Se não é legal, como disse o conselheiro Ernani Avila, qual seria a vantagem ou desvantagem disto. Existem duas possibilidades, o que não seria unânime. Vamos decidir hoje o que vai entrar em juízo amanhã. Alguém vai perder em uma votação. Acreditava que tinham que avaliar se era conveniente ou não. Não tenho nenhuma oposição em votar neste dia ou na segunda-feira." Lawrence lembrou que não haviam sido retirados os encaminhamentos. Não podiam outros conselheiros retirar o encaminhamento sugerido por outro conselheiro. Ele, pelo menos, não havia retirado seu encaminhamento, contudo, se sentia satisfeito com o encaminhamento do conselheiro Sidney que menciona que, se a questão para não decidir naquela reunião, era qualquer desconfiança quanto à possibilidade de ilegalidade, eis que a pauta não era eleição, que se aproveitassem do artigo 29 do Regimento Geral da Universidade e modificassem a pauta, com dois terços de voto. Dessa forma, modificada a pauta, não haveria mais nenhuma possibilidade de incidência de legalidade sobre as decisões, pois a pauta estaria adequada ao encaminhamento proposto. Pedia apenas a sensibilidade dos conselheiros que eventualmente fossem discordantes de modificarem a pauta que se manifestassem previamente à mudança da pauta, para não estar recorrendo ao argumento da ilegalidade para não estarem votando naquela datas. Se há uma discordância no primeiro momento e em não havendo, que modificassem a pauta em não havendo, que abrissem a discussão. Na sequência, o conselheiro Lauer Nunes Santos manifestou sua posição a respeito: "Boa noite a todos os conselheiros eu acompanhei hoje à tarde, com muita satisfação, todo este debate, que foi o que aconteceu, no entanto, eu discordo da posição de alguns conselheiros que dizem que temos uma decisão definida neste conselho, de que todos nós sabemos em quem vamos votar e que nós não podemos chamar as nossas bases, porque eu vou recordar apenas que o re3sultado do pleito, a consulta informal se deu em uma sexta-feira do mês de junho e na segunda-feira houve uma assembléia da ADUFPEL e na terça-feira foi iniciada a greve, que foi suspensa na ultima sexta-feira. Ou seja, hoje é quarta-feira. Eu sou diretor e estou aqui representando um Centro grande que eu gostaria de ouvir. Eu havia marcado uma agenda do Conselho Departamental para amanhã e estava tranquilo, porque hoje na pauta da reunião tinhamos discussão sobre eleição para Reitor. Então, quando o candidato que foi eleito, da chapa quatro, Professor Mauro Del Pino, me procurou, inclusive eu dei minha posição para ele e disse que iria consultar o Conselho e ele perguntou se eu poderia abrir o voto ao que respondi que se consultasse o conselho departamental não teria problemas com isso. No entanto, não consultei o conselho até o dia de hoje. Justamente por esse ato que se tem de noventa e três dias parados. Eu não fiz reunião de Conselho durante noventa e três dias. Eu não me sinto em condições de votar hoje." . Em seguida o senhor presidente colocou que estavam na seguinte posição: "Deliberaremos ou não hoje sobre referendar ou não a proposição encaminhada pelas entidades. Ou seja, uma modificação da pauta que é possível, graças ao regimento da UFPEL. Em virtude de tudo isto, vou colocar em votação se devemos ou não modificar a pauta para que seja realizada votação para referendar ou não o resultado da consulta informal ainda no dia de hoje. Repito : se ficou bem claro, o que vou colocar agora é simplesmente se vamos ou não modificar a pauta neste instante, permitindo que hoje possamos votar referendando ou não a consulta encaminhada pelas entidades". Conselheiro José Fernando Gonzáles: "Eu quero me consultar com os sábios, mas a mim parece que a posição do ilustre diretor, é prejudicial a que se modifique a pauta. Se o diretor está dizendo que ele não tem condição de votar hoje, nós não temos o direito de modificar a pauta neste momento. Se o fizermos, vamos anular. Acho que se temos dois Diretores, pelo menos, dizendo que só têm condições de votar depois de consultar seus Conselhos, como estariam fazendo esta alteração. Como será feito: eles terão condições de votar ou irão se abster?" A conselheira da Faculdade de Educação, com a palavra falou: "Eu posso estar equivocada, e peço ajuda, mas eu não acho que tenha, como Diretora, embora representante e obviamente represento a minha Unidade, fazer uma nova eleição que já foi feita. Fui eleita por eles para representá-los e a eleição para a Reitoria já foi feita. Como cada um de nós vai reunir seus Conselhos para fazer outra eleição? Estou absolutamente confusa, pois já estou, como conselheira legitima, por ter sido eleita como Diretora, representando a vontade deles. Cada assunto que acontecer terei de consultá-los novamente? Acho que é uma



2648

2649

2650

2651

2652

2653

2654

2655

2656

2657

2658

2659

2660

2661

2662

2663

2664

2665

2666

2667

2668

2669

2670

2671

2672

2673

2674

2675

2676

2677

2678

2679

2680

2681

2682

2683

2684

2685

2686

2687

2688

2689

2690

2691

2692

2693

2694

2695

2696

2697

2698

compreensão equivocada que estamos tendo do que é democracia. Se eu estou errada, gostaria de ser esclarecida." O senhor presidente colocou o assunto desta forma: "Uma questão de esclarecimento: esta é uma situação delicada, porque alguns representantes de classes e de docentes aqui, preferem, em muitas situações, ouvir seus pares para tomarem suas decisões. Não se consideram dispostos a votar embora representante de todos. A mesma situação que confere o mesmo tipo de situação vivida pelos Diretores de Unidades. Portanto, é muito semelhante uma situação a outra. Assim como alguns foram procurados extra oficialmente por alguns representantes professores de classe, professores aqui presentes, que prefeririam ouvir a suas Unidades Acadêmicas. Outros não. Portanto, isso é uma situação que existe entre alguns dos senhores. Deliberação não pode ser minha. O Conselho Universitário terá que deliberar, porque a pauta foi de uma natureza e terá que ser modificada. Não podemos fazer de outra forma. Entendo perfeitamente bem quando um dos conselheiros questiona a situação muito própria de alguns Diretores que se consideram impossibilitados, diferente da senhora, de votar. Portanto, não significa fazer uma nova eleição por parte deles. Eu acho que o Diretor não se sente confortável em votar sem saber a posição de sua Unidade, uma vez que não foi a totalidade dos alunos ou dos professores ou dos técnicos que participaram da consulta. E como é dita a consulta é informal e vai caber ao Conselho a decisão final. Não sei se expressei aqui a situação que os conselheiros anteriormente haviam explicitado." A Diretora disse que queria deixar registrado que discordava ao que o senhor presidente respondeu que era normal discordar e ela poderia fazê-lo sempre que sentisse essa vontade. Disse que apenas havia transmitido o que foi dito a eles. Não estava colocando seu posicionamento pessoal e muito menos transmitindo a idéia da presidência do Conselho e que isto ficasse muito claro. Passou a palavra ao conselheiro Paulo Kuschier: "Primeiro, esta discussão já está vencida. O fato de alguém ter chegado no meio da discussão, não lhe dá o direito de, no momento dos encaminhamentos, retomar uma discussão que já foi convencida anteriormente. Não estamos discutindo sobre a alteração ou não a pauta e se propomos ou não a votação. E esse o ponto. Se os professores não se sentem aptos a nenhum tipo de votação, posso até entender, talvez pela falta de prática em instâncias deliberativas desse molde, mas quando eu estou representando, por exemplo, a minha entidade numa plenária nacional e eu não tenho a deliberação da minha entidade, eu me abstenho e declarando o voto digo: não votei, porque não foi deliberado na assembléia da minha entidade. Eu concordo com a conselheira Lúcia. Nem cabe isso, porque ficar buscando subterfúgios junto aos seus para tentar modificar ou validar os resultados, não cabe aqui. O processo está dado. O resultado está colhido das urnas e não é essa discussão na pauta nesse momento. A discussão é: vamos alterar ou não a pauta e vamos propor ou não a homologação do resultado." De pronto o conselheiro Gustavo Alves colocou uma questão de ordem: não deveriam fazer alteração de pauta porque este Conselho é deliberativo e tem sim como votar pelo referendo ou não, sem alteração de pauta. O senhor presidente respondeu que deveriam votar a alteração, por ser regimental. Nesse momento o conselheiro Ernani Avila solicitou a palavra: "Alteração de pauta, se faz quando do início de uma reunião. Significa dizer que normalmente as vezes quando uma pauta é extensa, alguém, por questão de ordem, faz e pede até prioridade em inversão de pauta. Me parece que agora, inapropriadamente ela não se adéqua." Nesse momento, o senhor presidente passou a palavra ao conselheiro Lawrence: "Quero, para não ficarmos falando em cima do ar, retomar o Regimento da Universidade Federal de Pelotas, do seu artigo trinta e cinco: A recusa do voto será considerada abstenção. O conselheiro tem sim direito a recusar-se a votar. Isso é uma abstenção. E todo o encaminhamento deve ser apreciado. A presidência do Conselho não tem a legitimidade para ignorar um encaminhamento. Mesmo que acredite haver incidência de ilegalidade. Então, reitero o encaminhamento do referendo do resultado da consulta informal, sem necessidade de mudança de pauta. Aqueles que consideram que há incidência de ilegalidade e preferem se manter contrários a isso, que votem contra o referendo do resultado da consulta à comunidade com as devidas consequências de votarem contra o referendo do resultado. Agora, estou mantendo o encaminhamento de referendarmos o resultado da consulta à comunidade, pois não entendo que haja reunião deliberativa, cujo encaminhamento não possa ser votado. Isso é uma

Om



2700

2701

2702

2703

2704

2705

2706

2707

2708

2709

2710

2711

2712

2713

2714

2715

2716

2717

2718

2719

2720

2721

2722

2723

2724

2725

2726

2727

2728

2729

2730

2731

2732

2733

2734

2735

2736

2737

2738

2739

2740

2741

2742

2743

2744

2745

2746

2747

2748

2749

2750

2751

tergiversação para evitar o encaminhamento na qual não podemos incidir nesse Conselho, nessa sessão. Mantenho o encaminhamento e espero que a mesa respeite o mesmo." A seguir a palavra foi concedida ao conselheiro Moacir Elias: " eu tinha a idéia de que o conselheiro fez, de que poderíamos fazer, mas para votarmos temos de alterar e sou contrário a que se faça a só fazer um registro. Nada como alguns minutos, algumas horas depois. Os que falavam na intempestividade antes, porque acham que podem levar vantagem, trazendo, quase no final da reunião, uma proposta de alteração de pauta?"A seguir, o senhor presidente disse que, com os riscos que iriam correr de ilegalidade, colocaria em votação o encaminhamento para que fosse procedida votação ou não sobre o referendo à consulta ou não e posteriormente em caso positivo seria feita a votação sobre o referendum em si posteriormente.o Presidente solicitou que os conselheiros levantassem o braço se concordassem com a votação do referendum naquela sessão. A votação resultou em quarenta e sete votos favoráveis, seis votos contrários e três abstenções. A seguir, o senhor presidente colocou em votação de forma secreta, o referendo do resultado da consulta feita à comunidade pelas entidades. Informou ainda se qualquer conselheiro que mostrasse, declarasse ou informasse seu voto a outro conselheiro, teria seu voto anulado. O conselheiro Alvaro Ayala perguntou se, na eleição anterior para Reitor tanto na a votação da decisão se a eleição seria dentro ou fora do Conselho, quanto a votação, foram feitos com voto, porque naquele momento estavam fazendo de forma secreta. O senhor presidente respondeu que pelo Regimento era prioridade que o presidente escolhesse o tipo de voto em qualquer eleição dentro do Conselho. O conselheiro Ayala insistiu perguntando; além da prioridade qual era a justificativa do presidente em escolher o voto secreto, ao que o presidente respondeu que a justificativa era evitar qualquer constrangimento para os conselheiros senão quisessem saber o voto que iria verbalizar ou queria. O conselheiro continuou questionando se não havia tido constrangimento na outra eleição. O senhor presidente respondeu que não lembrava se havia acontecido constrangimentos ou não, mas queria dizer que a decisão da mesa era regimental. O conselheiro Lawrence perguntou qual seria a parte do regimento que havia se referido, ao que o presidente disse ser o artigo trinta e dois. O conselheiro leu: "As votações poderão ser a descoberto ou secretas, a juízo do presidente ou por solicitação de um dos conselheiros presentes. O parágrafo segundo diz que poderá ser justificado o voto, podendo ser usada a palavra por três segundos, por cada conselheiro." Dando continuidade, o senhor presidente deixou claro que após a declaração de voto, como não havia feito nenhuma manifestação durante a reunião, faria uma declaração final, que não significava declaração de voto e sim, encerramento da sessão. Portanto gostaria da compreensão dos conselheiros, que seria feito apenas alguns comentários antes do encerramento da sessão, que a ele pareciam fundamentais para as demais reuniões que deveriam ser seguidas. Convidou a conselheira Luciane Kantorski e o conselheiro Sérgio Nascimento para procederem a chamada dos demais conselheiros para procederem a votação. O conselheiro Manoel Maia pediu que fosse reforçada a forma de votação, ao que o senhor presidente lembrou que os conselheiros seriam chamados uma a um e receberiam uma cédula, onde escreveriam sim ou não. Sim, para referendar o resultado da consulta prévia feita na comunidade e não, quando fosse contrário ao resultado da consulta. Os votos foram depositados em urna lacrada, que foi aberto logo após o término da votação, tendo sido feita a contagem dos votos pelos conselheiros convidados. Terminada a contagem, o resultado foi entregue ao senhor presidente que, fez o seguinte pronunciamento: "Antes de dar o resultado dessa votação, gostaria apenas de, em primeiro lugar, fazer breves considerações o que foi dito nesta reunião, sobretudo quando fizeram referência ao processo de paridade ou pelo menos o que foi utilizado na consulta à comunidade. Em vários momentos foi citado o meu nome, sobretudo pelo fato de eu ter concorrido em 1988 com o Professor AmilcarGigante e posteriormente em outras eleições, valendo-se do mesmo critério . Foi aqui citado por uma conselheira um artigo que escrevi em uma oportunidade sobre isto o qual eu reitero tudo o que ali estava escrito. Sou favorável à paridade, votei nesta consulta na comunidade com o mesmo critério e faria de novo, mesmo que não fosse feito nas entidades, mas que fosse em uma igreja, em um centro islâmico, em um centro espírita ou em qualquer outra instituição que promovesse este tipo de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 53 de 58

2753

2754

2755

2756

2757

2758

2759

2760

2761

2762

2763

2764

2765

2766

2767

2768

2769

2770

2771

2772

2773

2774

2775

2776

2777

2778

2779

2780

2781

2782

2783

2784

2785

2786

2787

2788

2789

2790

2791

2792

2793

2794

2795

2796

2797

2798

2799

2800

2801

2802

2803 2804

eleição ou de consulta. Porém, na qualidade de Reitor, todos nós temos que seguir normas e isso é inevitável seja eu , que fui pela primeira vez elogiado por um aluno neste conselho, quando o Lawrence faz referência ao fato de eu ter ali escrito aquele artigo. E também naquela oportunidade, quero citar aos que não sabem, pois são jovens, de que na reunião Conselho Universitário, onde foi examinada a lista sextupla, pois não era lista tríplice. Elaborada a lista, eu declarei meu voto, porque naquela época não existiam as Normas Técnicas do MEC, que foram elaboradas muitos anos depois. Era permitido e eu abri meu voto a favor do Professor Amilcar Gigante, que foi meu opositor e que o fez, não por ter sido o critério paritário. Votei e declarei meu voto a favor dele pelo fato de ter sido um colega integro e reto. Coisa que é extremamente importante e que deveria ser exemplar em toda a universidade. Ele admitia que nós divergíssemos. E nós divergíamos e muito. Eu fui médico da família do professor Gigante, e mesmo assim divergíamos muito politicamente, mas éramos extremamente respeitosos. E o que eu fiz foi homenageá-lo, quando aqui quando voltei em 2005. Desafio, e tenho que dizer isto por uma questão pessoal, que outro Reitor que tenha sido opositor a mim e que não tivesse sido ele eleito, tivesse tido a mesma atitude que eu tive, homenageando sua memória Provavelmente se eu morresse agora, meus opositores certamente colocariam algum pouquinho mais de terra no meu túmulo, mas jamais me homenageariam. Tanto é assim, porque nesta última disputa na consulta informal fui tripudiado, fui acusado injustamente, fui injuriado de todas as formas possíveis dentro desta universidade. Tudo ou alguma coisa que eu tenha feito de bom, nada disto foi citado por aqueles que se consideravam opositores a mim. Até mesmo aquelas pessoas que eu tanto ajudei, não como diretor de unidade acadêmica, continuei sendo extremamente injuriado e desprestigiado. Isto é o mínimo que eu poderia dizer. Quero também dizer com relação a tudo isso que eu não tenho nem teria qualquer sentimento de rancor ou de ressentimento. Lamento apenas. Espero que esta Universidade, daqui a dois meses, quando tiver outro reitor, que ele faça muito mais do que nossa administração fez. Temos a consciência que nós triplicamos o patrimônio desta universidade, aumentamos o número de estudantes que hoje o país tanto necessitava. Quero deixar claro a todos que a administração não é do Cesar Borges nem do Manoel Moraes. Esta administração é de todos e este Conselho representa a administração como um todo. Com divergências ou não, como disse aqui o Professor Gonzáles e quero aproveitar este momento e pedir publicamente desculpas se por ventura fui indelicado alguma vez ao dizer em algum lugar ser seu voto de pouco ou nenhum valor., fato este sobre o qual nada lembro. Disse a ele há pouco que seu voto valia e vale muito. Os ensinamentos que o Professor Gonzales deu a todos nós foram enormes até mesmo para aqueles jovens que pouco caso têm feito para o ensinamento dos mais velhos. Isso tudo tenho que dizer aqui e de maneira nenhuma eu deixaria para outro momento que não este. Também quero dizer a todos vocês que isto não é ainda o término das nossas atividades. Nossa administração, embora sem muito elã, como gostaria que tivesse, mas com todo o vigor vamos continuar trabalhando até o dia doze de janeiro do ano que vem, quando transmitiremos o cargo ao novo Reitor. Ele terá todo o nosso apoio, apesar das divergências, apesar de tudo que possa ter acontecido e que não tenha sido de seu agrado. Em nenhum momento eu fui injurioso com qualquer um daqueles que competiram nesta disputa, mas lamentavelmente eu não poderia dizer o mesmo da maioria deles. Espero que no futuro esta universidade seja muito melhor do que foi até aqui, mas tenho certeza de que o próximo Reitor terá que trabalhar muito, muitíssimo para fazer tudo aquilo que todos nós, graças ao apoio de todos os senhores, todos sem exceção, fizemos nestes últimos oito anos. Portanto, eu deixo aqui essa declaração a todos e agora, como declaração de voto, que eu sou favorável ao voto paritário se não fosse, não faria este esforço que foi feito aqui, para que esta eleição fosse feita hoje, mesmo correndo o risco de ilegalidade. E não teria mudado uma pauta, coisa que nunca se fez no final de uma reunião, para que pudesse isso ser feito. Claro que o regimento diz que pode ser mudada a pauta, mas isso sempre é feito no início e não no final. Espero que todos os senhores entendam isso, mas o fiz para que pudessem até mesmo os opositores, pois sempre reconhecemos nossos opositores da administração, pudessem ser como se fosse ironicamente, desdenhando o que eu digo agora. Quero deixar claro que levam



CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 01/2012 - FLS. 54 de 58

todo o meu apreço como Reitor desta universidade, para sempre. Portanto agora, ao ler o 2806 resultado desta votação, gostaria que os senhores se candidatassem a fazer suas declarações de 2807 voto, se assim o desejarem. Foi procedida a votação sobre referendar ou não o resultado da 2808 consulta informal feita pelas associações e DCE . O resultado obtido foi o seguinte: SIM , trinta 2809 e nove votos; NÃO, vinte e um votos; BRANCOS, um voto; ABSTENÇOES, dois votos. 2810 Portanto, sessenta e três votos válidos e o resultado é este. O presidente se manifestou a seguir: 2811 "quero informar que a reunião permanecerá em aberto, para que depois possa se dar o 2812 prosseguimento de todo o processo, que deverá ocorrer nos próximos dias".Imediatamente 2813 iniciaram as declarações de voto: Conselheiro Alex Molina: "Gostaria de dizer que votei sim, em respeito à decisão da comunidade." Conselheiro Antonio César Baptista: "Eu votei pela 2814 2815 abstenção, pelos motivos declarados antes, sendo o primeiro porque não constava em pauta e o 2816 segundo por não ter tido oportunidade de fazer reunião do CD de minha Unidade, para poder 2817 representá-los. Como não tive tempo hábil em função da greve, fui obrigado a me abster." 2818 Márcia Bueno: "Minha declaração de voto é rápida. Eu votei sim, eu assumi um compromisso 2819 de referendar aquela decisão que a comunidade escolheu até esse momento. Entendo que a 2820 decisão que a comunidade escolheu foi a chapa quatro. Votei a favor disso, mas por um dever 2821 de honestidade que eu devo reconhecer que para as próximas eleições eu vou pleitear uma outra 2822 forma. Acho que aconteceram muitos equívocos. Acho que o processo teve muitas falhas. Acho 2823 que a nossa Universidade é muito grande e não comporta mais um processo que dava conta 2824 quando éramos cinco mil alunos. Esse tipo de processo não dá mais conta do que a 2825 Universidade precisa. Votei e referendo o que a comunidade definiu e reconheço os erros que 2826 aconteceram. E para a próxima eleição eu vou lutar, batalhar, para que seja diferente." Gustavo 2827 Andrade: "Um dos princípios que norteiam as ações administração pública é a publicidade. Em 2828 função deste princípio, acredito que sequer deveriamos ter votado em voto secreto. Nosso coto 2829 deveria ter sido aberto, mas em respeito a este princípio da administração pública, abro meu 2830 voto e digo que votei sim." Thiago Collares: "Abro o voto também e declaro que votei sim." 2831 Leonardo Ayala: "De acordo com o que eu havia me comprometido com a comunidade que me 2832 procurou, que declararia meu voto, eu digo aos senhores que a minha posição de professor e a 2833 crença de que nós ensinamos mais pelo exemplo, pelo gesto, do que pela palavra, eu votei sim." 2834 Flavio Demarco: "Desde o princípio fizemos uma reunião antes que acontecesse com os 2835 coordenadores, e o que foi tirado daquela eleição, independente da minha posição particular, 2836 era pelo referendo do resultado que saísse da eleição da consulta à comunidade. Em virtude 2837 disso, eu voto nessa representação, pelo sim." Paulo Kuschier: "Em respeito aos dez mil e 2838 seiscentos e sessenta eleitores do primeiro turno e aos oito mil, oitocentos e oitenta eleitores do 2839 segundo turno, o meu voto foi sim." Rosendo Caetano: "Gostaria de declarar que meu voto 2840 também foi favorável, como representante dos técnico-administrativos." Ediane Acunha: 2841 "Também quero declarar meu voto, favorável ao referendo em respeito à consulta da 2842 comunidade e a todas as candidaturas que participaram dessa eleição." Heloisa Azevedo: 2843 "Quero declarar meu voto como si, e não preciso justificar. Queria utilizar apalavra por duas 2844 razões: uma por este momento de aprendizagem e dizer ao senhor que estava enganado com o 2845 meu sorriso e dizer que não estava sorrindo. O senhor não me conhece e portanto, não me 2846 interprete." Marco Aurélio Fernandes: "Só quero abrir meu voto, vou registrar meu voto, que 2847 apesar de eventuais equívocos que possam ter sido implementados no decorrer desse processo, 2848 foi um processo rico, democrático, envolvendo toda a comunidade e não podemos deixar de ter 2849 outra posição, que não acompanhar a vontade da comunidade. Por isso que votei sim." Sidney: 2850 "Só para declarar meu voto como Diretor eleito do Instituto de Ciências Humanas, votei sim." 2851 João Paulo Adamoli: "Não seria necessário declarar voto e todos sabem minha posição, mas eu 2852 obviamente que respeitando a posição da presidência de que o voto é secreto, mas gostaria 2853 muito que este voto tivesse sido aberto, para que não precisássemos estar fazendo esta 2854 declaração de voto agora." Suéllen Cortez: "Em respeito à minha classe estudantil, votei sim." 2855 Hércules: "Boa tarde companheiros e companheiras, quero declarar meu voto que eu votei sim, 2856 pela democracia, como representante discente." Daniella Lumertz: "Também gostaria de 2857 declarar que votei sim pelo referendo da comunidade, por todo o processo construído e por todo/



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 55 de 58

o reconhecimento da comunidade acadêmica que elegeu o Professor Mauro Del Pino como 2859 próximo Reitor dessa universidade." Luciane Kantorski: "Eu quero declarar que eu votei sim em respeito a um processo democrático do qual eu pude fazer parte." Lawrence Estivalet: 2860 2861 "Declaro como representante discente que votei sim e que espero que os representantes possam 2862 declarar-se daqui para sempre sem medo de se dizer da comunidade. Declaro, portanto, o meu 2863 voto entendendo que todos deveriam declarar e peço que isto conste em ata." Odir Dellagostin: 2864 "Também gostaria de declarar meu voto. Votei sim, por ter participado do processo, por ter 2865 feito parte dessa caminhada e eu acho que aqui estamos chegando ao fim de um dia bastante 2866 exaustivo, mas um dia de grandes aprendizados. Acho que a discussão que tivemos aqui foi 2867 muito rica e espero que isso realmente sirva para nos orientar nas próximas eleições." Aluizio Barros: "Gostaria de declarar meu voto como sim." Iná Santos: "Votei sim." Ana Paula: "Votei 2868 2869 sim, pelas dificuldades que temos de trabalho." Vanessa Leite: "Votei sim." De imediato, como 2870 todos já tivessem feito sua declaração de voto, o senhor presidente dispensou a todos os 2871 conselheiros, lembrando que já estavam convocados para a próxima reunião, e deu por suspensa 2872 a presente sessão às dezenove horas e três minutos. Aos oito dias do mês de outubro do ano 2873 de dois mil e doze, com início às oito horas e trinta minutos, na Sala do Conselho 2874 Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, foi dada continuidade a reunião iniciada no dia 2875 vinte e seis de setembro do corrente ano, convocada e presidida pelo Professor Antonio Cesar 2876 Gonçalves Borges, Magnifico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: Manoel 2877 Luiz Brenner de Moraes, Vice-Reitor, Orlando Antonio Lucca Filho, Pró-Reitor de 2878 Planejamento e Desenvolvimento; Cláudio Manoel da Cunha Duarte, Pró-Reitor de 2879 Graduação; Manoel de Souza Maia, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Luiz Ernani Gonçalves Avila, Pró-Reitor de Administração; Gilberto de Lima Garcias, Pró-Reitor de 2880 2881 Extensão e Cultura; João Francisco Nascimento Hobuss, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; 2882 Roberta Rodrigues Trierweiler, Pró-Reitora de Gestão de Recursos Humanos; Erico Kunde 2883 Corea, Pró-Reitor de Infraestrutura; Ledemar Carlos Vahl, Diretor da Faculdade de 2884 Agronomia Eliseu Maciel; Márcia Bueno Pinto, Diretora da Faculdade de Odontologia; 2885 Alexandre Fernandes Gastal, Diretor da Faculdade de Direito; Thomaz Lúcia Júnior, 2886 Diretor da Faculdade de Veterinária; Edar da Silva Añaña, Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; Farid Butros Iunan Nader, Diretor da Faculdade de Medicina; 2887 2888 José Francisco Gomes Schild, Diretor da Escola Superior de Educação Física; Lúcia Maria 2889 Vaz Peres, Diretora da Faculdade de Educação; Lauer Nunes dos Santos, Diretor do Centro 2890 de Artes; Gladis Aver Ribeiro, Diretora do Instituto de Biologia, Sidney Gonçalves Vieira, 2891 Diretor do Instituto de Ciências Humanas; Victor Paulo Barros Gonçalves, Diretor do 2892 Instituto de Física e Matemática; Sérgio Luiz dos Santos Nascimento, Diretor do Centro de 2893 Ciências Ouímicas, Farmacêuticas e de Alimentos; Alvaro Augusto Borba Barreto, Diretor 2894 do Instituto de Sociologia e Política; Luciane Prado Kantorski, Diretora da Faculdade de 2895 Enfermagem e Obstetrícia; Antonio César Silveira Baptista da Silva, Diretor da Faculdade de 2896 Arquitetura e Urbanismo; Márcia Rúbia Duarte Buchweitz, Diretora da Faculdade de 2897 Nutrição; Jonas da Costa Carvalho, Diretor da Faculdade de Meteorologia; Paulo Ricardo 2898 Silveira Borges, Diretor do Centro de Letras e Comunicação; Odir Antônio Dellagosotin, 2899 Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; Carlos Antonio da Costa Tillmann, Diretor do Centro das Engenharias; Jabr Hussein Deeb Haj Omar, Direotr do Centro de 2900 2901 Integração do MERCOSUL; Heloisa Helena Duval Azevedo, Diretora do Centro de Educação 2902 a Distância; Iná da Silva dos Santos, representante dos Professores Titulares; Moacir 2903 Cardoso Elias, representante dos Professores Titulares; Alvaro Leonardi Ayala Filho, 2904 representante dos Professores Associados; Aluísio Jardim Dornellas de Barros, representante 2905 dos Professores Associados; Leonardo da Silva Oliveira, representante dos Professores 2906 Adjuntos; William da Silva Barros, representante dos Professores Adjuntos; Celeste dos 2907 Santos Pereira, representante dos Professores Assistentes; Vanessa Caldeira Leite, 2908 representante dos Professores Assistentes; Carolina Ziebell Carpena, representante dos 2909 Professores Auxiliares; Flávio Fernando Demarco, representante dos Coordenadores de 2910 Cursos de Pós-Graduação; Tiago Veiras Collares, representante dos Coordenadores de Cursos

Com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2012 – FLS. 56 de 58

de Graduação; Edemar Antonio Rossetto, representante dos Coordenadores de Cursos de 2912 Graduação; Elizabete Helbig representante do COCEPE; José Luiz de Pellegrin, 2913 representante do COCEPE; Carlos Mário Almeida dos Santos, representante Comunitário; 2914 Eduardo Algayer Osório, representante Comunitário; Frederico Schumachtenberg 2915 Lumertz Mateus Oliveira (suplente), Daniela Luz, 2916 Consen (suplente), Hércules Gonzáles, Rebeca Scalco (suplente), Sabrine Tams Gasperin e 2917 Suéllen de Medeiros Cortes, representantes discentes; Ediane Sievers Acunha, Edimar 2918 Goncalves Ribeiro, Gustavo Alves Andrade, João Paulo Volcan Adamoli (suplente), 2919 Rosendo da Rosa Caetano, Vilson Borba Pinto e Paulo Luiz Crizel Kuschier (suplente), 2920 representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os conselheiros: Paulo 2921 Fernando do Couto Bispo, representante dos Professores Auxiliares e Jairo Fonseca de 2922 Azevedo, representante Comunitário. Havendo quorum o senhor presidente deu continuidade à 2923 reunião do dia vinte e seis de setembro. Anunciou que havia recebido um oficio da ASUFPEL, 2924 ADUFPEL e DCE, do dia vinte e oito de setembro, dois dias após a reunião, nos seguintes 2925 termos: "Senhor presidente. Considerando a deliberação do Conselho Universitário tomada em 2926 sua última reunião do dia vinte e seis de setembro de dois mil e doze, vimos perguntar a Vossa 2927 Senhoria se já há data definida para especifica para formalizar a organização da lista tríplice 2928 para o cargo de Reitor da UFPel, conforme prescreve a lei 91 92, de vinte e um de dezembro 2929 de 1995 e Decreto 1916 de vinte e três de maio de 1996. Entendemos conveniente que esta 2930 reunião seja realizada no menor prazo possível, constando como pauta única, conforme 2931 mencionado, a organização da lista tríplice para a reitoria da UFPel, gestão 2013/2016". Face a 2932 esse oficio assinado pela ADUFPEL, ASUFPEL, seus representantes e DCE, e ao tomar 2933 portanto conhecimento deste documento, levando em consideração as deliberações do Conselho 2934 Universitário, referendando a consulta informal à comunidade e também no sentido de evitar 2935 desnecessários movimentos que pudessem prejudicar a vida universitária seja ela acadêmica ou 2936 administrativa, disse que tomou a decisão de anunciar imediatamente através da nossa página 2937 da Universidade, o edital para inscrição dos candidatos ao cargo de Reitor. Cujos nomes 2938 obrigatoriamente teriam e terão que passar pelo aval deste Conselho, como todos sabem. Disse 2939 que esclarecia que essa decisão foi apreciada e deveria ser apreciada por esse Conselho. 2940 Entretanto com o intuito de consolidar o referendo, como dissera há pouco, entendeu que esse 2941 era um procedimento mais adequado o que ele havia feito. Claro que existia do ponto de vista 2942 legal, a opção a uma consulta à comunidade desde que seja setenta por cento o peso docente, 2943 como todos também sabem e cujo resultado seria única e exclusivamente uma indicação ao 2944 Conselho Universitário. Mas ao tomar aquela decisão de referendar a consulta informal à 2945 comunidade, a possibilidade anterior caira por terra. Contudo, o presidente se dirigiu ao conselho 2946 perguntando se aprovavam ou não a decisão que ele havia tomado naquele momento ao lançar o 2947 edital para a inscrição dos professores para a composição da lista tríplice para o cargo de reitor. 2948 Se for esse o caso, assim côo também significava aprovar, colocado em votação, a data para a 2949 elaboração da lista tríplice, por este Conselho, que foi marcada para a presente data, pela 2950 manhã, após essa reunião ser encerrada. O edital 001/2012 foi para os conselheiros que não 2951 tiveram acesso à página, ou não viram, seria lido naquele momento: "Edital nº 001-2012. 1-2952 Estão abertas as inscrições, no período de 1º a 8 de outubro de 2012 na Secretaria dos 2953 Conselhos Superiores da UFPEL, para a composição da lista tríplice para o cargo de Reitor 2954 para a gestão 2013-2016. 2 - Os candidatos deverão atender os requisitos abaixo relacionados, 2955 previstos na Lei nº 5.540/68 em seu artigo 16 inciso 1 e o Decreto nº 1.916/96 em seu artigo 1º 2956 parágrafo 1º: ser docente integrante da carreira do magistério superior e ser ocupante do cargo 2957 de cargo de professor titular ou professor associado IV ou ainda portadores do titulo de doutor, 2958 neste caso independentemente do nível ou da classe do cargo ocupado. 3 - No ato da inscrição 2959 os candidatos deverão entregar o plano de proposta de gestão para o período supra-citado. 4 -2960 Os candidatos deverão apresentar verbalmente o plano de proposta ao Conselho Universitário 2961 durante o período máximo de 30 minutos. Após esta apresentação será concedido aos 2962 conselheiros o período máximo de 30 minutos para esclarecimentos que porventura julgarem 2963 necessários. 5 - Após o término das apresentações dos planos dos candidatos, será procedida a



2967

2968

2969

2970

2971

2972

2973

2974

2975

2976

2977

2978

2979

2980

2981

2982

2983

2984

2985 2986

2987

2988

2989

2990

2991

2992

2993

2994

2995

2996

2997

2998

2999

3000

3001

3002

3003

3004

3005

3006

3007

3008

3009

3010

3011

3012

3013

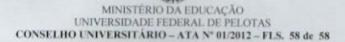
3014

3015

3016

votação para a composição da lista triplice conforme a Lei nº 5.540/68 em seu artigo 16 inciso 1 e o Decreto nº 1.916/96 em seu artigo 1º parágrafo 2º: " a votação deverá ser uninominal, devendo a lista ser composta com os três primeiros nomes mais votados em escrutinio único". Prof. Antonio Cesar G. Borges. Presidente do Conselho Universitário da UFPEL." Os candidatos apresentaram as suas inscrições e colocou a consideração do Conselho a aprovação ou não dessa medida que foi tomada por ele obviamente ad referendo desse Conselho. Nesse momento o conselheiro Ernani Avila solicitou autorização para fazer uma observação. Disse ser esta recheada absolutamente de cautela, porque ao longo do tempo a sua preocupação vinha sendo com a regularidade dos procedimentos adotados pelo Conselho evitando-se que depois na condução do todo já pronto pára análise técnica e esta análise será jurídica, todo este procedimento feito assim como todo o tempo perpassado isso pudesse padecer de alguma invalidação. Então, ele já se dispôs e se expunha de novo e não entendessem os conselheiros como mero capricho, mas era a regularização daquilo que pudesse ser conduzido e remetido a Brasília, na Consultoria Jurídica do MEC. Ou seja, quando eles na reunião do dia vinte e seis, ao recepcionarem um documento assinado pelas três associações, onde a palavra homologar foi substituída por referendar, que lexicamente é literalmente sinonímia, naquele momento haviam desrespeitado a Nota Técnica. O Conselho havia apreciado uma consulta informal, que pela Nota Técnica, ela não vincula o Orgão Colegiado Superior e deliberou criou-se um número ou criaram-se dois números 39 a 21, uma coercitividade em termos psicológicos de um referendo que significa dizer naquele momento que a situação estava literalmente definida. Ato contínuo houve a suspensão e retomavam naquele momento, para sua surpresa, recebera duas convocações e, na segunda, para as dez horas, contendo a pauta: Elaboração da lista tríplice para nomeação de Reitor. Isto era um ato monocrático. Quem deveria decidir se a lista tríplice deveria ser neste Conselho, na forma da Lei ou então na consulta 'a comunidade 70/30, também na forma da Lei, seria primeiramente o Conselho. Houve uma inversão. Num primeiro momento, um vício detectado e neste segundo momento, um gesto antecipado da presidência, que deveria primeiro, talvez antes de interromper aquela reunião de vinte e seis, postular pela assertiva no sentido de como se faria na sequência. Disse que estava preocupado com isto por um motivo muito singelo: acontecera na Universidade de Brasília, uma situação similar na UNB o processo foi à Consultoria Jurídica do MEC, todo invalidado, mas mais do que isto, e não sabia se os conselheiros tinham conhecimento, o Ministério Público Federal entrou com uma ação de perdas e danos contra as associações, por todo o prazo que foi ocupado e por tudo aquilo que no serviço público foi dito e tido como indenizador de vício, pelos procedimentos irregulares cometidos. Então sugeria naquele momento que este aspecto fosse tornado sem efeito. Esta convocação para as dez horas. E aí refariam isto retomando a fazer uma interrupção, seria refeito isto na forma daquilo que era consultado como estipulado não só pelo Decreto 1.916, mas especificamente pela liturgia estabelecida pela Nota Técnica que era demasiada e singularmente esclarecedora de todo o tipo de procedimento. Naquele momento, era a sugestão que fazia em respeito às associações, em respeito aos senhores conselheiros e buscando a retomada, quem sabe, de uma situação de normalidade." De pronto o senhor presidente disse que gostaria que cada conselheiro se identificasse antes de fazer sua manifestação. O conselheiro Paulo Kuschier fez sua colocação: "Louvo a preocupação do conselheiro Ernani, mas quero lembrar que não é novidade de deliberações "ad referendo" do senhor presidente. Por conta disso não vejo nenhum problemas de deliberarmos o que este Conselho vai tomar como parâmetro para a eleição do próximo Reitor, que é praticamente o que o Professor Cesar está pondo em deliberação: se vamos acatar os procedimentos que ele tomou na semana passada ou se vamos discutir a possibilidade de uma eleição de setenta/trinta de um referendo. Eu penso que essa segunda possibilidade está descartada e não por coercitividade, mas por discussão e por votação desse Conselho. Porque se formos tomar a idéia de coerção para toda derrota que tivermos, aí nunca vamos sair da mesma discussão. Nós discutimos, passamos um dia inteiro discutindo, fomos pra a votação secreta e tomamos uma deliberação, que a meu ver indica a impossibilidade desse Conselho agora propor uma eleição 70/30. Professor Cesar a partir daí, a partir de conversas com as entidades, tomou a iniciativa de

Pem



3019

3020

3021

3022 3023

3024

3025

3026

3027

3028

3029

3030

3031

3032

3033

3034

3035

3036 3037

3038

3039

3040

3041

3042

3043

3044

3045

3046

3047

3048

3049 3050

3051

3052

3053

3054

3055

3056 3057

3058

abrir um edital que é público, todo nós sabemos que ele existe. Todos nós vimos esse edital e ninguém foi pego de surpresa e a partir daí é o que temos que deliberar. Se esse edital que o Professor Cesar lançou, nós considerarmos, aprovarmos esse ad referendum dele, a partir daí, todos os seus desdobramentos são válidos. Inclusive, a questão da reunião das dez horas. Acho que é basicamente isso. Não existe nada de ilegal aqui. O ad referendum é um instrumento possível e já foi muito usado por esse Conselho." A seguir a palavra foi concedida ao conselheiro Jaó Adamoli: "Bom dia a todos. Na linha que o colega Paulo Kuschier falou, a preocupação do Professor Ernani é louvável, mas nesse momento ela não cabe, até porque obviamente os cuidados e as preocupações teria que se ter, se teve e as entidades enquanto à presença do Conselho. A reunião que ele pondera que deveria definir ainda está em aberto. Não foi encerrada. Estamos aqui por encerrá-la e uma outra colocação, me parece que nada mais poderíamos interpretar do que como uma protelação do processo, porque todos os conselheiros que foram convocados estão aqui e seriam os mesmos de uma outra reunião e me parece que é incabivel esta proposta de adiar uma decisão e adiar nossa reunião marcada para as dez horas de hoje. Portanto, a proposta é de que possamos dar continuidade, se vote a proposição da presidência do Conselho, se encerre esta reunião e as dez horas exatamente voltemos a reunir o Conselho para, na forma da lei, eleger os três nomes que irão para Brasília para um deles ser nomeado pelo Presidente da República para Reitor da UFPel." A seguir, o senhor presidente perguntou ao conselheiro Ernani se ele tinha alguma proposta ou havia feito apenas a colocação de sua preocupação. Este respondeu: "Eu apenas expus o meu ideário naquilo que entendo que se chancele uma legalidade." Sem mais manifestações, o senhor presidente colocou em votação a aprovação ou não do edital e a decisão da presidência em colocar nesta data a elaboração da lista tríplice com as considerações feitas anteriormente. Ou seja, tendo sido isso provocado pelas próprias entidades no documento encaminhado em 28 de setembro, conforme ele havia lido anteriormente. Portanto, colocava em votação essa proposição de que fossem mantidos os termos do edital e também a data da convocação para a reunião do Conselho Universitário que seria realizada naquele mesmo dia pela manhã. Aprovada com a maioria dos conselheiros. Portanto naquele momento encerrava a reunião e às dez horas e trinta minutos iniciariam a reunião para elaboração da lista tríplice. Esclareceu os conselheiros que conforme a lei, deveria haver no plenário setenta por cento de constituição docente. Tinham naquele dia exatamente setenta por cento na composição do conselho docente. Se faltasse um representante docente a reunião não poderia ser realizada naquele momento. Disse que os conselheiros tivessem o cuidado para que permanecessem com a composição 70/30, como determina a Lei. O conselheiro Paulo Kuschier lembrou que a presença na reunião dos Conselhos precede a qualquer outra atividade profissional daqueles que estão em horário de trabalho. Mas mesmo que faltasse algum docente, poderiam adequar o percentual do quorum com a retirada de algum aluno ou técnico, para que mantivessem a proporção. O senhor presidente disse que de qualquer forma gostaria que o Conselho estivesse plenamente presente naquela reunião. Agradeceu a todos e sem mais a tratar, deu por encerrada a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos do que para constar, eu toutes Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente. Queou CufMM